



PROIBIDA A GREVE POLÍTICA

O direito à greve e ao «lock-out» são consagrados no decreto lei aprovado em Conselho de Ministros e sancionado pelo Conselho de Estado, após o que foi já enviado para publicação no «Diário do Governo». O texto do diploma, proposto pelo actual gabinete do Ministério do Trabalho, determina a proibição do direito à greve às forças militares e militarizadas; aos magistrados judiciais; às forças policiais e guardas prisionais e aos bombeiros

Por outro lado, reconhece o direito à greve aos servidores do Estado, autarquias locais, institutos públicos ou instituições de previdência, nos termos «que vierem a ser definidos por lei especial». No decreto-lei que revoga a legislação fascista sobre a matéria

(e que proíbe o exercício de qualquer destes direitos), considera-se ainda ilícita a greve declarada com desrespeito do processo estabelecido na lei e nos contratos e acordos colectivos, bem como a greve desencadeada por motivos políticos ou religiosos e a greve de soli-

dariedade que não interesse directamente à mesma profissão, «a menos que exercida em apoio a trabalhadores da própria empresa». A ocupação dos locais de trabalho durante a greve é interdita, sem prejuízo de poderem os grevistas formar piquetes externos com vista a assegurar que o trabalho não seja exercido por trabalhadores estranhos à empresa. Quanto ao «lock-out», embora consagrado como direito na lei, é bastante restringido e simplesmente proibido a empresas consideradas de utilidade pública, sendo como tal definidas todas as que respeitem a indústrias essenciais à defesa nacional; as instituições de crédito; as que assegurem cuidados hospitalares, médicos e medicamentosos; as empresas funerárias; as que prestam serviços de distribuição de água, leite e energia; e as de recolha de lixo. Por outro lado, o «lock-out» só é considerado lícito quando a declaração de greve dos trabalhadores — através das suas organizações sindicais ou assembleias plenárias — não respeitem os princípios consignados no decreto-lei. Este diploma será obrigatoriamente revisto antes de expirado um ano sobre a sua promulgação.

Continua na pág. 12

GUINÉ-BISSAU

Retirada das tropas até 31 de Outubro

Quatro meses depois do 25 de Abril e quase um ano após a autoproclamação da República da Guiné-Bissau, o Governo Português assinou ontem em Argel um histórico acordo com o P.A.I.G.C. que põe fim ao nosso domínio colonial naquele território.

O regresso total das tropas portuguesas de Bissau até ao dia 31 de Outubro, e o reconhecimento «de jure» da República da Guiné-Bissau como Estado soberano pelo Estado Português, no próximo dia 10 de Setembro, contam-se entre os pontos mais relevantes do acordo.

Trata-se de um acontecimento histórico, recebido em Portugal com a profunda emoção e respeito, que vem substituir em definitivo a guerra pela cooperação futura, activa e sincera, entre a nova República africana e o nosso País. Marco decisivo para a destruição de quinhentos anos de colonialismo português, e etapa histórica no processo de libertação de toda a África.

As presenças, no Palácio do Povo, de Boumediene, presidente da República Democrática e Popular da Argélia, de membros do Conselho da Revolução e do Povo argelinos, além de elementos do Corpo Diplomático acreditado na capital argelina, para assistirem à assinatura do protocolo entre ambas as partes, ilustram por forma significativa a importância do acontecimento para o Terceiro Mundo, de que a Argélia é porta-voz relevante.

As felicitações enviadas por Senghor ao general Spínola pela solução encontrada para a Guiné dão-nos também a ima-

Continua na pág. 18



O momento em que o ministro Mário Soares assinava, em Argel, o acordo de independência da Guiné-Bissau. (Telefoto UPI-Telimprensa-DL)



Trabalhadores rurais da Azambuja falam ao nosso repórter.

NA AZAMBUJA

MAIS DE MIL RURAIS EM GREVE TOTAL

Mais de um milhar de trabalhadores agrícolas dos campos da Azambuja encontram-se em greve total, face à recusa, até ao momento, dos proprietários rurais em darem resposta ao seu caderno reivindicativo. Trata-se de assalariados — muitos dos quais contratados à época, aos «ranchos» em terras alentejanas, conforme reportagem oportunamente publicada nas nossas colunas, e que nesta altura se encontram ocupados na fase crucial da apanha do tomate

Os aspectos essenciais do caderno de reivindicações dos trabalhadores são a fixação de salários mínimos de 170\$00 para os homens, 135\$00 para as mulheres e 44 horas semanais de trabalho. O seu horário, em princípio, era de oito horas diárias, sem folgas e com um regime muito arbitrário de pagamento do trabalho extraordinário, aliás obrigatório.

No domingo houve reuniões dos proprietários rurais no Grémio da Lavoura local e dos trabalhadores, com a sua comissão sindical, na Casa do Povo. Face à falta de resposta dos patrões, os assalariados decidiram a paralisação total do trabalho. Já depois de iniciada esta, com respeito absoluto pela ordem de greve, os patrões teriam oferecido o salário de 120\$00 às mulheres, proposta que não foi aceite.

Hoje haverá novas reuniões, na Azambuja, de patrões e trabalhadores. A paralisação do trabalho afecta seriamente as fábricas de concentrado de tomate da região, que pertencem, em grande parte, a latifundiários locais. O período da apanha é necessariamente muito curto.

O rancho de trabalhadores da Herdade da Bafoa, vivendo ali em condições infra-humanas, conforme relatámos na reportagem atrás aludida, já entrara em greve anterior pela melhoria dessas condições, e aderiu à paralisação actual, na sua totalidade.

DESCOLONIZAÇÃO

A cerimónia ontem efectuada em Argel inicia, de facto, uma política de real, genuína e autêntica descolonização, comprovando a seriedade das intenções anunciadas pelo II Governo Provisório, em consequência do Programa das Forças Armadas. O exemplo do comportamento de Portugal com Guiné-Bissau mostra as possibilidades de uma transmissão pacífica de poderes eo importante papel que nos cabe na construção de novos países africanos.

Orientação irreversível, universalmente aplaudida e apoiada, a descolonização iniciada por Portugal abre-lhe promissoras perspectivas nos domínios económico, político e social, constituindo sólido alicerce de um futuro mais próspero, mais livre e mais digno.

Enveredando pelos trilhos da paz e da democracia político-social, o nosso País já não persiste na suicida pretensão de contrariar os ventos da história, antes se afasta a passos largos do negro passado e avança corajosamente para o futuro. Avanço que não será uma «marcha triunfal» (a reacção não desarmará) mas uma árdua conquista dos esforços de um povo que tem de procurar arduamente o seu verdadeiro caminho.

MANUEL DE AZEVEDO

Uma colagem de citações, poemas, canções, fragmentos de peças de várias épocas e estilos, sobre o tema da luta pela Liberdade.

LIBERDADE LIBERDADE

De LUÍS FRANCISCO REBELO, LUÍS DE LIMA e HELDER COSTA, baseado no roteiro do espectáculo de MILLOR FERNANDES e FLÁVIO RANGEL

LUÍS CÉU JOÃO
DE LIMA GUERRA PERRY

Música de José Mário Branco Fausto

Encenação de LUÍS DE LIMA

AMANHÃ — ESTREIA



Um espectáculo de
RAUL SOLNADO

(não aconselhável a menores de 13 anos)

MOÇAMBIQUE

UMA DELEGAÇÃO ECONÓMICA CHEGA HOJE A LISBOA

LOURENÇO MARQUES, 27 (R) — Uma delegação económica parte hoje para Lisboa, a fim de informar o Governo Português de que uma greve crise económica está em desenvolvimento em Moçambique.

A viagem da delegação de seis membros, representando variados sectores económicos de Moçambique, segue-se à partida, no domingo, para a capital portuguesa, do secretário-geral de Coordenação Económica, dr. Mascarenhas Gaivão, para consultas urgentes.

O dr. Gaivão declarou, antes de partir para Lisboa, que a causa principal da crise era a grande escassez de divisas estrangeiras.

A crise em moeda estrangeira poderá afectar particularmente o tabaco, algodão, sisal e os produtos de castanha de caju, produtos que têm sido as principais fontes de divisas estrangeiras de Moçambique.

Notícias de todo o Estado dizem que os proprietários de terras estão a lutar com falta de insecticidas, por os bancos não lhe terem concedido créditos a longo prazo.

Entre os membros da delegação, encontram-se o conhecido agricultor e homem de negócios Benjamin Cacho. A continuação agitação entre a classe trabalhadora, que se tem registado em Moçambique, desde o pronunciamento militar do 25 de Abril em Lisboa, foi ilustrada ontem pelo termo de uma greve do pessoal da Mobil Oil e o início de outra de mil operários da Siderurgia da Cometal-Mometal, em Machava.

Seiscentos trabalhadores da rede de distribuição da companhia petrolífera entraram em greve, durante uma semana, reclamando salários mais elevados e uma mudança de atitude por parte da administração que, afirmaram, necessitava de «descolonização mental». Não foram reveladas as reivindicações que os grevistas viram satisfeitas.

Quando essa greve terminou, os operários da Siderurgia de Machava largaram as ferramentas em apoio de maiores salários. Não foram conhecidos imediatamente pormenores acerca das suas reivindicações.

SUPRESSÃO DO SERVIÇO MILITAR

Entretanto, um telegrama da France Presse, datado de Lourenço Marques, diz ter-se anunciado de fonte oficial que as autoridades militares portuguesas daquela capital decidiram anular o serviço militar em Moçambique até ao fim de 1975.

Esta decisão liberta das suas obrigações militares cerca de três mil jovens de Moçambique que deviam começar o seu serviço em Janeiro próximo.

A RESIGNAÇÃO DO ARCEBISPO

O Papa aceitou o pedido de demissão do arcebispo de Lourenço Marques, D. Custódio Alvim Pereira, um dos mais declarados defensores eclesiais do anterior regime.

Num gesto que visa, aparentemente, harmonizar a imagem da Igreja em África com a nova política portuguesa, a Santa Sé anunciou que monsenhor Alvim Pereira, de 59 anos, deixaria Moçambique em breve com destino a Roma, a fim de tomar posse do seu novo cargo de delegado junto de uma comissão organizadora do Ano Santo, cujas celebrações principiam em Setembro.

Entretanto, e segundo uma nota distribuída em Lisboa pelo secretário-geral da Conferência Episcopal, foi confiada ao bispo de Inhambane, o missionário franciscano D. Ernesto Gonçalves da Costa, a administração apostólica da arquidiocese.

ANGOLA

APELO DE HOLDEN ROBERTO AO M.P.L.A.

KINSHASA, 27 (F.P.) — Holden Roberto, presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola (F.N.L.A.), fez na segunda-feira um apelo aos dirigentes do Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.), reunidos em Lusaka, «para que cessem sem demora os conflitos internos que só podem servir para fazer o jogo daqueles que se opõem à independência imediata de Angola».

O presidente da F.N.L.A. falava no Instituto Macanda, a escola ideológica do Movimento Popular da Revolução, na presença, nomeadamente, do general Mobutu Sese Seko, chefe do Estado zairês.

«De acordo com as notícias que nos chegam da capital zambiana, disse Holden Roberto, parece que as três tendências do M.P.L.A. estão longe de se entenderem e de

constituir uma única direcção que faria com a nossa uma frente comum».

Holden Roberto, que apresentou um balanço dos catorze anos de luta em Angola, acentuou que «graças ao auxílio concedido pelos países amigos de África, Ásia e Europa de Leste, foi-nos possível constituir um exército de dez mil homens». Assinalou ainda a presença nas bases da retaguarda da guerrilha angolana de instrutores chineses «encarregados de formar os quadros de escola», que trabalham ao lado «dos irmãos instrutores zairenses».

Porém, o presidente Holden Roberto reafirmou o desalinamento «vigoroso» do movimento da resistência «em relação aos blocos ideológicos existentes».

Esta atitude, reconheceu Holden Roberto, «suscitou os maiores aborrecimentos da parte daqueles que não podem suportar ver os africanos traçarem o caminho que consideram dever ser o seu». Lamentou, além disso, que «esta atitude negativa não venha só dos blocos que disputam entre si a hegemonia mundial». «Cer-

tos países do Terceiro Mundo — afirmou ele — revelam-nos frequentemente numa incrível baixeza e rara vilania».

Evocando a rejeição pela F.N.L.A. da «paz dos bravos» recentemente proposta por Portugal, o presidente Holden Roberto sustentou que em caso algum a frente pode aceitar que «grupúsculos» tribais sejam erigidos em representantes das correntes de opinião étnicas, o que seria, segundo ele, contrário à garantia dada ao secretário das Nações Unidas pelo Governo português de assegurar a integridade territorial de Angola».

O chefe da F.N.L.A. afirmou, por fim, que o seu movimento está pronto a «aceitar a participação dos melhores portugueses de Angola na construção de uma Angola nova, com a condição de serem respeitadas as regras da democracia e de prevalecerem os interesses do nosso povo».

«A F.N.L.A. espera — concluiu Holden Roberto — que Portugal apreenda o alcance da nossa posição e tome as medidas que se impõem para contrariar as manobras trama-

das em Angola pelos inimigos da paz».

PADRE AFRICANO BISPO AUXILIAR

Entretanto, o Papa anunciou a nomeação de um sacerdote africano, monsenhor Zacarias Kamuenho, reitor do Seminário Maior de Nova Lisboa, para bispo auxiliar de Luanda e bispo titular de Tabla, coadjuvando o arcebispo português, D. Manuel Nunes Gabriel.

O padre Zacarias Kamuenho nasceu no distrito de Nova Lisboa, a 5 de Setembro de 1932, tendo feito os estudos filosóficos e teológicos no Seminário Maior daquela cidade e foi ordenado sacerdote em 9 de Julho de 1961. Trabalhou primeiro como coadjutor na missão de Bela Vista (1961-1969) e, em seguida, foi chamado a exercer o ensino no Seminário Maior de Nova Lisboa, tendo sido nomeado vice-reitor, em 1970, e, em 8 de Dezembro de 1973, reitor do mesmo seminário.

Contemporaneamente, foi eleito consultor diocesano e vigário-geral da diocese, cargos que actualmente desempenha, juntamente com o de secretário diocesano para a catequese missionária.

Em defesa dos trabalhadores rurais

A aplicação aos trabalhadores rurais da regulamentação geral do trabalho vai ser objecto de um estudo determinado pelo ministro do Trabalho, capitão Costa Martins. Tal estudo deve ter em atenção as necessidades dos trabalhadores rurais assalariados e as condições económicas da agricultura portuguesa.

Esta medida visa lançar as bases duma política de protecção da massa de trabalhadores rurais, protecção que se insere na criação dum sistema de justiça social. Aos trabalhadores rurais não eram apli-

cáveis nem a lei do contrato individual de trabalho nem os sistemas de contratação colectiva.

Por outro lado o ministro Costa Martins determinou de imediato a publicação no Boletim do Ministério do Trabalho de nove portarias de regulamentação do Trabalho agrícola, relativas aos concelhos de Beja, Vidigueira, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Alentejo, Beja, Moura e Cuba. Estas portarias transcrevem os acordos efectuados naqueles concelhos entre comissões pró-sindicato representativas dos trabalhadores e comissões repre-

sentativas dos agrários.

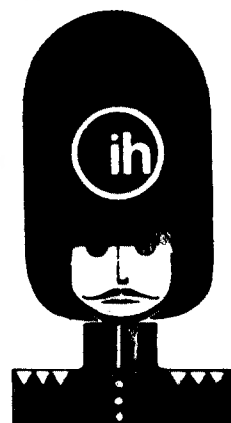
A publicação dos acordos corresponde a uma medida de «carácter puramente transitório», tanto mais que os acordos vigoram sómente até 30 de Setembro.

Recorda-se que, depois dos acordos estabelecidos, muitos agrários do Alentejo recusaram-se a cumpri-los. Tal atitude coloca-os, de futuro, numa situação ilegal e de afrontamento a actos sancionados pelo Governo. Com esta decisão, o ministro Costa Martins terá dado um passo importante na defesa da justiça devida aos trabalhadores rurais.

Central School of Languages

International House

excelência no ensino de línguas



- CURSOS INTENSIVOS DURANTE O MÊS DE SETEMBRO
- INSCRIÇÕES ABERTAS PARA TODOS OS CURSOS A COMEÇAR EM OUTUBRO

LISBOA: Rua Marquês Sá da Bandeira, 16—Tels. 571496-534054-534062

BARREIRO: Avenida Alfredo da Silva, 57 — Tel. 2073622

COIMBRA: Rua Antero de Quental, 135 — Tel. 2 29 71

JOSÉ AUGUSTO FRANÇA

LER O JORNAL

Desde sempre se leu, em minha casa, o jornal «X», da manhã: vinha antigamente o jornaleiro e atirava-o da rua, com mão certa, dobrado e atado em nó sobre si próprio, para uma das sacadas, ou depositava-o à porta, como elemento do consumo quotidiano, pão do espírito, ao lado do outro, do padreiro, trazido também a domicílio...

Pão do espírito que era preciso saber ler, nesses tempos passados que foram perdurando, mesmo numa sociedade formalmente evoluída, já sem jornaleiros matutinos nem padreiros de cesto ao ombro, em 1974.

...Que fui aprendendo a ler, com o tempo e a idade, descodificando os dizeres, comentários ou notícias. Em princípio, tratava-se de ler em sentido contrário: branco onde estava preto e preto onde branco se dizia. Mas havia jogos mais complicados e era necessário estar atento às contradições das notícias — e à suspeita permanente dos cortes sofridos, ou das eliminações totais, faltando muitas vezes a notícia esperada que daria o verdadeiro sentido ao acontecimento.

Os jornais estrangeiros forneciam, evidentemente, os modelos e as cifras de descodificação, mas os próprios comentários da redacção ou da direcção ajudavam nisso, com uma certa inocência: era como se deixasse de fora o rabo do gato escondido...

Merece, aliás, celebração, o «fundo» de 24 de Abril próximo passado, em que se troçava daqueles que supunham para breve o fim do «Estado Novo», manobra evidente dos inimigos da pátria, espalhados por esse mundo além... E claro que vinte e quatro horas depois nos ríamos do triste sujeito que assim opinava — mas a sua opinião era comandada de fora, ecoava aquilo que era preciso fazer crer, em matéria de informação, para disfarçar o medo dos informadores.

Era esse medo permanente que caracterizava as páginas do diário em questão — medo que num seu parceiro oficioso se tornava agressividade policesca, e era o famigerado «Diário da Manhã», e não só; que noutros se disfarçava; que noutros, mais raros,

se rompia, pelas malhas da Censura. Esta, procurando exorcismar tal medo, fatalmente tornava duvidoso tudo quanto se publicasse: notícias, notas oficiosas e discursos ministeriais... Como saber se uma coisa era assim, se era proibido negá-la ou discuti-la?

De qualquer modo, e de jornal para jornal, o código particularizava-se, e só um hábito de leitura atenta permitia «ler» cada um deles, numa leitura de «segundo grau» — que correspondia à escrita de «segundo grau» com que eram feitos, para poderem mentir (e era o caso do diário a que me refiro — hoje é claro que regenerado) ou para poderem sugerir uma verdade não oficial.

À simples leitura em negativo daquele jornal sucedia a leitura dedutiva deste outro (que era muitas vezes o «Diário de Lisboa» — e por isso há muitos anos nele colaboro...), em que certos indícios (um comentário a despropósito, a demasiada brevidade dum telegrama, a má colocação de uma notícia, etc., etc.) levavam o leitor a entender acontecimentos secretos ou indesejáveis. Uma linguagem críptica assim se formava e estabelecia, contra a qual, afinal, a Censura nada podia, ou muito pouco.

Como pouco ou nada podia contra certos jogos de expressão que ultrapassavam a craveira intelectual dos seus agentes, geralmente oficiais reformados na mediocridade da sua subordinação. Era relativamente fácil enganá-los, fazendo-os cortar uma coisa para outra passar, como ao touro se mostra a capa que esconde o estoque. Tratava-se, afinal, de os fazer «marrar» numa direcção errada... Bastas vezes me diverti nessa tauromaquia e, como a tantos outros colegas, me aconteceu ser colhido, por descuido, no terreno do bicho...

Mas, vitorioso ou apanhado, uma sensação de vergonha me tomava sempre — porque a situação vivida em Portugal durante meio século, neste domínio também, era de vergonha. Envergonhados aqueles que eram obrigados a jogar com uma expressão que por direito lhes cabia, vergonhosos aqueles que a isso obrigavam, ou que achavam bem que

Continua na pág. 6

HENRIQUE CORREIA DE SOUSA

REFLEXÕES DE UM EX-EMIGRANTE

Bolas! Sejamos um tanto optimistas e, até, porque não?, moderadamente utópicos! Aspiremos mesmo (no nosso íntimo, para começar) a um pouco mais do que nos parece ser imediatamente possível! Co'os demónios! Confesso que me começam a irritar todos esses cépticos, esses profissionais do pessimismo, a curto e a longo prazo, que, vindo das direitas e mesmo, por vezes, teoricamente, das esquerdas, tomam como pretexto as inevitáveis imperfeições, inconsequências ou perplexidades de um processo revolucionário deste vulto, na primeira das suas fases, para imediatamente denegrirem, chasquearem, suspeitarem ou descreverem! Irrisórios profetas! Que esperavam eles, esses hipercríticos da revolução, esses austeros moralistas, estranhamente mais complacentes ou acomodaticios durante o transcurso do deposto regime? Que tudo se resolvesse, como por artes mágicas, no espaço de alguns meses, todas as dificuldades, todos os quebra-cabeças, que não se solucionaram durante 48 anos de calma fictícia, de equívoca

segurança, unilateral e arbitrariamente imposta, de falsa e viciadíssima estabilidade?

Encontramo-nos, neste momento, indiscutivelmente, perante a maior oportunidade histórica da nossa existência, como comunidade distinta e autónoma adentro do contexto mundial-europeu. Pela primeira vez desde que somos, e em circunstâncias excepcionalmente favoráveis ao surto e à afirmação dos legítimos anseios dos povos, longamente ignorados ou ignobilmente desprezados e espezinhados, pela primeira vez, dizíamos, se logrou realizar aqui, neste rincão lusitano, uma unidade ímpar, fruto suculento e irreprimível de decénios (ou de séculos) de culpabilidade, de frustrações, de indignas prepotências, de ardilosos e de antipatrióticos egoísmos! Nessa unidade, quase providencial (porque actualmente única, no concurso internacional), figuram todas as tendências, todas as correntes legítimas e representativas: os partidos (organizações durante tanto tempo completamente banidas e crimino-

sa ou inconscientemente caluniadas), as forças militares, as elites progressistas, as camadas populares, os jovens, etc. Todos e tudo, se excluirmos, como é óbvio e prudente, num primeiro tempo, os representantes ou porta-vozes daquelas minorias sem escrúpulos que, sem o menor reboço, espoliaram, perverteram e sangraram a Pátria!

Temos pois alcançada uma larga plataforma de adesão e de objectivos comuns, consubstanciados, nomeadamente, nesta primeira etapa, no programa do M. F. A.

Essa aliança é por enquanto precária e esses objectivos ainda insuficientes? Decerto. Mas trata-se, de qualquer maneira, de um progresso imenso que só urge concretizar. O qual se deve aos esforços, ao consenso e às aspirações unânimes da maioria esmagadora da Nação. E vale a pena, intensa e ardentemente a pena, que todos lutemos, sem tréguas nem quebrantos, para alargar e cimentar essa plataforma unitária, até torná-la indomável e indestrutível!

Significa isto que a

pluralidade é neste momento, provisoriamente, menos necessária, porque susceptível de originar polémicas estéreis ou indesejáveis e prematuras divisões? De modo algum, a nosso ver. Nós só nos podemos enriquecer com as confrontações e com os debates, seremos, metódicos e motivados, uma vez que eles sejam intrinsecamente francos, inteiramente livres e autênticos. A diversidade de pontos de vista só é sinal de abundância, só pode ser tomada como o efeito natural da necessária participação de todos aos diferentes níveis de reflexão e de actuação. Há é o problema delicado e por vezes espinhoso de se organizarem esses confrontos, essas deliberações e decisões, de modo a garantir a sua eficácia e a sua operacionalidade, mas é isso que é apaixonante e frutuoso para o espírito, o medirmo-nos com as dificuldades reais com os verdadeiros obstáculos, que, longe de serem intransponíveis, se encontram, pelo contrário, ao alcance da nossa imaginação, da nossa obstinação, da nossa perseverança!

LUÍS DE CARVALHO E OLIVEIRA

A EXPLORAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA

O problema da exploração do solo agrícola nacional foi candente na Idade Média, voltou a sê-lo após os Descobrimentos e parece que volta a sê-lo actualmente, independentemente da sua continuidade e premissa em todos os tempos.

Portugal nunca deixou de ser um País essencialmente agrícola. Não vamos fazer a história da estrutura das explorações agrárias antigas, assunto sobre o qual Armando de Castro lançou a mais clara luz. Interessamo-nos focar fundamentalmente o problema de hoje.

A primeira questão que se levanta é a dos solos incultos. Uns, por incúria dos proprietários, outros, por não se ter ainda descoberto uma

cultura própria ou porque se assentou na ideia de que não eram susceptíveis de qualquer cultura.

Estas últimas duas hipóteses, hoje pouco significativas para nós, em face da experiência de Israel e da Sibéria, além de muitas outras que por esse mundo demonstram não haver impossibilidade absoluta de cultivo, sendo de estudar a hipótese das transformações necessárias para a extracção da utilidade, dentro de um plano de rentabilidade, é claro.

Sem que queiramos envolver-nos nos processos técnicos de hoje para utilização de solos que se diziam impróprios para agricultura, detenhamo-nos sobre aqueles que não são cultivados pelo seu dono, havendo

outrem que se disponha a efectuar neles algum cultivo. Isto, sem querermos desligar o problema da técnica na agricultura e do aproveitamento dos solos desta segunda questão — a da retenção de solos sem qualquer aplicação que por outros lhes possa ser dada.

Nos tempos que decorrem, ao enunciar-lhes uma problemática desta natureza, natural é que grande número sinta já os cabelos em pé sob a impressão de que se vai fazer uma tirada socialista, levando-lhe do poder as terras de que não tirou proveito nem para si nem para os outros.

Não é esse o propósito conquanto seja oportuno lembrar que nada mais justo e lógico do que evitar a inutilidade daquilo

que deve ser elemento de produção indispensável para a população nacional.

É também de lembrar que será, possivelmente, a continuação deste estado de coisas que conduzirá a medidas mais drásticas que, com toda a evidência, serão indispensáveis.

Por ora, vamos apenas discreter sobre as formas tradicionais de transferir o direito de cultivo da terra para o empresário que se propõe realizá-lo.

O novo Código Civil, passada larga etapa de suspensão desse tipo de contrato, trouxe de novo o foro, pelo qual se separa o domínio útil do domínio directo, ficando um na mão do proprietário e transferindo-se o

Continua na pág. 8

NACIONAL

PUB

INFORMAÇÃO DO BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO PARA OS PORTUGUESES QUE TRABALHAM NO ESTRANGEIRO UMA VASTA REDE DE DEPARTAMENTOS B.P.A. AO DISPOR DOS NOSSOS EMIGRANTES

Nesta altura em que a maior parte dos portugueses que trabalham no estrangeiro estão a terminar as férias que vieram passar a Portugal preparando-se para voltar aos países onde trabalham, o Banco Português do Atlântico tem o maior prazer em vir publicamente dar-lhes conta dos locais no estrangeiro onde tem em funcionamento departamentos especialmente criados para ali atenderem os emigrantes portugueses.

De facto mercê de acordos firmados com outras importantes instituições de crédito, o Banco Português do Atlântico tem abertos ao público balcões nos centros onde é mais vasta a presença de emigrantes portugueses, os quais encontram nesses Departamentos B.P.A. funcionários portugueses prontos a responderem a todas as questões que lhes sejam postas pelos nossos compatriotas que trabalham no estrangeiro.

Vejamos, pois, onde o Banco Português do Atlântico está directamente presente no estrangeiro, especialmente, repete-se, para atender os emigrantes portugueses:

CARACAS (Banco Mercantil y Agrícola) — San Francisco a Sociedad, 5.

HAMBURGO (Vereinsbank in Hamburg) — Spitalerstr. 7.

LONDRES (Banco do Brasil) — King Street, 16.

LUXEMBURGO (Caisse d'Epargne de l'Etat) — Av. de la Liberté, 74.

PARIS (Banco do Brasil) — Av. George V, 49.

SÃO FRANCISCO (Banco

do Brasil) — California Street, 540.

Também no Canadá o Banco Português do Atlântico tem ao dispor dos portugueses que ali trabalham Centros de Informações aptos igualmente a responderem a todas as solicitações que lhes sejam feitas pelos nossos compatriotas:

MONTREAL (Lusitano Atlântico Travel) — 60 — Du-luth — St. Es.

VANCOUVER (Habitat Realty, Ltd.) — 4280, Slocan St.

E, dentro em breve, outro estabelecimento B.P.A. passará a funcionar em Paris, também para atender os muitos milhares de portugueses que trabalham na região da capital francesa: A sucursal de França do Banco Português do Atlântico, na Rua Aubert, 7.

Verifica-se assim, que para além de uma vastíssima rede de colaboradores espalhados por todo o Mundo, o Banco Português do Atlântico põe à disposição dos portugueses que trabalham no estrangeiro balcões próprios nos centros onde é mais numerosa a presença de emigrantes portugueses, garantindo-lhes assim o melhor apoio para a solução de todos os seus problemas de âmbito bancário. E esse apoio tem também a devida sequência em Portugal, onde o Banco Português do Atlântico efectua os pagamentos das transferências em casa dos familiares dos emigrantes sem quaisquer despesas, evitando assim perdas de tempo e de dinheiro que sempre originam as deslocações aos locais onde estão instaladas as dependências bancárias.

APOIO BANCÁRIO ÀS EMPRESAS

Da Secretaria de Estado do Tesouro recebemos a seguinte nota:

«Na sequência da ligeira quebra que ocorreu após o «25 de Abril», a actividade do Banco de Fomento Nacional, na metrópole, depois de retomado o ritmo normal, tem vindo ultimamente a aumentar por forma significativa, em especial no que respeita ao apoio financeiro das empresas do que resultou terem sido formalizados empréstimos na ordem dos 3,2 milhões de contos — valor que corresponde a mais de 70 por cento das realizações efectuadas durante todo o ano de 1973. Na sua maior parte, este crédito destina-se a sectores básicos da actividade económica, como a produção e distribuição de energia eléctrica (20 por cento) e as comunicações (11 por cento) e a indústria pesada, nomeadamente grandes projectos de construção e reparação naval (21 por cento) e de ampliação de fábricas de cimento (10 por cento), não deixando porém de ser considerados programas de investimento no âmbito dos sectores como a agro-pecuária e a indústria ligeira — alimentação e bebidas, têxteis, vestuários e calçado cerâmica, produtos metálicos, fabrico de máquinas produtos de madeira, etc.

Das operações correspondentes ao referido volume de crédito mais de 2/3 são de valor inferior a 10.000 contos e delas beneficiam, na sua generalidade as empresas de média dimensão, mensais.

Constituindo os depósitos, a prazo e de poupança, a maior fonte de recursos do Banco de Fomento, tal apoio creditício só se tornou possível graças à evolução favorável da carteira de depósitos da instituição a qual, vencida uma pequena recessão, aliás natural, está agora, designadamente a partir da entrada em vigor das novas taxas de juro aprovadas pelo Ministério das Finanças, a atingir os níveis elevados de sempre.

De resto, esta posição favorável do Banco de Fomento ape-

nas vem confirmar toda uma linha evolutiva no sentido do crescimento que desde há algum tempo se tem vindo a processar. Bastará referir que, em termos de operações aprovadas — cujos reflexos em realizações, só virão a sentir-se um pouco mais tarde — o primeiro semestre deste ano contribuiu com 4,4 milhões de contos, na metrópole, mais 50 por cento do que o valor das agravações em igual período do ano anterior.

Entretanto, continuam a ser objecto de estudo numerosas ou-

tras operações propostas por empresas que para o efeito se têm dirigido aquela instituição especial de crédito em Lisboa ou nas principais cidades do País, onde o Banco tem delegações, o que deixa antever, para o exercício em curso, um apoio à economia nacional que, quer em número quer em valor, deverá superar largamente as metas anteriormente alcançadas.

O apoio creditício do Banco de Fomento Nacional constitui sem dúvida alguma uma acção objectiva que visa em termos realistas o relançamento da nossa economia, pelo que a poupança que lhe for confiada constitui um dos mais eficientes instrumentos de transformar intenções em realidade.»

NOVO DIRECTOR-GERAL DO ENSINO BÁSICO

Tomou posse do cargo de director-geral do Ensino Básico o dr. Rogério Fernandes, pedagogo, jornalista e professor do ensino técnico. Licenciado em Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa é autor de vários trabalhos sobre temas pedagógicos, além de ter mantido, durante muito tempo, uma secção semanal sobre assuntos educacionais no jornal diário «A Capital».

Desempenhou as funções de assistente na secção de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, cargo que exerceu durante três anos consecutivos, tendo sido exonerado a seu pedido. Foi, ainda, professor do ensino técni-

co nocturno e, como bolseiro do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, regeu as cadeiras de «Sociologia da Educação» no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e de «Pedagogia Experimental» e «Pedagogia Comparada» no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Como homem de imprensa foi redactor, director-adjunto e director da revista «Seara Nova» e redactor, subchefe e chefe de redacção de «A Capital». Rogério Fernandes, nascido em 12 de Outubro de 1933 é um dos elementos da direcção da Associação Portuguesa de Escritores.

NOVO HOSPITAL DISTRITAL EM VISEU

A Secretaria de Estado da Saúde aprovou, no passado dia 17, o programa do novo hospital distrital de Viseu, que terá uma lotação de 710 camas, destinando-se a servir uma população de cerca de 410.000 habitantes.

Este novo estabelecimento hospitalar irá dar cobertura sanitária à população de 26 concelhos — Viseu, Aguiar da Beira, Carregal, do Sal, Castro D'Aire, Fornos de Algodres, Mangual-

de, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Sátão, S. Pedro, do Sul, Tondela, Vouzela, Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Penedono, Resende, Santa Comba Dão, S. João da Pesqueira, Cernache, Tabuaça, Tarouca, e Vila Nova de Paiva — com o apoio do actual hospital e ainda do hospital distrital de Lamego, cujo estudo de remodelação está em curso.

O público disporá de consul-

tas externas de medicina, especialidades médicas, cirurgia, ginecologia, urologia, obstetrícia, ortopedia, otorrinolaringologia, oftalmologia, pediatria, e psiquiatria. Para doentes de foro psiquiátrico dispõe também de instalações de hospital de dia e dispensário de higiene mental.

Completam o conjunto dos serviços um laboratório de análises clínicas um laboratório de anatomia patológica, serviços de sangue, radiologia, farmácia e esterilização, um bloco operatório central, um núcleo de exames especiais e medicina física e de reabilitação. O programa agora aprovado passa ao Ministério de Equipamento Social e do Ambiente a quem compete a execução da ordem.

O Secretário de Estado da Saúde, dr. Carlos Cruz Oliveira, deslocou-se ao Barreiro, onde visitou durante cerca de uma hora o Hospital Distrital Nossa Senhora do Rosário.

Aquele estabelecimento hospitalar, construído há cerca de 14 anos, tem uma capacidade de 70 camas, aproximadamente, pelo que não tem possibilidade de satisfazer às exigências mínimas do movimento que regista, impondo-se o seu alargamento ou, então, a sua substituição por um outro edifício.

O dr. Cruz Oliveira foi recebido pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia do Barreiro, José Francisco Costa Neves; pelo subdirector clínico em serviço, dr. Agostinho Nunes; por dois membros da comissão directiva provisória, o enfermeiro-chefe Guerreira, e a técnica dos Serviços de Radiologia, dr.ª Inorina; e ainda pelo director do Banco de Sangue, dr. César Coelho.

Após a visita às instalações do hospital que proporcionou ao secretário de Estado uma apreciação geral da cobertura hospitalar da região do Barreiro, aventa-se a hipótese de uma ampliação de alguns serviços deste estabelecimento, a breve prazo, assim como do estudo da construção futura de uma nova unidade acolhida à actual.

estudio

4

SEMANA

o filme-escândalo de MARCO FERRERI
PRÉMIO DA CRÍTICA INTERNACIONAL DO FESTIVAL DE CANNES

LA GRANDE BOUFFE

A GRANDE FARRA

Marcello Mastroianni • Michel Piccoli
Philippe Noiret • Ugo Tognazzi • Andrea Ferreol

AVISO AO PÚBLICO
ESTE FILME CONTEM CENAS EVENTUALMENTE CHOCANTES
De acordo com os Serviços de Espectáculos

COLOR

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

DOPERFILME

TODAS AS SESSÕES ESGOTADAS DESDE O PRIMEIRO DIA!
COMPRE O SEU BILHETE COM UMA SEMANA DE ANTECEDÊNCIA!



aguiar

Rua do Carmo, 17-19 — Rua Augusta, 86-96

SALDOS

PRONTO A VESTIR PARA HOMEM
E SENHORA DAS MELHORES
MARCAS
NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Lanifícios • Sedas • Algodões • Malhas
Camisaria

PREÇOS EXCEPCIONAIS

ESPECIAL

NA GUINÉ: UMA PÁTRIA QUE NASCE E OUTRA PÁTRIA QUE RENASCE

Notícias da Guiné. Primeiro, via Argel; assinatura do protocolo Luso-Guiné-Bissau, com a marcação da data de independência para o dia 10 de Setembro. Breves imagens, breves palavras: quase não mais do que um símbolo do nosso contentamento do nosso orgulho.

Mais tarde, Guiné voltou. Não ainda oficial, nem sequer ao menos oficialmente, Guiné-Bissau. Não ainda. Mas já com a certeza de o vir a ser. Os militares entrevistados haviam feito já a sua opção, falavam do problema da Guiné como de um caso arrumado, outra solução não seria encarável a não ser a independência.

Os entrevistados: Alferes Barros Moura, tenente Sabino Guerreiro, capitães Jorge Alves e Durão Clemente. Entrevistador Joaquim Letria, o único repórter verdadeiramente qualificado da Televisão Portuguesa.

Não seria possível (a menos que se optasse pela trans-

crição integral) dar uma ideia de importância e do interesse desta reportagem. Estivemos em presença de quatro elementos que se mostraram dignos companheiros do brigadeiro Fabião, quatro homens dos muitos que souberam transformar o ódio em companheirismo, na mão que estende para matar, na mão que se estende para apertar outra mão.

Homens merecedores da nossa total confiança, através deste pequeno pormenor: a sua preocupação de manifestar toda a homenagem, toda a admiração pelo P. A. I. G. C. a este partido e ao povo da Guiné (fizeram estes amigos questão de acentuar) se ficou devendo a independência daquele País, os militares portugueses *nada mais* fizeram do que entender a irreversibilidade do fenómeno e, a partir de certa altura, tudo fazer para acelerar esse processo.

No entanto, escrever *nada*

mais é fácil; levá-lo à prática, nas condições adversas em que se vivia, era outra coisa. Por isso que, sem tirar nem um grão de areia à glória do P. A. I. G. C., não será descabido apontar tantos e tantos portugueses que souberam entender o movimento histórico e auxiliaram o parto difícil.

Mais alguns pormenores importa registar nesta levíssima nota: primeiro, o facto de o Movimento das Forças Armadas ter cortado a cabeça, na Guiné, aos movimentos brancos de repressão e subversão o que ainda não se conseguiu fazer em Luanda.

Depois, o desejo reafirmado de, como elementos das Forças Armadas, continuarem os esforços de cortar as manobras da reacção. Uma vontade indestrutível de construir a democracia.

Em terceiro lugar, a tónica posta no reforço da aliança entre as massas populares, as forças democráticas e as Forças Armadas como primeira condição de vitória.



Por MARIO CASTRIM

Guiné, berço do Movimento das Forças Armadas, uma pátria conquistada, e outra pátria reconquistada. Duas pátrias livres nascidas no mesmo local de luta: a Guiné-Bissau e Portugal.

POLÍTICA, ESTÁ CLARO MAS BEM FEITA SENÃO É MÁ POLÍTICA

Depois disto?

Depois disto, na óptica do crítico, tudo será sem importância, ou quase o que não significa, por exemplo que se considerem lamentáveis as condições de gravação e apresentação do programa juvenil para apresentação de Carlos Paredes, José Jorge Letria, Luísa Basto. Desculpas foram pedi-

das aos telespectadores, mas isso não chega. Nada justifica a apresentação dos artistas naquelas condições. Pura e simplesmente o programa não devia ser publicado.

Motivo de reflexão para os nossos artistas: não podem largar de mão, não podem dar rédea larga aos improvisos ou às incipiências; não podem descuidar a imagem da sua apresentação em público a qual, sendo feita em péssimas condições, lhes pode ser realmente prejudicial, a eles como artistas e ao trabalho que pretendam desenvolver.

Outro assunto: Quem antigamente nada se preocupava com as presenças constantes, com a política chata e a todo o momento nos

nossos ecrãs domésticos, aparece agora com frequência a protestar contra a política praticada na Televisão.

A gente sabe como é. Na maioria dos casos, é a dorzi-nha. Nenhum político, hoje, se atreveria a estar 45 minutos (e mais, e mais!) na Televisão, como no ano passado era moeda corrente, a propósito das importâncias e das manigâncias de cada ministério.

Isso é uma coisa. Outra coisa é ponderar a gravidade e a importância da política. Tãmanhas que não nos podemos dar ao luxo de permitir que os seus detractores tenham ou possam vir a ter qualquer coisa como razão. Deturpações intervenções como a de Nelson Trigo, ontem, não passam por serem longas mas parecem por parecerem longas.

E no entanto, o que nos disse merecia ser ouvido, meditado e discutido. Simplesmente, aqueles monólogos pessoais não resultam. Há que envolver por outras formas mais vivas, mais actuais. Caso contrário ninguém toma atenção. E, se ninguém toma atenção, para que diabo servem as palestras de esclarecimento?

HOJE ÀS 17 HORAS Manifestação popular de apoio à greve do "Jornal do Comércio"

Em greve desde a passada quinta-feira, os trabalhadores do "Jornal do Comércio" prosseguem, firmes e determinados, na sua justa luta pelo pão e pela liberdade. Eles sabem que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores — pode ler-se na convocatória da manifestação de apoio aos trabalhadores, a realizar hoje, às 17 horas, na Praça de Londres, frente ao Ministério do Trabalho. E acrescenta-se: **Dá-lhes o teu apoio, comparecendo na manifestação.**

Terminava às 24 horas de ontem o prazo estabelecido pelos trabalhadores para a resposta da administração, relativamente à demissão imediata do director Carlos Machado. Os trabalhadores reservavam-se o direito de tomarem a decisão que entendessem mais conveniente, caso o silêncio da administração continuasse.

Durante todo o dia de ontem, as instalações do "Jornal do Comércio" mantiveram-se muito agitas, tendo ali permanecido o maior número de trabalhadores desde o desencadear da luta, constantemente informados sobre a evolução dos acontecimentos. Numa das reuniões efectuadas, compareceram dois delegados da Comissão de Trabalhadores das empresas Banco Borges e Irmão e do Banco de Crédito Comercial e Industrial, pertencentes ao grupo de Miguel Quina. Esses delegados manifestaram o seu apoio à luta dos camaradas, tendo perspectivado formas de solidariedade.

Entretanto, o representante do Ministério do Trabalho, dr. Fernando Marques, propõe uma reunião para as 17 horas de hoje, entre os trabalhadores e a administração. Os trabalhadores responderam que essa reunião se teria de efectuar sim, mas dentro do prazo estipulado por eles, ou seja, até à meia-noite.

Noutra reunião, os trabalhadores aprovaram que os seus delegados negociassem com a administração, caso esta se decidisse pelo encontro até às 24 horas. As 21 e 30, chegou às instalações da empresa o dr. Fernandes Marques. Em reunião dos trabalhadores, tomou posição. Disse não estar nem do lado do patrão nem do lado dos trabalhadores. Os trabalhadores registam essa posição e afirmam inequivocamente não abdicarem do ponto essencial do seu caderno reivindicativo: **expulsão do director Carlos Machado.** Todos os outros pontos poderão ser negociáveis.

Sem ninguém esperar por isso, chega às 22 e 30 ao "Jornal do Comércio" uma força do COPCON que cerca espectacularmente a área do jornal, 90 militares mais 20 policiais. Dois maiores comandos a operação entrando na empresa e opõem-se às intenções dos trabalhadores de realizarem um "jornal da greve". Numa outra reunião, os trabalhadores decidem não fazer hoje o "jornal da greve". O COPCON mantém-se perto do "Jornal do Comércio", à hora de encerrarmos esta edição.

Entretanto, os trabalhadores concordam com a realização de um encontro entre os seus representantes e a administração, hoje no Ministério do Trabalho, às 17 horas, para onde está convocada uma manifestação de apoio.

Directores de sindicatos de Artes Gráficas e de Empregados de Administração e Revisores de Imprensa, assim como elementos doutros jornais diários, estiveram nas instalações, afirmando a sua solidariedade e apoio à justa luta dos trabalhadores do "Jornal do Comércio".

Numa tarjeta divulgada hoje, os trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária de "O Século" afirmam apoiar os seus camaradas em greve. Declaram: «A sua luta é a nossa luta».

PAVIMENTOS LIMPOS!

ALCATIFA
MADEIRA
MOSAICO

VINYL
CIMENTO
TIJOLEIRA

GRASMANN

lava enxuga encera lustra

em **1** SÓ OPERAÇÃO!

modelos: domésticos industriais

PEÇA UMA DEMONSTRAÇÃO!

varequipe

Lisboa Av. João XXI 66 t/c D-T. 773292-773630
 Porto R. Serpa Pinto 247 T. 496316

Associação Nacional dos Importadores e Grossistas de Material Eléctrico

(em formação)

COMUNICADO

- Comunica-se a todos os colegas Importadores e Grossistas de Material Eléctrico que, na sequência de uma série de reuniões já havidas entre um grupo de 10 Empresas deste sector, foi constituída uma Comissão Organizadora.
- É intenção da Comissão Organizadora promover a adesão de todos os colegas a nível nacional na defesa dos interesses da classe.
- Em data a anunciar brevemente, será convocada uma reunião a nível nacional de todos os colegas Importadores e Grossistas de Material Eléctrico para apreciação e debate do projecto de Estatutos agora em elaboração bem como de outros assuntos de interesse da classe.
- Toda a correspondência que os colegas entendam dirigir-nos deverá ser endereçada para o Apartado n.º 1914, Avenida da República, 62-F-2 em Lisboa.

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL

(Sessão Extraordinária)

Ao abrigo do n.º 1 do art.º 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para reunir, em sessão extraordinária, no dia 27 do corrente, às 21 horas, na Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário» na Rua da Voz do Operário, 15 em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- C. C. T. — Análise do documento a apresentar ao patronato;
- Resolução do problema do inquilino do Sindicato;
- Informações.

Nos termos do parágrafo único do art.º 19.º dos Estatutos, a Assembleia só poderá funcionar à hora marcada com a presença de, pelo menos, um quarto dos sócios do Sindicato, funcionando meia hora depois com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Agosto de 1974

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) José de Andrade Soares

Judiciária toma conta da Interpol

A partir do dia 1 de Agosto, os assuntos da Interpol, organização policial internacional de que Portugal é membro, serão tratados pela Polícia Judiciária.

Anteriormente ao 25 de Abril era a PIDE/DGS que lidava em Portugal com a Interpol. Um dos primeiros directores da polícia política do fascismo português, Agostinho Lourenço, chegou mesmo a ser director da Interpol.

No próximo mês, a Interpol e as suas relações com essa organização processar-se-ão através de um Gabinete Nacional da Interpol, o qual funcionará junto da Direcção da Polícia Judiciária.

MAIOR AUTONOMIA PARA OS INSPECTORES

Foi hoje publicado no «Diário do Governo», entrando imediatamente em vigor, o decreto-lei que confere a partir de agora ao inspector por cuja secção corram as investigações, o poder de mandar arquivar os autos de instrução preparatória organizados pela Polícia Judiciária ou aguardar melhor prova, nos casos em que a lei o permite.

O mesmo decreto determina ainda que o director, os subdirectores e os inspectores daquela corporação passem a ser considerados magistrados do Ministério Público.

MÉDICOS ESPECIALISTAS

- PRECISAM-SE para o Novo Hospital de Portalegre, Estabelecimento do Estado, a abrir brevemente.
- Directores de Serviço: Medicina Interna e Radiologia.
- Especialistas de Medicina Interna, Cirurgia Geral, Ortopedia, Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria, Anestesiologia, Oftalmologia, Estomatologia, Análises Clínicas, Radiologia, Otorrinolaringologia.
- Com especialidades obtidas pelas Carreiras Hospitalares ou pela Ordem dos Médicos.
- Lugares pertencentes à Carreira Médica Hospitalar.
- Dirigir requerimento, junto com «currículo», à Comissão Instaladora do Hospital de Portalegre, onde se prestam informações ou na Direcção de Serviços de Medicina Hospitalar da Direcção-Geral dos Hospitais Avenida da República, 34 Lisboa-L.

ESPECTÁCULOS

A ilusão do cravo

Dedicados à salutar tarefa de reivindicar a implantação do bom espectáculo em Portugal, um grupo de companheiros, ligados à actividade teatral no nosso país, levou os seus protestos à sala do Monumental, onde se ofende gravemente o público com o mais abjecto espectáculo que algum dia terá passado pelos palcos desta terra. Na falta de argumentos, que replicassem aos justos reparos que lhe eram feitos, valeu a Badaró (como se reconhece ao homem o direito ao trabalho, quando nos debatemos com tantas dificuldades para que o pão chegue para todos os portugueses?) a acção leal, destemida, mesmo heróica, do actor Carlos José Teixeira que fiel aos mais rígidos princípios democráticos, agrediu várias pessoas no que foi valentemente ajudado pelos funcionários do trabalhador-empresário Vasco Morgado. Pelo menos, assim rezam as crónicas.

Isto quer dizer, obviamente muita coisa. Mas significa, antes de mais, a vitória (aparente embora), da violência sobre a inteligência, provando, concludentemente, que o cravo ao peito regressou ao simbolismo «marialva» de 24 de Abril: o reacçãoarismo substituiu o amor. No entanto, é bom que se lhe mostre a trincheira, para que saiba que sejam quais forem as circunstâncias, não passará!

ALEXANDRE PAIS

Crítica de teatro

Barraca no Barracão

«MOTE PARA UM POEMA». Encenação (?): Eduardo Sabrosa. Teatro Barracão. 23/8/74

Pelo tipo de publicidade utilizado («Eduardo Sabrosa em travesti e poesias»), com anúncios que devem ter custado dezenas de contos, pelo excesso de fotografias do seu principal responsável, este espectáculo tinha-nos cheirado a esturro. A nossa expectativa foi largamente ultrapassada: assistimos a uma coisa de tal forma inconcebível que a certa altura pensámos estar a assistir a um espectáculo «dada» (que nos perdoem os dadaístas). Espectáculo tão mau, tão mau, tão mau, que, coisa nunca vista, provocou uma tal reacção dos assistentes que levou a uma cadeia de acontecimentos, a saber: os jovens intérpretes que inconscientemente tinham embarcado na aventura do sr. Eduardo Sabrosa, abandonaram-no, recusando-se a continuar a colaborar na palhaçada; o representante do proprietário do Barracão declarou que proibia futuras representações; o responsável do espectáculo, o sr. Eduardo Sabrosa,

viu-se coagido a restituir o dinheiro dos bilhetes aos espectadores. Caso talvez único no Mundo: os consumidores de um espectáculo perante a ausência de um mínimo de qualidade daquele, obrigaram o seu responsável a reembolsá-los!

Foi assim. Verificou-se desde o início que não só o espectáculo estava mal preparado — por exemplo, o sr. Eduardo Sabrosa não sabia nenhum poema de cor — como os seus intérpretes, muito jovens, não tinham capacidades para actuar em público, devendo limitar-se a fazer aquilo em família (é para isso que as famílias servem). Os espectadores foram aguentando, rindo e comentando, até que no final da 1.ª parte houve uma primeira pateada. Quase metade da assistência que enchia o Barracão desapareceu no intervalo.

No início da 2.ª parte, o sr. Sabrosa fez um número de travesti com texto de Luiza Neto Jorge (como aparece o nome da Luiza Neto Jorge nisto é para nós um mistério), número que nos causou uma grande mágoa pelo facto de o intérprete não se aperceber da sua óbvia incapacidade para pisar as tábuas de um palco. Depois de uma canção dos Beatles cantada (!) pelo mais jovem componente do grupo, que já no início do espectáculo assassinara a sangue-frio uma canção de José Afonso, o sr. Eduardo Sabrosa não resistia ao ambiente que se estava a gerar na sala, e dirigiu-se ao público numa aparente autocrítica. Foi o desencadear da explosão. O espectáculo passou a ser uma discussão — por vezes violenta — entre aquele senhor e o público. A actriz Maria

Otilia, depois de o verberar pela sua falta de pudor, recusou a dedicatória que ele lhe tinha feito. Reconhecendo embora que o espectáculo não valia nada, o sr. Sabrosa insistia em continuá-lo. No entanto, perante a posição da plateia, acabou por desafiar quem quisesse ir ao palco fazer melhor (!) do que ele. Mário Viegas, Maria Otilia, José Barreiros e outros elementos do público aceitaram o desafio. Graça Lobo manifestava grande tristeza pelo que se estava a passar.

Mário Viegas não actuou, limitando-se a acusar o responsável do espectáculo pela forma desonesta como tinha insultado os autores dos poemas ditos (Sá-Carneiro, Manuel Alegre, José Régio, etc.), poetas que eram as principais vítimas da brincadeira, lamentando que aqueles jovens, precisamente porque o eram, fossem tão inconscientes do papel do artista na sociedade e até que desconfiassem um mínimo de regras técnicas e éticas.

O sr. Sabrosa lançou ainda um desafio aos espectadores que, ao contrário dos actores, não se tinham manifestado em termos concretos. Foi nessa altura que o Raul Calado interveio, falando na qualidade de espectador que se sentia espoliado em cento e sessenta escudos (o preço de dois bilhetes, calcula-se!). Raul Calado foi bastante concreto ou o sr. Sabrosa lhe restituía o dinheiro e ele retirava-se ou assistia ao espectáculo até ao fim e acabava por partir uma cadeira. O Raul Calado recebeu o dinheiro imediatamente.

Durante cerca de uma hora

a discussão manteve-se até que o sr. Eduardo Sabrosa, por entre afirmações bastante fantasiosas, acabou por devolver o dinheiro aos espectadores que o quiseram, sendo acusado por alguns dos outros intérpretes de terem sido por ele ludibriados.

O que se passou parece infelizmente exemplar de um degradado e degradante aproveitamento da liberdade de que agora afinal e felizmente dispomos. Há um senhor que até tem dinheiro (ele afirmou-o alto e bom som), tem facilidades de toda a ordem e dá-se ao luxo de apresentar um espectáculo, enganando aqueles que o acompanharam (e que eram nitidamente inexperientes) e enganando o público. Enganando-o não só pelo facto de o público ter de pagar para assistir ao espectáculo, mas pelo simples facto de o convidar para isso.

Factos como este não devem repetir-se. Este incidente teve uma consequência de certo modo inesperado: congregou um grupo de espectadores interessados em combater o mau teatro que por aí campeia, grupo que pode ser o embrião de uma Liga do Espectador de Teatro que reivindique o direito de defender o teatro português dos exploradores e miordeiros que por aí campeiam.

P.S. — Não ignoro que o que o sr. Sabrosa pretende é «ser falado». A necessidade de informar e alertar o público obrigou-nos a gastar demasiado espaço com isso. Fique este aviso: enquanto formos crítico deste jornal, aquele senhor não terá qualquer espécie de cobertura, a não ser que venha a merecê-la, do que duvidamos.

“O CINEMA DE ALLENDE” NUM FESTIVAL EM ITÁLIA

De 12 a 19 de Setembro próximo terá lugar na cidade italiana de Pesaro, na décima «Mostra» internacional do novo filme, uma semana intitulada «O cinema de Allende». Está manifestação foi organizada com a colaboração de representantes da resistência chilena e dos cineastas chilenos exilados.

Na lista de filmes que serão exibidos figuram alguns números do noticiário cinematográfico do Chile e os títulos seguin-

tes: «Desconhecidos y Chascones», de Carlos Flores, «El Castillo», de Patricio Guzman, «La Historia», de Sergio Castilla, «Historia Del Movimiento Obrero» (colectivo), «Companero Presidente», de Miguel Littin, «La Expropiación», de Raul Ruiz, «La Respuesta de Octubre», de Patricio Guzman, «No nos trancaram el paso» (colectivo), «Venceremos», de Pedro Chaskel e Hector Rios, «Casa o Mierda» (colectiva), «Mijita»

de Sérgio e Patricio Castilla, «Cronica del Salitre», de Angelina Vasquez, «Esquela Santa Maria de Iquique», de Claudio Sapiain, e «No es hora de llorar», de Pedro Chaskel.

Esta lista é provisória e serão também projectados os filmes «La Tierra Prometida», de Miguel Littin, e «Dialogos de Exilados», de Raul Ruiz, o segundo dos quais realizado fora do Chile.

Vão ser atribuídos os “Prémios Gulbenkian”

Conforme foi oportunamente anunciado, a Fundação Calouste Gulbenkian vai promover a realização do IV Concurso Nacional de Composição para a atribuição dos «Prémios Calouste Gulbenkian», dando assim continuidade a uma iniciativa que se efectua de três em três anos.

De acordo com o Regulamento do Concurso — que poderá ser requisitado na Recepção da Fundação — o Concurso abrangia duas categorias, a saber: Secção A — obra para orquestra, constituída por cordas, 2 flautas, 2 oboés, 2 clarinetes, 2 fagotes, 2 trompetes, 2 trompas, trombone e timbales, de duração compreendida entre 15 e 30 minutos, com ou sem solistas, podendo ainda incluir um ou dois instrumentistas suplementares; Secção B — obra de música de câmara para um conjunto até o máximo de 12 executantes, de duração compreendida entre 10 e 20 minutos.

O montante dos prémios é de 60 000\$00 (sessenta mil escudos) para a Secção A e de 50 000\$00 (cinquenta mil escudos) para a Secção B. As obras premiadas serão apresentadas, em primeira audição absoluta, no decorrer de 1975.

As partituras, em papel transparente, deverão ser enviadas ao Serviço de Música da Fundação

Gulbenkian, Av. de Berna, 45 — Lisboa, até o dia 30 de Novembro de 1974, sob a forma de encomenda postal registada.

O júri será constituído por elementos portugueses e estrangeiros de reconhecida competência e autoridade, cujos nomes serão oportunamente tornados públicos, devendo reunir em Lisboa, em Dezembro de 1974.

LER O JORNAL

Continuação da pág. 3

assim fosse. E muitos eram, do lado das «direitas», nem sempre convertidas.

Isto também um dia escrevi, ao abrigo de uma breve tolerância de Censura, em período eleitoral — e me cortaram...

...E é por isso que, de-

pois do 25 de Abril, todas as notícias devem poder ser leal e francamente publicadas; senão, numa desconfiança antiga, voltaríamos a ter que adivinhar os acontecimentos reais de uma Pátria ainda alienada em tabus oficiais.



NOVOS DISCOS THE BEE GEES

Os irmãos Gibb — Barry, nascido a 1 de Setembro, 1946 e os gémeos Maurice e Robin, nascidos a 22 de Dezembro, 1949 — emigraram com os pais, em 1958 de Manchester para Austrália.

Tornaram-se executantes nesse país e voltaram a Inglaterra em 1966 com Vince Melouney e Colin Peterson, destinados a criarem reputação internacional sob o nome de The Bee Gees.

Robert Stigwood, tornou-se «manager» do grupo e os rapazes gravaram «Spicks And Specks», que foi lançado a 24 de Fevereiro, 1967. Apesar de já terem na bagagem três «singles» os Bee Gees chegaram nessa altura à conclusão de que o mercado britânico não era para brincadeiras: e o disco não foi um sucesso por aí além. Teve, no entanto, a vantagem de criar interesse e curiosidade pelo grupo, o que veio facilitar grandemente as coisas para o segundo «single». E «New York Mining Disaster» tornou-se no primeiro disco dos Bee Gees a atingir o milhão de vendas.

Mas em 1969 o trabalho constante e a pressão a que tinham estado sujeitos, produziu os seus efeitos: os irmãos separaram-se. Robin e Maurice começaram a trabalhar a solo, enquanto Barry se dedicou a escrever.

Em 1970 veio a reunião. Robert Stigwood tinha formado a «Robert Stigwood Organization» e debaixo da sua orientação os Bee Gees reformaram-se e começaram uma carreira de gravação tanto no Reino Unido como na América.

O grupo é agora acompanhado pelo guitarrista Alan Kendall, em tempos com o grupo The Fat de Cliff Bennett e que percorreu os EU com Derek and the Dominoes; o ex-baterista dos Amen Corner, Denis Bryon e o ex-bolseiro do Royal College of Music Geoffrey Westley, teclas e também com a função de director musical. Geoffrey Westley quando não trabalha com o grupo, é director da produção de Jesus Christ Superstar, em Londres.

No momento actual, os Bee Gees estão a terminar um novo «tour» nos EU onde lançaram o seu novo «LP» produzido por Arif Mardin e do qual o novo single «Mr. Natural» foi tirado. Depois desse «tour», os Bee Gees voltarão a Inglaterra, antes de iniciarem um pela Europa, a que se seguirá uma «tourné» de cinco semanas pela Austrália, Japão e Extremo Oriente.

«Mr. Natural» e «It Doesn't Matter Much to me» são os dois temas que constituem o «single» agora lançado em Portugal.

Teatro
M
A R. T. P. apresenta
«PORTUGUÊS,
ESCRITOR, 45 ANOS
DE IDADE»
de Bernardo Santurro
Todas as dias
às 21.45 horas
Domingos, entretidos
às 16 horas
Segundas-feiras
decano da Companhia
AR CONDICIONADO
Bilhetes à venda
Telef. 71 70 17
Interdito a menores
de 13 anos

AGUARDENTE VELHA
Niepoort
a prova está na prova

GUARDA

Encerramento de quatro fábricas

GONÇALO, GUARDA (pelo nosso correspondente) — Encontram-se fechadas pelos patrões as quatro fábricas de Gonçalo, concelho da Guarda, que empregavam cerca de 300 operários, sob a justificação de que as empresas não podem pagar o ordenado mínimo nacional.

Os trabalhadores não têm na zona outro meio de sobrevivência que não seja aquela, tanto mais que a emigração sempre lhes foi dificultada.

Viram-se despedidos todos os operários que estavam habilitados a receber o salário mínimo nacional, tendo continuado os que não são abrangidos por este salário.

Note-se que os operários nunca entraram em greve. Uma hipótese para a solução do seu problema, consiste num aumento de 20 a cinquenta por cento sobre o antigo salário, não atingindo este os 3.300\$00.

Depois de contactos com o ministro do Trabalho e Economia (e como o processo demorasse), resolveram os operários barricar a estrada para chamar assim a atenção da opinião pública e das autoridades da Guarda sobre a sua precária situação.

De facto, tanto em Lisboa como na Guarda, reconhece-se aos operários o direito ao salário mínimo.

Além disto os patrões querem pagar 50 por cento de indemnizações de despedimentos, manobra que pretende dar como facto consumado o despedimento colectivo, não reconhecido pelos operários.

Neste momento os operários (a braços com a subsistência de 2000 bocas) apenas contam com a sua organização autónoma que consiste numa comissão de trabalhadores onde estão representadas as quatro

fábricas e em reuniões de trabalhadores onde se tomam as decisões.

Resta dizer que os operários não pertencem a nenhum sindicato, apesar de já terem reivindicado a sua filiação.

GERAL

"MADAME DE..." NA CINEMATECA

O Cineclub Imagem realiza (Palácio Foz), na qual será exibido o filme "Madame De...", de Max Ophüls.

LEIA ÀS TERÇAS-FEIRAS



COMUNICADO DO SECRETARIADO DA COMISSÃO PRÓ-UNEP AOS PARTICIPANTES DAS CAMPANHAS

Pedimos a todos os participantes das Campanhas de Alfabetização e à Educação Sanitária, inscritos para o mês de Setembro que, até à próxima 5.ª feira, dia 29 de Agosto confirmem a sua ida e ainda que os participantes que não entregaram as fotografias, o façam o mais rapidamente na sede da comissão pró-UNEP, R. D. Estefânia, 14.

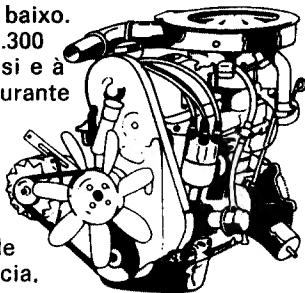
Apelamos ainda para que estejam atentos aos órgãos de informação, pois muito em breve serão anunciados a data da partida, dos locais de concentração e distribuição das pessoas.

pelo secretariado da comissão pró-UNEP
Ana Maria Abrantes Gonçalves

Atenção, condutores! Os factos falam pelo Ford Cortina.

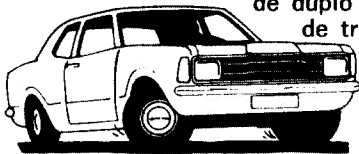
Facto: Maior economia

O preço inicial é baixo.
O consumo é baixo.
O motor de 1.300 cm³ leva-o, a si e à sua família, durante 100 Km por apenas 8,5l de gasolina.
E entre as revisões são 10 000 Km de plena eficiência.



Facto: Melhor comportamento na estrada

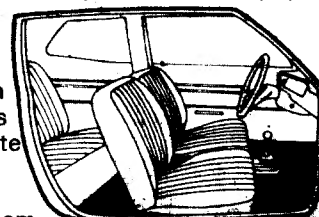
Direcção mais precisa, barras estabilizadoras e via mais larga para óptimo comportamento na estrada. O sistema de duplo circuito de travagem,



servo-freio e disco à frente garantem que o carro pára mesmo.

Facto: Mais espaço para a família

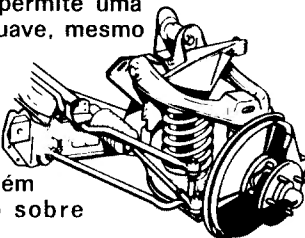
Pernas, ombros e joelhos têm espaço à vontade, à frente e atrás. Bancos bem almofadados (os da frente reclináveis) e um porta-bagagens com 324 dm³ úteis. Ideal para famílias de 4 ou mais pessoas.



Facto: Condução mais suave

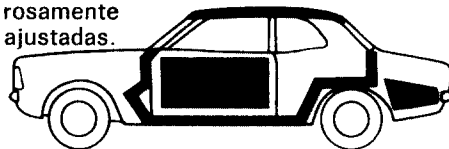
No Ford Cortina, a combinação da suspensão helicoidal com amortecedores telescópicos permite uma condução suave, mesmo nas piores estradas.

Suave e confortável. É que no Ford Cortina ninguém vai sentado sobre as rodas.



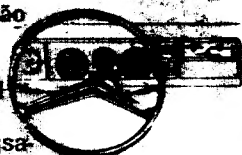
Facto: Marcha mais silenciosa

Houve o maior cuidado em isolar o compartimento dos passageiros de qualquer ruído mecânico, do vento ou da estrada. Isoladores de som estão colocados nos pontos «estratégicos». E mais: as portas e as janelas são rigidamente ajustadas.



Facto: Maior segurança

A garantia de segurança que o seu sistema de travagem e a sua suspensão oferecem, o Ford Cortina acrescenta: coluna de direcção compressível em caso de impacto, colocação racional dos instrumentos num painel espessamente almofadado, bancos envolventes, posição de condução correcta e portas traseiras com fecho de dupla segurança.



MONUMENTAL

Telef. 555133

VASCO MORGADO

APRESENTA

HOJE 2 SESSÕES

Às 20.45 e 23 horas

Um SUSEXO em Lisboa

O ÚLTIMO FADO

EM LISBOA

Com BADARÓ

Alina Vaz, Sandra, David

Silva, Carlos Queiroz,

Cristina Cassola, Nuno

Emanuel e Ana Le Matre

Ballet de Fernando Reina

Colaboração da Estrela

Internacional

VIOLETA MONTENEGRO

El Amerindio/Barry

Burgess

O corpo sem censura de

POUPÉE LA ROSE

Vedeta do Crazy Horse

Saloon de Paris

O show russo de

VAHÉ DJERRAHIAN

em danças e cantares da

URSS

HUMOR, LINDAS MU-

LHERES E MÚSICA NUM

SEXERCÍCIO TEATRAL I

(Interdito a menores de

18 anos)

Domingos: «matinéas»

às 16 h.; 2.ª Feira: Des-

canso da Companhia.



Vá ver ao seu concessionário Ford toda a gama de modelos Cortina: 1.300 L, 1.600 XL, 2.000 GT, 2.000 E e 1.600 «Leva Tudo».

Ford Cortina - Um carro de facto!



FORD À FRENTE!

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido na Papalaria e Tabacaria Santa Sofia — Rua de Santa Sofia, 10-A — CRUZ QUEBRADA.

GERAL

A EXPLORAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA

Continuação de pág. 3

outro para a mão do fobreiro.

A característica fundamental deste contrato é a sua indistrutabilidade, a não ser pelo comum acordo de ambas as partes e aqui a sua perenidade, o que dá uma situação estável ao cultivador da terra que assim praticará nela as culturas de mais morosa exploração, introduzirá melhoramentos, numa palavra, tudo fará no sentido de tornar a propriedade mais útil, como se sua fosse, que o é na verdade, embora sob condição de pagamento do foro.

Com a reintrodução deste tipo de contrato rústico no nosso direito, já o fascismo demonstrou estar preocupado com os problemas da produção agrícola, buscando formas de ligação dos trabalhadores à terra embora, como quase sempre lhe acontecia, ao querer realizar obra de auxílio a esta classe, lhe saía gorada. Efectivamente não há notícia de contratos de foros realizados ao abrigo do novo Código Civil porque tal tipo de contrato tinha sido próprio de uma estrutura rural completamente diferente da dos nossos

dias.

O foro teve larga aplicação quando a terra praticamente não tinha preço e se não antevia forma da sua utilização, nem através dos meios do proprietário nem dos braços de trabalho circundantes.

Nestas condições o dono da terra, em lugar de a manter em seu exclusivo domínio sem produtividade, como em gerações sucessivas anteriores, transferia-a, com carácter definitivo, para outrem que lhe pagasse alguma coisa, o foro.

O fascismo ao introduzir novamente este contrato que o visconde de Seabra entendeu ser obsoleto e pôs de parte um século antes, não fez mais do que revelar a sua inabilidade na interpretação dos elementos económico-sociais da nossa época, na forma de resolver os problemas de hoje, sempre com recurso ao medievo, se também no medievo se radicava o corporativismo, aliás segundo as próprias lições de todos os líderes do regime que, como regra, foram professores de Direito. Quando se mergulha no passado e se não vem à superfície com a pura experiência e lição da

história, para realização atempada e actual do presente, cai-se irremediavelmente na frustração, no erro e na inutilidade.

A estrutura económico-social agrária dos nossos tempos já não admite a hipótese de terras sem esperança de possibilidade de cultivo por parte do dono ou dos vizinhos. Assim, quem as possui não vai desfazer-se delas com carácter definitivo, antes procurará qualquer outro título pelo qual possa sempre reavê-las para seu cultivo, para lhe dar outro destino inclusivamente para entregar a outro rendeiro.

A forma moderna da transferência do direito de cultivo de terra para outrem é o arrendamento.

Vejamos, em relação às terras cultiváveis, mas não cultivadas se o contrato de arrendamento servirá hoje tal objectivo e em que termos.

Antes de mais, o arrendamento é um contrato bilateral que, portanto, implica a existência da vontade do dono da terra no sentido de arrendá-la e do rendeiro no de tomá-la para seu cultivo.

Se não houver um factor coercivo determinan-

te da vontade do primeiro, não mais se sairá deste impasse que é o estorvo máximo no imediato aproveitamento do solo nacional.

Uma verdade temos de admitir: não pode continuar esta situação dos que **não fazem nem deixam fazer**.

Há 600 anos fora o problema visto e da resolução régia tomada diz Rocha Martins: «pela lei das sesmarias, D. Fernando mandou que os proprietários do solo arável fossem obrigados a cultivá-lo, por sua conta ou dando-o de renda, devendo os lavradores possuir o número de bois necessário para o trato de seu terreno».

«Quando subisse o preço deste gado, as autoridades obrigariam os seus donos a vendê-lo por quantias razoáveis. Quem não aproveitasse o solo ficaria sem ele.»

«Enquanto aos filhos dos lavradores, que tivessem menos de 500 libras eram compelidos a trabalhar no ofício dos seus pais, se não praticassem outro de utilidade para o reino. Agarravam-se os mendigos, vadios, esmolantes e mandavam-se lidar no cultivo. Os que alegassem enfermidades trabalhavam do mesmo modo naquilo que pudessem fazer.

Aos relapsos açoitavam-se.»

Dentro em pouco, nasciam as florescentes searas, os pinhais; os campos de pastagem alastravam e havia abundância.»

Foi o arrendamento o contrato pelo qual no final da primeira dinastia se procurou resolver o problema da transferência do direito do cultivo das terras incultas, parecendo que, nos nossos dias, se não encontra ainda outro meio, a não ser que queira lançar-se mão da expropriação o que não está nos presentes planos, segundo se sabe, dos governantes.

Poderá admitir-se a hipótese do arrendamento coercivo, o qual deve ser legislado em termos inequívocos, de fácil execução e também de fácil

verificação às condições indispensáveis para que possa recorrer-se à coacção.

Não bastará, porém, obrigar a arrendar, pois que, de um lado se impõe que o arrendamento venha efectivamente a traduzir-se num aumento de produção, portanto, numa contribuição para melhoria do rendimento nacional, por outro, será indispensável que se fixe um prazo pelo qual o rendeiro se sinta seguro para o cultivo que deseja efectuar.

Relativamente ao prazo, parece ser indicável que ele se subordine inteiramente ao cultivo possível do terreno indicado pelo rendeiro.

Já no domínio do Código Civil e de outras leis de inquilinato rústico se punha o problema do prazo fixo para o arrendamento rústico, independentemente da espécie de cultura a efectuar, com a excepção da arborescente. O problema continua a subsistir, não sendo apenas relativo ao arrendamento coercivo, pois também em relação ao voluntário há que medir muito bem as consequências do prazo demasiado curto ou demasiado largo.

Um prazo mínimo demasiado largo e renovações podem levar grande parte dos proprietários a abster-se de contratos de arrendamento que doutro modo realizariam. Também o prazo muito curto pode impedir o rendeiro de se dedicar profundamente à terra a qual procurará explorar ao máximo, em seu proveito, sem preocupação de não esgotá-la e, portanto, de que fiquem condições de futuras culturas.

Quando o arrendamento voluntário não tenha tido lugar e os terrenos continuem incultos, surgirá uma situação que obrigará a um conjunto de medidas exigentes do maior conhecimento do meio campesino português e de providências muito sensatas e adequadas.

Não há, porém, que arrear caminho. As terras de Portugal têm de ser cultivadas.

MASCULINO—FEMININO

PRIMÁRIO, CICLO PREPARATÓRIO E LICEAL
— DIURNO E NOCTURNO —

EXTERNATO DE ALVALADE

Telef. 77 19 65

LISBOA

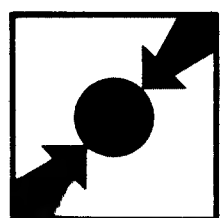
Rua Infante Viana, 12 — Campo Pequeno

SENECA

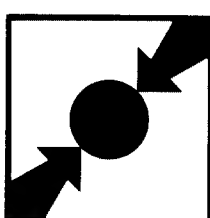
CURSOS DE VERÃO

CICLO LICEAL COMPLEMENTAR

Almirante Reis 73 — 2.º — T 824983



CDS



CDS PARTIDO DO CENTRO
DEMOCRÁTICO SOCIAL CDS

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

6.ª FEIRA, 23 DE AGOSTO ÀS 21,30

ESPLANADA DO LOULETANO EM LOULÉ

SÁBADO, 24 DE AGOSTO ÀS 21,30

CINEMA MARIANI EM MONTE GORDO

DOMINGO, 25 DE AGOSTO ÀS 21,30

CINE-TEATRO DE PORTIMÃO

2.ª FEIRA, 2 DE SETEMBRO ÀS 21,30

ESPLANADA DE S. LUÍS EM FARO

A. OLIVEIRA

ELECTRODOMÉSTICOS

Av. Almirante Reis, 91-A | Lisboa
Rua Angelina Vidal, 63

ESPELHO DA IMPRENSA

OS CONTRASTES NO SEIO DA ALFABETIZAÇÃO

«(...) Fala-se agora muito no nosso País das novas brigadas de alfabetização, constituídas normalmente por gente nova, disseminadas pelas várias províncias do território português.

«Sejam bem-vindas, se vierem por bem. Mas, por Deus! não venham destruir património riquíssimo da nossa vida familiar, não venham despedaçar em nome do progresso os laços de parentesco ou vizinhança que des-

de há muito prendem os membros das nossas comunidades rurais.

«É que há progressos, que o são apenas de nome, porque a realidade são retrocessos.

«Como diria Pio XII, há por vezes um contraste que nos deixa pensativos, entre o que poderíamos chamar um gigantesco progresso sob o ponto de vista técnico ou científico e a pavorosa decadência moral. Tal facto constitui um problema gritante

de que jamais poderá abdicar uma pessoa de bom senso. Por isso afirmou o nosso Pontífice, como antevisto profético, que este pobre mundo, sem disso se dar conta, se precipita por despenhadeiros que levam ao abismo almas e corpos, bons e maus, civilizações e povos. Diríamos que nos encontramos face a uma derrocada total.

«Se me referi às brigadas de alfabetização, não o faço em es-

tilo derrotista. Elas irão a toda a parte transmitir uma mensagem. Trata-se de esclarecer ou politizar a gente simples. Tais jovens levam as credenciais do Ministério da Educação e Cultura. Mas a palavra educação tem muito que se diga, na certeza que só educam os educadores bem educados e a educação não se improvisa.

«Durante o Ministério de Veiga Simão, levantou-se em todo o País um clamor angustioso, clamor motivado pelos professores feitos à pressa. Não se poderá agora vir a cair precisamente naquilo que lamentamos no regime anterior?

(De «Saneamento Rural», por Ilídio Fernandes, «Diário do Minho», de 20 de Agosto de 1974).

"UM PADRE NÃO EXEMPLAR"

«Democracia é Amor, Respeito, Alegria» e «Não aos boateiros fascistas» — eis as legendas que, num muro fronteiro à sede do Movimento Democrático de Góães, e propriedade de componentes deste, ficaram inscritas, mercê da acção da prestigiosa rapaziada democrática do local.

«Admitindo a acção de galopins que nesta terra de padres hereges impunemente se salientam pelo ousio de prevenções sucessivas, os prevenidos rapazes assentaram na ne-

cessidade de proteger a inscrição através de turnos de vigilância.

Efectivamente, com pasmo, surpreenderam o pároco Manuel da Silva, pela calada da noite (eram quatro horas), a borrar as legendas, munido dum pote de roxo-rei e de broxa em punho!

O audaz clérigo, cuja facanha envergonhou os cristãos de austera e timorata consciência, foi levado ao posto da G.N.R., que tomou conta da triste ocorrência.

Custa-nos os olhos da cara fazer esta notícia. «Edificante! — T.C.»

N.R. — Já no mês de Julho tinha acontecido ser roubado no mesmo local um painel que anunciava a realização de um comício do Movimento Democrático. Foi por essa razão que os democratas da localidade se decidiram pela vigilância.

E assim ficou esclarecida uma dúvida.

(«Correio do Minho», 18 de Agosto de 1974)

O pároco da Soalheira é um problema

«O problema do pároco ainda está por resolver. Para nós, é o mais importante. Dele derivam outros problemas. A presença do actual pároco (vinte e seis anos de permanência), é contestada pela maioria do povo da Soalheira. Mas o medo e o terror inculcados ao longo da sua permanência na Soalheira não permitem qualquer manifestação pública.

«No domingo passado, um grupo de pessoas promoveu a primeira manifestação com os seguintes «slogans»: «Querem o povo um padre que bate e atemoriza as crianças?», «Cristo era amigo dos pobres — Queremos um padre amigo do povo», «O povo não quer um padre inimigo, mas irmão», «Não a um prior colaborador do Fascismo», etc.

«A manifestação iniciou-se à

saída da missa do meio-dia, não tendo havido propaganda prévia. Algumas pessoas, cerca de meia dúzia, apenas mulheres, procuraram entrar em provocação directa, chegando à agressão física. Os elementos da manifestação não responderam a estas provocações, provando assim que não pretendem a desordem».

(«Jornal do Fundão», 18 de Agosto de 1974).

AS TAREFAS COLECTIVAS EXIGEM DISCIPLINA

Vocês estavam à margem da Europa. Ninguém os conhecia. Hoje, uma acção policial no Rossio ou no Saldanha vem estampada nas páginas da imprensa mundial. A vossa experiência interessa muita gente. Ora acontece que os vossos amigos andam preocupados com os seus próprios problemas e os vossos inimigos temem que um foco de incêndio na Península alastre pela Europa. Estamos há cinco semanas em Portugal e surpreende-nos

ver como tantos se empenham em deteriorar a imagem de uma revolução pacífica que já lhes deu tanto, embora tenha muito ainda que dar.

«Isto me diz um casal de jornalistas alemães, experimentados no Chile — de onde saíram depois da morte de Allende, por acção do seu embaixador —, expulsos da Espanha franquista, e sempre vivamente empenhados em acompanhar a marcha do Mundo nos próprios lugares onde se faz história.

«Gostaria de responder-lhe que alguns se sentem frustrados por não terem feito a revolução e quererem mostrar que estavam vivos antes do 25 de Abril.

«Mas se assim fosse seria demasiado simples.

«Há outras razões, até esta de cada um querer mostrar o que vale, indiferente à disciplina que as tarefas colectivas não podem dispensar».

(«Jornal do Fundão», 18 de Agosto de 1974)

O M.D.P. contra a comissão administrativa da Câmara do Porto

PORTO — O Movimento Democrático do Porto enviou ao Primeiro-Ministro e ao Ministério da Administração Interna, o seguinte telegrama:

«A comissão executiva do M.D. do Porto, tendo tomado conhecimento de um projecto da comissão administrativa para a Câmara Municipal do Porto, não representativa das forças democráticas e insusceptível de apoio da população do concelho e cidade, manifestam a sua firme oposição a es-

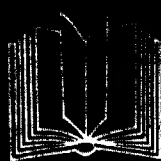
ta tentativa que não tem em conta as forças políticas que, há longos anos, vêm lutando pela real democratização do País. Chama, ainda, a atenção para a situação extraordinariamente grave que seria criada pelo empossamento de tal comissão administrativa».

Entretanto, o dr. Raul de Castro, Joaquim Felgueiras, Berta Monteiro e o arq.º Célio Costa, todos membros do M.D.P., que haviam sido contactados pelo Ministério da Ad-

ministração Interna, recusaram o convite que lhes fora endereçado e enviaram ao ministro da Administração Interna o seguinte telegrama:

«Movimento Democrático do Porto discorda da comissão administrativa para Câmara Municipal do Porto comunicada por V. Ex.ª em 23 de corrente, com a inclusão dos nossos nomes como vereadores. Concordamos inteiramente com a posição do M.D.P. e não desejamos participar em tal comissão administrativa».

livros



na banca do jornalista

"PACHECO VERSUS CESARINY"

A Estampa acaba de publicar, na sua colecção «Novas direcções», o volume «Pacheco Versus Cesariny». Classificado de «folhetim de feição epistolográfica», numa «invenção» e montagem de Luís Pacheco (349 páginas de texto compacto em corpo 10, incluindo algumas ilustrações de Martim Avilez) tem um «roteiro» que vale a pena transcrever:

As vozes (por ordem de entrada na paginação): Luís Pacheco, Mário Cesariny de Vasconcelos, Delfim da Costa (O cangalheiro da cidade), Virgílio Martinho, Manuel de Lima, António José Forte, dr. Vergílio Ferreira, Vítor Silva Tavares, Bruno da Ponte, Ricarte Dácio e Artur do Cruzeiro Seixas.

As datas: Rompimento Inaugural (texto anexo a A Afixação Proibida), 8 de Setembro de 1953; A Guisa de Epitáfio (carta de Manuel de Lima), 20 de Novembro de 1972.

Os locais: Lisboa, Setúbal, Paris, Caldas da Rainha, Londres, Santarém, etc.

Os episódios: atribuições de escribas portugueses durante a Era Salazarista; projectos de revistas jamais realizadas, livros apreendidos, processos de abuso da liberdade de Imprensa. Muita fome, muita aldrabice, alguma miséria».

T. da L.

6.ª FEIRA
DIA 30

SAI O N.º 66



NESTE NÚMERO:

- CORREIO DOS LEITORES
- RIAS BAJAS-74
- CAMPEONATO MUNDIAL DE CONDUTORES-F. 1
- CAMPEONATO MUNDIAL DE MARCAS
- FÓRMULA 2, SPORT/2 LITROS, TURISMOS
- CAMPEONATO MUNDIAL DE RALLIES
- KARTING: O FINAL DO CAMPEONATO

DOIS TESTES: UM BARCO E
UM AUTOMÓVEL (DATSUN 1600-J-SSS)

MESMO FORMATO ★ MESMO NÚMERO DE PAGINAS
MESMO PREÇO 10 \$ 00

ECONOMIA

Um tribunal sindical para mais gestores

Com um abraço num cartão de visita houve quem nos fizesse chegar às mãos, um recorte do «Times» de 18 de Julho, ao mesmo tempo que nos chamavam a atenção, no mesmo cartão, para a «graça» do recorte. Ainda nem agradecemos tão simpática lembrança mas pensamos que a melhor forma de agradecer será a de aproveitar mais largamente, na informação que vamos carregando, a «graça» desse recorte. Aliás, muito oportuna!

O título é «União forma tribunais disciplinares para observar gestores ineficientes», e a notícia é sobre a criação desses tribunais.

De que se trata? Pois trata-se de um sindicato («Transport and General Workers' Union in mid-Wales») que resolveu formar tribunais disciplinares de gestão, em que colherá informações e «julgará» o que for ineficiência gestora e perda de tempo e de dinheiro, de que sejam culpados gestores na indústria e na administração local.

Para começar, 134 ramos do sindicato arrancaram com a observação do comportamento gestor, e em caso de evidente «culpabilidade» — ou «flagrante delito» —, o tribunal chamará os responsáveis para «prestarem contas», podendo a «pena» ir de uma recomendação até ao convite à frequência de cursos de formação ou reciclagem.

Como explica um dos dirigentes do sindicato não se trata de vigiar a hora de almoço do patrão, mas de não consentir que a «qualidade» de patrão e de gestor seu representante sejam cobertura para desperdício, ineficiência, desequilíbrios que prejudicam toda a comunidade, inclusive com a agravante de não tomarem em consideração tomadas de posição dos trabalhadores menosprezando-as ou nem sequer as ouvindo.

Claro que esta formação de tribunais e o espírito que o fundamenta é muito discutível, ou poderá ser, se os próprios trabalhadores e o sindicato se «entusiasmassem» com a eficácia da gestão e não estiverem atentos à finalidade da gestão que se trata de explorar a sua força de trabalho, que é afinal a característica da base que está na raiz do processo de exploração que justifica um sistema de comunhão.

De qualquer modo, é muito interessante, neste «tempo de saneamento» (?), não esquecer o aspecto da utilização dos recursos da comunidade por forma que é prejudicial para a própria comunidade, e em razão de ineficaz gestão. Muito teria de fazer um tribunal como este em Portugal...

SÉRGIO RIBEIRO

A libra mantém-se forte apesar de certo pessimismo

Por: MARJORIE DEANE
Especial para o «DL»

este tom azedo não fosse confirmado na última sondagem do «Financial Times», que mostrou que dois terços dos indivíduos sondados estavam mais confiantes quanto às possibilidades das exportações agora do que há quatro meses.

Mas a parte mais desanimadora do estudo foi revelar que o pessimismo se estava a apoderar dos planos de investimento, com mais firmas a planearem reduzir as suas despesas de capital durante os próximos 12 meses do que a planearem aumentá-las.

Os resultados obtidos pela CBI não sugerem, contudo, uma quebra brusca na actividade industrial. Embora as tendências recentes tenham sido menos do que boas, as fábricas britânicas têm

estado a trabalhar fazendo uso da sua capacidade média. A produção está actualmente abaixo do normal mas isto deve-se mais a faltas de materiais e de mão-de-obra especializada do que a falta de encomendas. E embora seis de cada dez firmas fabricantes de bens de consumo tenham referido a falta de encomendas como factor possivelmente limitativo durante os três meses que restam até Novembro, a proporção de firmas que o fizeram no ramo das indústrias dos bens de capital foi de apenas uma em cada cinco, número inferior ao de Abril.

Mr. Healey poderá sentir que o mundo dos negócios não foi muito cortês no modo como recebeu as suas medidas anti-inflacionárias de 22 de Julho. Na base dos indicadores económicos chave, o Chanceler procedeu de modo acertado ao ter a coragem de deflacionar e de afirmar que está preparado para o fazer de novo no Outono, caso seja necessário. Transgiu bastante mais do que, de um modo geral, se esperava, desafiando muito do que tinha feito quatro meses atrás. O seu orçamento de Março aumentou os impostos indirectos em 680 milhões de libras (cerca de 40 800 000 contos). O orçamento actual reduziu-os em 660 milhões de libras (aprox. 39 600 000 contos).

Fez esta redução reduzindo o valor do imposto de valor acrescentado (VAT) de 10 para 8 por cento, o que representa 510 milhões de libras (aprox. 30 600 000 contos) durante o ano, e minorando as taxas locais no valor de 150 milhões de libras (aprox. 9 000 000 contos) para os proprietários de casas cujas taxas aumentaram mais de 20 por cento este ano.

Para a indústria houve o duplicar do prémio de emprego regional, lançado pelo Governo para suavizar o efeito da crise crescente de desemprego

nas áreas de desenvolvimento britânicas. Esta medida dará mais 118 milhões de libras (aprox. 7 080 000 contos) por ano, apagando quase por completo os 10 milhões de libras (aprox. 7 800 000 contos) que, em Março, o Chanceler lançou de impostos à indústria ao subir o imposto industrial de 50 por cento para 52 1/2 por cento. Mas a ajuda vai apenas para as firmas que trabalham nas zonas menos desenvolvidas e estas não são necessariamente as mais eficientes da Grã-Bretanha.

Para a «City» (Centro financeiro) houve um abrandamento de restrições nos dividendos; o valor anual dos aumentos permitido foi elevado de 5 por cento para 12 1/2 por cento. Mas houve um certo desapontamento porque o Chanceler não retirou totalmente o controlo.

A crítica mais generalizada às medidas do Chanceler é que não só fizeram muito pouco para restaurar o mercado de capitais como não conseguiram fazer o suficiente pelo «cash flow» da indústria. Na verdade, o corte feito ao imposto de valor acrescentado tem o efeito de piorar a posição de liquidez das companhias, uma vez que estas pagam o imposto com atraso e pagá-lo-ão à taxa antiga embora o cobrem à taxa nova.

Com decréscimo para 4 por cento da taxa de aumento anual de oferta de dinheiro na Grã-Bretanha, não há dúvida de que algumas firmas vêem as suas finanças severamente apertadas. O «Pay Board» foi abolido, existem pressões de custo cada vez maiores, mas o código de preços desgasta-se proveitosamente.

Mas a indústria virá a ganhar com os cortes feitos ao VAT, e não só em vendas extras. Beneficiará também do facto de pagar menos aumentos de pagamentos limiares de 40 p por semana aos empregados por cada aumento de um por cento no índice de preços no consumidor. O Chanceler pensa que as últimas medi-

Continua na pág. 18

"O TRABALHO É O CORAÇÃO DE PORTUGAL..."

É a segunda vez que abordamos o tema do TRABALHO. Fazemo-lo com a consciência de estarmos a ser úteis, dada a sua importância neste momento decisivo da vida portuguesa.

Certo capital industrial e financeiro, ligado ao imperialismo, tenta o boicote da nossa economia no abominável objectivo da reconquista da hegemonia política pela degradação, e consequente aniquilamento, da estrutura económica portuguesa, convidando-lhes estabelecer uma relação de forças que, como última consequência, trará uma situação **ainda pior** que a existente antes do 25 de Abril.

É o saudosismo «irritado» do tempo em que **poder económico se confundia com poder político**; e esse saudosismo **tudo fará, todos os meios utilizará**, como por esse mundo fora se tem visto, para reconquistar o terreno perdido pois para si, muito mais importante que democracia, liberdade, cultura e bem-estar do povo, é o PODER. Os «cordelinhos» pretendem eles mexê-los, em exclusivo, e para tanto não há que respeter meios... mas sim que olhar a fins.

Pois não se ouve falar em culturas e terrenos abandonados, em colheitas que não se efectuam, em produtos que criminosamente se deixam deteriorar, em fábricas que fecham ou reduzem a sua actividade sem justificação válida (umas vezes porque os seus proprietários não abdicam de «certa» margem de lucro outras vezes para «ajudar» ao desemprego, invocando a impossibilidade do mantimento da sanidade económica mas, de uma forma ou de outra, servindo a reacção), em crédito retirado pela banca comercial invocando falta de liquidez, em investimentos programados mas não efectuados, as mais das vezes sem razões transparentes?

Parece-nos que num duplo sentido os trabalhadores terão que orientar o seu trabalho.

O primeiro, muito importante, através da denúncia das manobras criminosas de sabotagem económica, ou outras, perpetradas pelo capital reaccionário no intuito de defraudar as unidades económicas mais débeis, aumentando o desemprego e criando um clima emocional de instabilidade, visando aquilo que é oposto ao interesse de quem trabalha: a consolidação da democracia que **tudo** tem a ver com o desafio económico de um país.

O segundo, igualmente importante, e que está nas próprias mãos do trabalhador, é o **melhoramento da qualidade e da quantidade da sua força de trabalho**.

O melhoramento da qualidade da força do trabalho liga-se directamente à produtividade de mão-de-obra e foi por nós focado nesta mesma página de Economia na passada terça-feira. Aí pretendemos realçar que o reapetrechamento industrial necessário no nosso país para efectivar um aumento de produtividade, bem como o «saneamento» dos métodos e das mentalidades habituadas a protecções de toda a ordem (o que provocou a sua estagnação e o seu amorfismo) não é coisa que se consiga de imediato.

Em face disso, como **via prioritária** preconizamos a **quantidade de força de trabalho** alertando, para tanto, que nessa mesma focagem de prioridades quer economicamente (pelo aumento da produção) quer socialmente (pelo incremento da capacidade de emprego) a medida era a mais aconselhável.

Também se escreveu sobre os países socialistas onde vigorou e vigora um esforço colectivo por via da quantidade da força de trabalho que os levou a atingir um elevado índice de desenvolvimento.

Hoje fizemos uma recolha de elementos referentes a um destes países — a Bulgária.

Na República Popular da Bulgária, país em que a produção e as relações de produção reflectem o sistema socialista, verifica-se que de 1952 a 1971 o salário nominal aumentou 235 por cento e o salário real 282,9 por cento. (1).

Resulta, pois, que em pouco tempo o povo búlgaro viu substancialmente aumentado o seu nível de vida. Goza hoje de melhores condições de vida, alimenta-se, veste-se e cultiva-se melhor.

Não há muito que a Bulgária era um país atrasado, essencialmente agrícola. As destruições originadas pela Segunda Guerra Mundial, todavia, apesar de todos os malefícios, não deixaram de ter repercussões importantes. E assim que desde 1944 o povo búlgaro se esforçou abnegadamente tornando possível a transformação da Bulgária num país desenvolvido, agrícola e industrialmente e em 1971 já 56 por cento do rendimento nacional provinha da indústria. Enquanto que em 1948, de cada 100 pessoas activas, 82 trabalhavam na agricultura, 8 na indústria e 10 noutros sectores, os números actuais são 31, 36 e 33, respectivamente. Desde 1948, o rendimento nacional aumentou 626 por cento e o rendimento per capita 522 por cento!

De acordo com as previsões a longo prazo, para o período até 1990, o crescimento médio anual será de 9 a 10 por cento, o que quer dizer que nesse ano o rendimento nacional será o quintuplo do de 1971.

Mas, é bom de ver, a maior parte deste aumento procederá da melhora contínua e rápida da produtividade do trabalho. Prevê-se uma taxa anual média de crescimento de 10,2 por cento por pessoa ocupada na produção de bens materiais, o que significa que em 1990 a produtividade será, também, cinco vezes maior que em 1970.

Também neste esforço tem parte determinante o horário de trabalho. E assim é que em 1971, 90 por cento das pessoas trabalhavam 46 horas por semana (seis dias úteis), havendo somente 10 por cento que praticavam 42,5 horas. Prevê-se, para 1975, a implantação generalizada da semana de 42,5, distribuídas por cinco dias, e à medida que se for incrementando o nível de produtividade ir-se-á reduzindo a duração do trabalho, esperando chegar-se às 40 horas em 1980.

Este aumento suplementar da produtividade é importante por duas razões socio-económicas. Por um lado, trata-se de manter o volume de produção ao mesmo tempo que o nível e a composição do consumo; por outro, há que garantir a capacidade de consumo dos trabalhadores, que depende do seu salário.

Neste momento concreto, também nós necessitamos de compreender que esse estímulo já existe (a queda do fascismo...) e que devemos consubstanciar a nossa oposição a um recuo pela tomada de posições correctas, das quais o TRABALHO é uma das mais importantes.

Estão criadas situações objectivas para possibilitar à maioria dos trabalhadores o sistema socio-económico-político que melhor venha a satisfazer as suas aspirações. Assim como vários perigos os espreitam...

Acima de tudo que prevaleça a lucidez.

(1) O **salário nominal** é a remuneração tal como a percebe o trabalhador, enquanto o **salário real** reflecte o poder aquisitivo que ele lhe proporciona.

S. M.

As remessas dos emigrantes fonte de financiamento da economia nacional

No artigo que há oito dias publicámos anunciando e justificando a divulgação de uma série de estudos sobre temas de natureza económica, monetária e financeira, referimos que seriam publicados na Imprensa diária os que mais se prendessem com as preocupações actuais da opinião pública.

Quer isto dizer que não virão a lume na dita imprensa, todos os estudos que destinamos a publicação final em brochura, pois que nem todos se encontrarão nas circunstâncias referidas, muito embora todos sejam considerados do maior interesse, tendo em vista a elaboração de um amplo quadro da vida económica portuguesa.

Em conformidade com o anunciado propósito damos hoje publicidade ao estudo: as remessas dos emigrantes — fonte de financiamento da economia nacional.

O tema presta-se, naturalmente, à formulação de opiniões dominadas pela emotividade resultante da simpatia humana que a situação de emigrante necessariamente inspira.

A circunstância de se encontrarem, neste momento, entre nós, talvez centenas de milhares de emigrantes, mais contribui para acentuar essa tendência.

A festa que muito justamente lhe foi dedicada teve o efeito de despertar o sentimento do País para essa importante realidade social que é constituída por centenas e centenas de milhares de portugueses que se viram forçados a buscar nas pátrias alheias aquilo que a sua lhes negou.

Procuraremos, porém, revelar neste trabalho, apenas o importantíssimo significado económico dessa realidade, utilizando, por isso mesmo, fundamentalmente, a linguagem dos números.

A quanto ascendem as transferências dos emigrantes?

1. Convém, antes de mais, esclarecer que não há nas estatísticas oficiais, relativas à balança de pagamentos, uma rubrica que se refira exclusivamente a estas transferências: compreendidas no capítulo das transferências privadas encontram-se também, pensões e rendas, doativos, assistência social e bolsas de estudo e remessas de natureza análoga. Pode-se, porém, afirmar que, face aos volumes das transferências dos emigrantes, as restantes transferências nada significam.

2. Há dez anos a esta parte, aquelas remessas atingiam um montante de 2.270 mil contos, isto é, representavam 19,95 por cento do valor das mercadorias exportadas e 12,94 por cento do valor das mercadorias importadas; no último ano, porém, já atingiram o expressivo número de 25.569 mil contos (valor estimado), o que significa 66,91 por cento do valor das mercadorias exportadas e 42,55 por cento do valor das mercadorias importadas, no mesmo ano.

Vejam, no entanto, como se processou a referida evolução (milhares de contos):

1964	2270	1969	11 277
1965	3109	1970	13 875
1966	4537	1971	18 266
1967	5993	1972	21 831
1968	7548	1973	25 569

Total durante os referidos dez anos: 114 275 mil contos.

Total durante os referidos dez anos: 114.275 mil contos.

A dívida que o País deixou de contrair

3. Qual o significado deste extraordinário «empréstimo» praticamente não reembolsável, que ao País foi proporcionado?

Sendo a nossa balança comercial constituída pelas exportações e importações de mercadorias e dado que esta balança apresenta saldo negativo crónico, isto é, o valor das exportações fica sempre muito aquém das importações, há que arranjar forma de pagar ao estrangeiro o excesso do valor destas sobre aquelas.

Quais os meios que os países podem normalmente utilizar para resolver este problema quando não conseguem promover as suas exportações até encontrar o equilíbrio da respectiva balança comercial?

— restrição das importações
— atrair capitais estrangeiros a título de investimento
— obter empréstimos a curto e médio prazo mas sobretudo a longo prazo.

4. Fazemos algumas considerações sobre os inconvenientes que o recurso a tais medidas implica para o País que a elas se vê forçado a recorrer.

a) As restrições impostas às importações, sendo hoje muito difíceis de adoptar, face aos convénios internacionais que visam a liberalização do comércio internacional, para terem a necessária expressão não podem deixar de abranger bens indispensáveis ao desenvolvimento da economia, como sejam os bens de equipamento, alguns de alta tecnologia.

b) A abertura em grande escala aos capitais estrangeiros destinados ao investimento, põe problemas de natureza política de que são conhecidos exemplos esclarecedores e, a longo prazo, pode agravar o problema em vez de o resolver.

c) A obtenção de empréstimos, além de implicar os problemas referidos na alínea anterior e de pressupor a existência de crédito, conduz à oneração do património nacional e não pode deixar de implicar uma política de intenso desenvolvimento económico que vise a substituição das importações por produtos de origem nacional e um grande incremento das exportações para que se possa fazer face às exigências da balança de pagamentos logo que se comecem a vencer os juros e as amortizações dos empréstimos.

5. E à luz destas considerações que tem de ser apreciado o serviço que os emigrantes prestam ao País.

Vejam, porém, como se processou a evolução do saldo negativo da balança comercial durante os últimos dez anos, comparando-a simultaneamente com a evolução das remessas gradualmente coberto com o produto destas (milhares de contos):

emigrantes que resolveram o problema da nossa balança de pagamentos, permitindo-nos pagar os bens destinados ao investimento que nos vimos

Anos	Saldo da balança comercial	Remessas de emigrantes
1964	6162	+ 2270
1965	8526	+ 3109
1966	9785	+ 4537
1967	9564	+ 5993
1968	11 005	+ 7548
1969	11 191	+ 11 277
1970	14 340	+ 13 875
1971	18 166	+ 18 266
1972	18 294	+ 21 831
1973	21 875	+ 25 569

forçados a importar, e até, e cada vez em maior grau, os que visavam alimentar a população dos «privilegiados» que não chegaram a emigrar.

Foram também eles que possibilitaram o ter-se registado saldo positivo na balança de pagamentos do País, durante os últimos anos, podendo até afirmar-se que, graças a eles, a referida balança se encontraria equilibrada nos anos de 1971, 1972 e 1973, mesmo que não tivesse havido as receitas de turismo.

6. Mas se as remessas dos emigrantes tiveram, entre outros, o mérito de dispensar o País de recorrer ao crédito externo em escala significativa, não se pode deixar de referir o benefício que representou para a balança de pagamentos, o não ter que suportar o encargo relativo aos juros que se teriam pago se o recurso a esses empréstimos tivesse sido a solução adoptada.

Partindo do princípio de que esses empréstimos teriam sido indispensáveis a partir de 1968, ano em que a balança de pagamentos teria sido fortemente deficitária se não tivesse podido contar com as remessas de emigrantes, e que os empréstimos só começariam a ser amortizados 6 anos após a sua obtenção, até 1973 teriam sido pagos, ao exterior, 15.140 milhares de contos a título de juros se estes fossem devidos a uma taxa média de apenas 7 por cento ao ano, sem contar com o efeito acumulado da importação de capitais para pagamento dos juros da dívida.

Em 1974 o País iria pagar 15.140 milhares de contos de juros e teria que dar início à amortização das dívidas.

A dívida externa estaria pelo menos agravada em mais 86.744 milhares de contos, em fins de 1973, para que a balança de pagamentos se encontrasse equilibrada!

Praticamente, esta situação teria sido impossível. O raciocínio apenas serve para pôr em relevo o significado das remessas dos emigrantes, em termos de contas nacionais.

O financiamento dos Planos de Fomento

7. Como se sabe, os Planos de Fomento prevêm determinação do montante de investimentos anuais a efectuar quer através do sector público quer através do sector privado.

O programa anual de investimentos implica a formulação de previsões relativas às suas fontes de financiamento.

Parece, pois, oportuno expor

aqui os montantes de investimento anualmente programados, pelo menos no decurso dos quatro últimos anos de vigência do III Plano de Fomento, que

abrangem os anos de 1968/73, e pôr o problema de saber qual a fonte real do seu financiamento.

Estes programas não compreendem os investimentos no sector das indústrias transformadoras.

Vejam, pois, o seu montante e evolução (milhares de contos):

1970 — 12.649; 1971 — 17.924; 1972 — 20.748; 1973 — 27.334

E evidente que as fontes imediatas de financiamento tiveram de ser o Estado, as Instituições de Crédito, o Mercado Financeiro, os Particulares e Empresas, Fontes não Especificadas e, até, o Crédito Externo. Excluído este último, as fontes imediatas de financiamento, que poderemos designar de fontes internas, forneceram os seguintes meios (milhares de contos):

1970 — 12.016; 1971 — 16.408; 1972 — 18.988; 1973 — 25.059

Compare-se, porém, estes números, com as remessas dos emigrantes (milhares de contos):

Julgamos, pois, poder concluir-se que, durante este período, quem financiou a execução do III Plano de Fomento foram os emigrantes portugueses.

Como?

Anos	Fontes Internas de Financiamento	Remessas de Emigrantes
1970	12 016	13 875
1971	16 408	18 266
1972	18 988	21 831
1973	25 059	25 569

As remessas dos emigrantes base de acumulação de poupança em Portugal

8. A forma mais significativa de constituição de poupança, sem entesouramento, consiste na constituição de depósitos a prazo junto do sistema bancário.

O sistema bancário português em fins de 1973, apresentava 143 milhões de contos de depósitos a prazo.

E significativo o confronto entre os valores acumulados, verificado ao longo dos últimos dez anos, das remessas dos emigrantes como total dos depósitos a prazo existentes em cada ano (milhares de contos):

Face a estes números, não será possível afirmar que a princi-

pal força financeira do nosso País é constituída pelo conjunto dos mais sacrificados de todos os seus cidadãos, apesar de parte significativa daquelas remessas ser lançada no mercado através do consumo dos seus familiares aqui residentes?

Basta referir que o poder financeiro autónomo, isto é, não

gal, através do conjunto do sistema bancário?

Qual tem sido, consequentemente, o maior factor de constituição de solidez para o escudo?

A banca comercial e as remessas dos emigrantes

10. Tem a «Banca» sido acu-

Anos	Remessas de Emigrantes acumuladas a partir de 1964	Depósitos a Prazo (Globais)	p de 2/3
1	2	3	4
1964	2 270	14 699	15,44
1965	5 379	20 271	26,53
1966	9 916	20 294	48,86
1967	1509	26 456	60,13
1968	23 457	36 088	65
1969	34 734	47 178	73,62
1970	48 609	66 688	72,89
1971	66 875	88 914	75,21
1972	88 706	115 439	76,84
1973	114 275	143 607	79,57

dependente dos capitais que lhe são confiados, das instituições do sistema bancário português, expresso em termos de capitais próprios, ou melhor, em termos de capital e reservas, não chega a atingir os 29 milhões de contos, segundo números de 28/2/1974.

As remessas dos emigrantes e a solidez do escudo

9. E do conhecimento geral que o escudo é uma moeda forte. Internacionalmente, assim é considerado.

Deriva esta apreciável qualidade, do facto de o País dispor, permanentemente, de elevadas reservas em ouro e em determinadas divisas (moeda estrangeira).

São as referidas reservas que constituem, grosso modo, a base fundamental da emissão de notas por parte do Banco de Portugal. Por lei, não podem as referidas notas exceder determinado limite dessas reservas.

Há longos anos, porém, que a cobertura para as notas em circulação é largamente superior ao mínimo estabelecido por lei. Por outro lado, carecendo, tanto, o País, de fazer importações de mercadorias que não

sada indiscriminada e irresponsavelmente.

Sem dúvida que não se pode deixar de imputar responsabilidades a quem as tiver.

E para esse efeito que se pretende liberdade de pensamento e de expressão.

Mas é preciso descobrir realmente e com objectividade onde estão os males. Com informação exacta; com rigor de análise; com espírito construtivo conforme as conveniências do País em cada momento.

O sistema bancário carece de profunda revisão. Afirmá-lo é reconhecer que há males que precisam de ser remediados.

Como se comportou, porém, a «Banca» em relação ao fenómeno da emigração?

Até que ponto terá ela contribuído para que os emigrantes se tenham mantido mais ligados à Pátria e que os seus capitais tenham podido ser remetidos para Portugal em tão expressivos montantes, em vez de servirem de meio de financiamento das economias locais que os acolheram?

A grande maioria dos bancos portugueses participou, para proveito do País, na captação e drenagem da poupança dos emigrantes. E se excepção houve, foi porque se fez contas, cálculos de rentabilidade e se chegou à conclusão de que a «operação» não era rentável.

Na verdade, a acção a desenvolver junto dos núcleos de emigrantes portugueses seria tanto mais eficaz quanto fosse pessoalizada a correspondente acção de pagamento junto dos respectivos familiares radicados no País.

Assim, a «operação» era, e é, indiscutivelmente, onerosa. Lançaram-se nela, no entanto, os que tiveram a percepção do extraordinário volume de poupança que viria a atingir-se, expressa, na origem, em moeda estrangeira, e se determinaram mais pelo móbil do crescimento do que do lucro puro e simples.

O Banco Pinto Sotto Mayor não terá sido o primeiro a ter a percepção do problema, mas conta-se, certamente, entre os primeiros.

Na verdade, a sua acção neste domínio, desencadeou-se logo no princípio do ano de 1966 quando as remessas dos emigrantes apenas atingiram o montante de três milhões de contos.

Contribui-se, deste modo, para evitar que os emigrantes portugueses radicados em países onde as taxas de juro sempre foram muito mais atraentes do que as existentes em Portugal, entregassem em maior grau a sua poupança às instituições de crédito locais e, sobretudo, aos

Continua na pág. 20

NACIONAL

O DECRETO-LEI SOBRE O DIREITO À GREVE E "LOCK-OUT"

1. A Constituição Política de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional de 23 de Setembro de 1933 proibiram a greve e o "Lock-out", para os quais se estabeleceu minuciosa tipificação penal (Decreto-Lei n.º 23 870, de 18 de Maio de 1934).

A ruptura da ordem política vigente até ao dia 25 de Abril implica a revogação do regime de proibição da greve e do "Lock-out", em consonância aliás, com o reconhecimento das associações sindicais e patronais e dos princípios que encontram expressão adequada no Programa do Movimento das Forças Armadas, parte integrante da nova ordem constitucional (Lei n.º 3/74, de 14 de Abril).

2. No plano internacional e nos países onde é admitida a greve o actual estatuto jurídico é expressão de uma certa mas segura evolução no sentido do reconhecimento de garantias mínimas de defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores, evolução estreitamente ligada à progressiva consagração da liberdade sindical e do direito ao sindicato e à actividade sindical.

Nesta perspectiva a greve é um factor de ordem económica e social que importa regular em ordem a determinar e estabelecer as formas e garantias do seu exercício e da defesa de outros direitos fundamentais.

3. O presente diploma evitando uma minuciosa regulamentação do exercício do direito à greve, estabelece porém, as grandes linhas de orientação e os limites do exercício de tal direito, conexionando-os com os princípios jurídicos da regu-

lamentação das relações colectivas de trabalho e com os poderes do Governo no domínio da requisição e mobilização definidos em lei especial.

4. Usando da faculdade conferida pelo n.º 3 do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, o Governo Provisório decreta e eu promulgo para valer como lei, o seguinte:

DIREITO À GREVE E "LOCK-OUT"

Artigo 1.º

É garantido aos trabalhadores o direito à greve nos termos do presente diploma.

Artigo 2.º

Considera-se greve a recusa colectiva e concertada do trabalho tendente à defesa e promoção dos interesses colectivos profissionais dos trabalhadores.

Artigo 3.º

Não é permitida a greve:

- As forças militares e militarizadas;
- Aos magistrados judiciais;
- As forças policiais e guardas prisionais;
- Aos bombeiros.

Artigo 4.º

Aos servidores do Estado, autarquias locais, institutos públicos ou

instituições de previdência, será reconhecido o direito à greve nos termos que vierem a ser definidos por lei especial.

Artigo 5.º

1. É ilícita a greve que tenha como objectivo a modificação de contratos e acordos colectivos de trabalho, antes de expirado o seu prazo de vigência.

2. O disposto no n.º anterior não se aplica aos contratos e acordos colectivos homologados antes de "25 de Abril de 1974".

Artigo 6.º

Considera-se ilícita a greve declarada com desrespeito do processo e acordos colectivos, bem como:

- A greve desencadeada por motivos políticos ou religiosos;
- A greve de solidariedade que não interesse directamente à mesma profissão, a menos que exerça em apoio a trabalhadores da própria empresa.

Artigo 7.º

1. Não é permitida a cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo.

2. É proibida a ocupação dos locais de trabalho durante a greve, sem prejuízo de poderem os grevistas formar piquetes externos com vista a assegurar que o trabalho não seja exercido por trabalhadores estranhos à empresa.

Artigo 8.º

1. A greve deve ser obrigatoriamente precedida de um período de negociações e de tentativa de conciliação ou mediação com a entidade patronal nunca inferior a 30 dias, contados a partir da data da apresentação por escrito das reivindicações.

2. Enquanto não for regulado o sistema de solução dos conflitos colectivos, a mediação de que trata o n.º anterior será exercida por comissões "ad-hoc", constituídas por um representante do Ministério do Trabalho que presidirá e por dois representantes dos trabalhadores.

3. A greve só poderá ser declarada se forem desatendidas total ou significativamente, as reivindicações dos trabalhadores.

4. As reivindicações serão subscritas pela associação ou associações sindicais competentes.

5. Quando as associações sindicais não representem a maioria do pessoal da empresa, a competência para apresentar reivindicações pertence às assembleias dos trabalhadores das empresas para esse fim reunidas.

Artigo 9.º

1. A competência para desencadear a greve pertence às associações sindicais dos trabalhadores quando isolada ou conjuntamente representem a maioria do pessoal da empresa.

2. Nas empresas em que a maioria do pessoal não esteja representada por associações sindicais, a assembleia dos trabalhadores poderá decidir a greve nos termos seguintes ou delegar essa competência em organismos intersindicais quando legalmente reconhecidos.

Artigo 10.º

1. As decisões da assembleia dos trabalhadores a que se refere o n.º 2 do artigo anterior serão tomadas em escrutínio secreto e deverão obter mais de 50 por cento de votos da totalidade dos trabalhadores da empresa a quem a greve respeite, ao serviço à data da entrega das reivindicações a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º.

2. No escrutínio estará presente um representante do Ministério do Trabalho.

3. Para o efeito do n.º anterior deverá a comunicação correspondente dar entrada com a antecedência de um dia útil no Ministério do Trabalho ou na sua delegação mais próxima com a indicação da data, hora e local do escrutínio.

Artigo 11.º

1. Decidida a greve, esta será comunicada à entidade ou entidades contra as quais é declarada com a antecedência mínima de 7 dias úteis, ou os necessários para assegurar que por efeito da interrupção não resultem danos para os equipamentos ou deterioração dos produtos em laboração.

2. A declaração de greve será acompanhada da definição clara dos seus fundamentos, da fixação

precisa do seu objectivo e da identificação dos delegados de greve a que se refere o artigo 12.º

3. As indicações constantes dos n.ºs anteriores serão comunicadas também ao Ministério do Trabalho ou sua delegação mais próxima com antecedência mínima de 7 dias úteis antes do início da greve.

Artigo 12.º

1. As direcções das associações sindicais ou dos organismos intersindicais, bem como as assembleias de trabalhadores, conforme os casos, deverão designar ou eleger 3 a 5 delegados de greve.

2. Os elementos de identificação dos delegados de greve designados ou eleitos nos termos do número anterior deverão ser enviados ao Ministério do Trabalho ou sua delegação mais próxima e à entidade contra a qual a greve é dirigida no prazo máximo de 2 dias, a contar da designação ou eleição.

3. Os delegados de greve servirão de representantes dos grevistas junto da entidade patronal.

4. Os delegados de greve, designados ou eleitos nos termos deste artigo, não podem ser despedidos sem justa causa durante o prazo de 6 meses após o termo da greve.

Artigo 13.º

1. Além dos piquetes a que já se fez referência no n.º 2 do artigo 7.º, aos grevistas é permitida também a organização de comissões de recolha de fundos e de propaganda.

2. Os grevistas podem desenvolver actividade que vise persuadir pacificamente a obtenção de adesão à greve dos trabalhadores que à mesma não hajam aderido.

3. As actividades referidas nos números anteriores não podem ser exercidas no interior do estabelecimento.

Artigo 14.º

1. É garantida a liberdade de trabalho dos não grevistas.

2. Enquanto durar a greve não pode a entidade patronal substituir os grevistas por pessoas que, à data da entrega das reivindicações não estejam ligadas à empresa por um contrato de trabalho.

Artigo 15.º

As associações sindicais e os trabalhadores ficam obrigados a garantir, durante a greve e de acordo com as normas estabelecidas, os serviços necessários à segurança e manutenção das instalações sem prejuízo do disposto no artigo 7.º n.º 2, relativamente à ocupação dos locais de trabalho.

Artigo 16.º

1. A greve suspende o contrato dos trabalhadores nela intervenientes sem prejuízo de observância das disposições aplicáveis na legislação sobre previdência.

2. O tempo de suspensão conta-se para efeitos de antiguidade.

Artigo 17.º

1. Para o efeito do presente di-

ploma consideram-se empresas de utilidade pública:

- Todas as que respeitem a indústrias essenciais à defesa nacional;
- As instituições de crédito;
- As que assegurem as comunicações e os transportes colectivos;
- As que prestam cuidados hospitalares, médicos e medicamentosos;
- As empresas funerárias;
- As que prestam serviços de distribuição de água, leite e energia;
- As de recolha de lixo.

2. Para as empresas de utilidade pública referidas no número anterior, é de 10 dias a antecedência prevista no artigo 11.º n.º 1 do presente diploma.

3. As associações sindicais e/ou os trabalhadores ficam obrigados a assegurar, durante a greve, os serviços das empresas de utilidade pública que vêm definidas, por forma a garantir a satisfação das necessidades mais urgentes.

Artigo 18.º

Durante a greve deve continuar a negociação e a mediação entre os representantes dos trabalhadores e das entidades patronais com vista a abreviar a sua duração.

Artigo 19.º

A suspensão do contrato de trabalho nos termos do artigo 16.º cessa: a) Pela conclusão do acordo entre as partes; b) Quando as associações ou assembleias competentes para declararem a greve decidirem da sua cessação.

Artigo 20.º

1. Não é permitido às entidades patronais recorrer ao encerramento total ou parcial da empresa para impor condições de trabalho aos trabalhadores ao seu serviço.

2. As pretensões das entidades patronais serão resolvidas nos termos que vierem a constar da lei sobre conflitos colectivos de trabalho.

3. Enquanto não for regulado o sistema de conflitos colectivos, as pretensões das entidades patronais que sejam desatendidas pelos trabalhadores ou seus organismos representativos, serão examinadas por comissões "ad hoc" constituídas nos termos do n.º 2 do artigo 8.º.

Artigo 21.º

As entidades patronais apenas poderão proceder ao encerramento da empresa: a) Quando seja declarada uma greve que não obedeça ao condicionalismo previsto nos artigos anteriores; b) Quando se verifique a ocupação dos locais de trabalho em infracção do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do presente diploma.

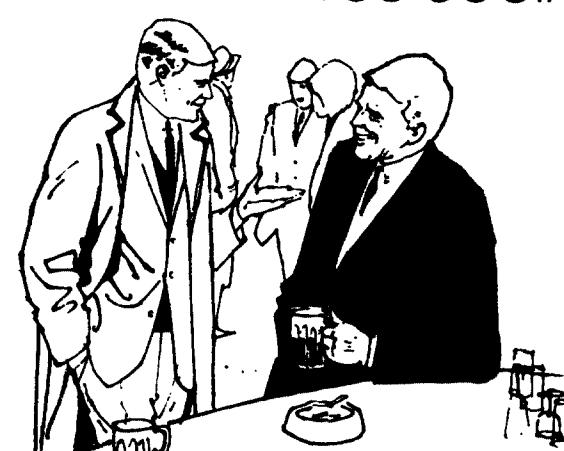
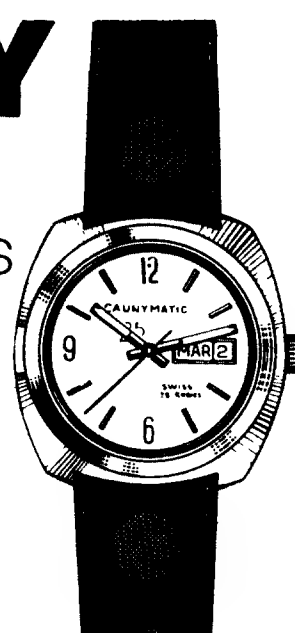
Continua na pág. 13



CAUNY

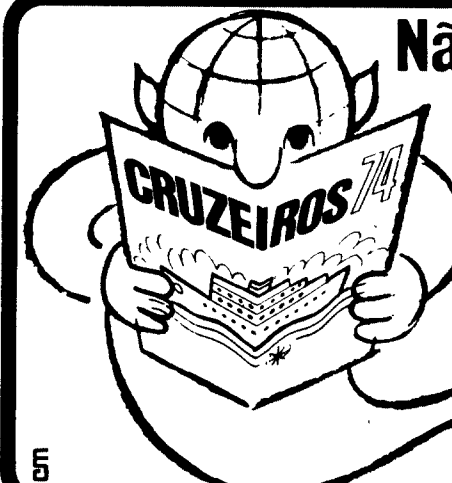
A MAIS ALTA PRECISÃO SUIÇA

PARA OS GRANDES MOMENTOS SOCIAIS

Exija a marca CAUNY gravada na coroa e na parte exterior da caixa

CALENDARIO DIA E DATA



Não somos Gênios mas fizemos o impossível

por lhe desvendar os segredos dos 7 mares em 1974, a bordo dos melhores hotéis flutuantes de todo o mundo. Não esqueça a alicante sugestão que lhe deixamos para as suas férias, qualquer que seja o mês em que as queira gozar

Consulte-nos e peça-nos os nossos programas.



C. T. M. — COMPANHIA PORTUGUESA DE TRANSPORTES MARÍTIMOS

COMUNICADO PAQUETE «FUNCHAL»

Avisam-se os Senhores Passageiros e Público em geral que devido ao Navio «UIGE» ter sido fretado, o Pacote «FUNCHAL» por imperiosa necessidade do tráfego nacional regressa ao serviço das linhas regulares da MADEIRA e dos AÇORES, cancelando os Cruzeiros Internacionais a partir de 17 de Setembro.

Para reservas e outras informações solicitamos aos Senhores Passageiros o favor de ser contactada a nossa SECÇÃO DE PASSAGENS: RUA AUGUSTA, 152 — Telef. 67 71 81 / 69 01 51 — LISBOA

UNIDADE GUINE-CABO VERDE FIRMADA POR SIMPATIZANTES DO P.A.I.G.C. EM LISBOA

O P.A.I.G.C. enviou para Cabo Verde três dos seus mais qualificados quadros superiores, para dirigirem o processo de politização e mobilização das massas populares em torno das palavras de ordem do Partido: independência imediata e incondicional do arquipélago, «não» ao referendo e unidade Guiné-Cabo Verde.

Os três dirigentes, que nessa qualidade se apresentam e actuam, encontram-se na legalidade, ainda que a legalidade do próprio P.A.I.G.C. não esteja ainda, em Cabo Verde, institucionalizada e reconhecida pelas autoridades portuguesas. Esta informação foi colhida durante a conferência de Im-

prensa concedida esta manhã pelo Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné (P.A.I.G.C.), organismo de apoio político ao P.A.I.G.C. em Lisboa.

Solicitados no sentido de precisar a conjuntura política da notícia, os responsáveis do G.A.D.C.G. declararam não estar informados nem se poderem pronunciar sobre a hipótese, que ontem constou em meios políticos idóneos de Lisboa, de representantes do P.A.I.G.C. irem a participar num Governo provisório de Cabo Verde, cujo direito à autodeterminação e à independência foi formalmente reafirmado no acordo de Argel, que noutro local publicamos.

... O acordo ontem celebrado entre Portugal e o P. A. I. G. C. constitui uma grande vitória das forças progressivas e uma grande vitória do povo da Guiné e Cabo Verde e da sua vanguarda, o P. A. I. G. C., que prosseguirá a prática do seu programa progressivo e anti-imperialista declarou um responsável do Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné. O P. A. I. G. C., de acordo com resoluções da O. U. A. e da O. N. U., é o único representante do povo de Cabo Verde — frisou o mesmo responsável que considerou positivos os pontos do acordo de ontem, relativos àquele arquipélago atlântico.

A conferência de Imprensa te-

ve como objectivo quebrar o silêncio que se tem notado geralmente em relação a Cabo Verde, e conforme a expressão do responsável do G.A.D.C.G., silêncio sem dúvida premeditado pelos interesses imperialistas no arquipélago.

Aquele responsável deu depois a palavra a outros elementos cabo-verdianos residentes em Lisboa e simpatizantes do P.A.I.G.C., que reafirmaram a tese da unidade Guiné-Cabo Verde, descreveram a situação política, económica e social nas ilhas, contestaram a hipótese de um referendo e finalmente provaram os intuitos neocolonialistas e provocatórios dos grupos políticos fantoches que operam em Cabo Verde.

RÁDIO PEQUIM E A POLÍTICA SOVIÉTICA

HONG-KONG, 27 (FP) — «O desenvolvimento das Forças Armadas Soviéticas mostra que o Ocidente tem sido sempre o principal objectivo dos designios político-militares soviéticos», declarou Rádio Pequim, captada em Hong-Kong, referindo-se a um artigo da revista alemã-occidental, «Die Politische Meinung».

Citando essa publicação, a estação indicou que «75 por cento do exército soviético, 70 por cento da sua força aérea 90 por cento dos mísseis de médio alcance e cerca de 85 por cento dos mísseis de pequeno raio de acção estão em posição na zona europeia da

URSS». Acrescentou que a «ofensiva de paz» soviética obedece a uma «dupla estratégia» visando «bloquear os progressos da comunidade europeia» e «congelar os preparativos de defesa do Ocidente contra o desenvolvimento militar soviético».

Como se este desenvolvimento não bastasse, a União Soviética aumentou os seus efectivos na Europa Oriental, de tal maneira que «o equilíbrio das forças militares na Europa Central não tem deixado de ser desfavorável ao Ocidente», concluiu Rádio Pequim, continuando a citar «Die Politische Meinung».

O CASO SOGANTAL

PIERRE LARDAT E SEUS COLABORADORES CONTINUAM DETIDOS

O caso da Sogantal continua a aguardar uma resolução que possa satisfazer os anseios de mais de meia centena de trabalhadores. Estes enviaram ontem uma delegação ao Ministério do Trabalho, que foi recebida pelo ministro Costa Martins, a quem os seus componentes expuseram os problemas e relataram os pormenores que envolveram a operação tipo «cavaleiro», realizada por um grupo de civis franceses para entrarem na fábrica a fim de se apoderarem do material que lá se encontrava. A operação foi realizada pelo proprietário da firma — Pierre Lardat — e por um grupo que era referenciado pelos nomes de

Covilleau, Vaujour, Callonier, Renadie, Pierre Chailloux, André, Michel, Guy St. Martin, F. Marit, J. Pierre por um «chauffeur» e por outro elemento indicado como sendo o «maitre chien», e os respectivos cães.

Estes «comandos civis» acabaram por ser detidos por forças do Copcon e trazidos para o Quartel do Lumiar em Lisboa. O caso, tal como esclareceu o ministro Costa Martins junto dos trabalhadores, tomou aspectos que transcendem o Ministério do Trabalho, pois há agora um problema de ordem pública que diz respeito às Forças Armadas. Na parte respeitante ao conflito de trabalho foi prometido que o Governo iria estudar o assunto para lhe dar solução.

Tinha sido marcada para ontem uma reunião com a administração da Sogantal, no Ministério do Trabalho, para tratar o assunto, sendo-lhe garantida também a segurança de pessoas e do património da fábrica, ao mesmo tempo que aos referidos administradores era aconselhado a que se abstinissem de qualquer acção de força ou confronto. Este conselho não foi cumprido e os franceses decidiram agir por conta própria. Trata-se de um problema de violação da ordem pública que, evidentemente, as autoridades não podem tolerar. Todavia, na opinião do ministro do Trabalho, trata-se de um caso excepcional, grave, mas que não inspira preocupações especiais.

CONSELHO DE MINISTROS EM SESSÃO PROLONGADA

Ao contrário do que estava previsto, o Conselho de Ministros reuniu-se hoje de manhã, a partir das nove horas, e não ao princípio da tarde. Na reunião, cuja agenda — necessariamente sobrecarregada — não foi divulgada, estão presentes, já, os ministros Mário Soares e Almeida Santos, que ontem, em Argel, assinaram o acordo de cessar-fogo e transmissão de poderes com o P.A.I.G.C.

Os ministros almoçaram na residência do primeiro-ministro, em S. Bento, onde a reunião decorre possivelmente até ao princípio da noite.

Senhor de coutada defende o aramado com bois bravos

Com o propósito de impedir que os caçadores entrem, como a lei da caça agora lhes consente, na Coutada denominada «Corte Pão e Água», sita a poucos quilómetros de Mértola, o proprietário fez transportar para lá oitenta bois bravos. Sucede porém que o aramado não é suficientemente resistente para gado de tal envergadura

e assim, há dias, alguns cornúpetos tresmalharam, seguindo em correria para uma estância balnear que existe nas Águas Santas», propriedade confinante com a coutada e onde se encontram a banhos cerca de três dezenas de pessoas.

Como resultado, dois homens foram colhidos pelos animais em louca e brava ca-

valgada, ficando bastante maltratados, pelo que tiveram de recolher ao Hospital de Beja, onde ficaram internados. A investida dos bois provocou ainda o pânico entre os banhistas que agora vêm afectados a tranquilidade e o repouso de que necessitam para o seu tratamento, pois receiam que a cena venha a repetir-se.

estabelecidas na lei geral, ficando também ressalvada a responsabilidade civil e disciplinar pelos actos praticados.

Artigo 29.º

1. Enquanto não for reestruturada a organização judiciária do País serão competentes os Tribunais do Trabalho para decidir todos os litígios emergentes da aplicação do presente diploma.

2. Nos casos de ilícito criminal, incluindo a aplicação das sanções do artigo anterior, são competentes os tribunais comuns.

Artigo 30.º

O presente diploma será revisto obrigatoriamente antes de um ano a contar da sua entrada em vigor e integrará-se no diploma sobre soluções dos conflitos colectivos de trabalho.

Artigo 31.º

Ficam revogados os artigos 170.º e 277.º do Código Penal, bem como o Decreto-Lei n.º 23 870 de 18 de Maio de 1934.

O DECRETO-LEI SOBRE O DIREITO À GREVE E "LOCK-OUT"

Continuação da pág. 12

ploma: c) Quando se verificarem por parte dos trabalhadores, actos de destruição ou deterioração voluntária de mercadorias, de matérias-primas, equipamentos e instalações; l) Quando, por razões de ordem técnica, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, se verificar a impossibilidade de continuação de laboração.

Artigo 22.º

O encerramento sem características de luta laboral é regulamentado nos termos gerais da lei do contrato de trabalho.

Artigo 23.º

1. A entidade patronal notificará os trabalhadores do «lock-out» em prazo não inferior a 7 dias úteis, com indicação circunstanciada das razões que levaram a tomar tal decisão, sendo dispensado o prazo nos casos previstos nas alíneas b) e c) do artigo 21.º

2. Idêntica notificação e com igual antecedência deverá ser feita ao Ministério do Trabalho ou à sua delegação mais próxima.

Artigo 24.º

O exercício do «lock-out», nos termos deste diploma, suspende o contrato de trabalho.

Artigo 25.º

1. Se se verificar que o encerramento não obedece às condições previstas no artigo 21.º, deverá o Ministério do Trabalho ordenar a continuação do funcionamento da empresa.

2. A decisão será tomada depois de ouvidos a entidade patronal e os representantes dos trabalhadores.

3. O «lock-out» deve cessar logo que possa ser assegurada a laboração das empresas, ou que cessem as suas causas referidas no artigo 21.º alíneas b) e d).

Artigo 26.º

Nas empresas de utilidade pública referidas no artigo 17.º não é permitido o «lock-out».

Artigo 27.º

1. O Governo poderá, nos termos de lei especial, determinar em circunstâncias particularmente graves, as medidas de requisição e mobilização necessárias para assegu-

rar o funcionamento dos serviços de interesse público e para evitar situações de perigo para a economia nacional.

2. Até à publicação da lei referida no número anterior, poderá o Conselho de Ministros determinar aquelas medidas.

Artigo 28.º

1. Aqueles que desencadear, mantiverem ou impedirem greves ou «lock-out» servindo-se de violência, ameaça ou coacção sobre os trabalhadores ou entidades patronais serão punidos com prisão até 6 meses.

2. Os promotores das reuniões, delegados de greve e associações sindicais que não notifiquem o Governo, nos termos dos artigos 10.º n.º 4 e 11.º n.º 3 do presente diploma serão punidos com multa de 500\$00 a 10 000\$00, que será elevada ao triplo no caso do artigo 17.º n.º 3.

3. Os empresários que não façam a notificação prevista no artigo 23.º n.º 2, serão punidos com multa de 10 000\$00 a 200 000\$00.

4. O presente artigo não prejudica a aplicação de penas mais graves

tamos com os negros» — declara Gerald Raftopoulos, dirigente da comunidade mestiça.

Mas não foi sempre assim, as pessoas de cor — como são designados na Rodésia os frutos da miscigenação entre as raças negra e branca — tendiam a identificar-se com os seus antepassados brancos.

Os políticos mestiços reconhecem que alguns membros mais idosos da sua comunidade continuam a considerar-se socialmente superiores aos negros. Todavia, afirmam que a rejeição persistente dos mestiços pelos brancos levou a nova geração a colocar-se firmemente no campo negro.

Com efeito, os vinte mil rodésianos que a miscigenação produziu neste país governado pela minoria branca vive num mundo de relações raciais anómalas.

Gozam os mesmos direitos eleitorais que os brancos nas eleições legislativas e municipais e pagam impostos ao mesmo nível. Segundo os seus representantes políticos, isso deveria assegurar-lhes o usufruto dos direitos civis atribuídos aos brancos, e que, de certa maneira, se verifica. Na verdade, os mestiços podem frequentar as mesmas piscinas que os brancos, comer nos mesmos restaurantes, beber nos mesmos bares e ver filmes nos mesmos cinemas.

Contudo, em muitas outras esferas a sua liberdade é cercada pela segregação racial, em parte estatuida por lei mas sobretudo resultando do hábito a que Raftopoulos dá a designação de «apartheid civilizado da Rodésia».

A lei que se revela talvez mais inconveniente é a que autoriza os brancos a estipular as condições de residência nas zonas que habitam, o que, na prática, nega efectivamente aos mestiços o direito de adquirirem propriedade nos bairros brancos.

As escolas oficiais e os hospitais civis são igualmente segregados, ao passo que a grande maioria dos proprietários dos restaurantes, aos quais pertence

a última palavra no assunto, se recusa a servir a clientela de cor.

Raftopoulos, que é o dirigente da associação nacional das pessoas de cor, declara que a discriminação reduz também as oportunidades profissionais para a sua comunidade. Assim, os maquinistas mestiços, embora altamente qualificados, são excluídos das principais vias ferroviárias e, por conseguinte, auferem salários mais baixos do que os seus homólogos brancos.

Por outro lado, não há elementos de cor na força de polícia, ao passo que os que prestam serviço no exército, particularmente no combate contra os guerrilheiros negros no Nordeste, exercem principalmente funções subalternas.

«Na fase actual, não creio que a nossa gente esteja muito interessada em desempenhar um papel de destaque no combate, visto sermos cidadãos de segunda classe», frisa Raftopoulos.

«A maioria dentre nós interoga-se para que está a combater. Será justo defender a supremacia branca?».

Salienta, da mesma maneira, o facto de o Governo rodésiano, que lançou uma campanha intensiva para atrair ao país colonos brancos, ser categórico quanto à exclusão de toda e qualquer imigração de mestiços.

Porém, apesar de tudo isto, Raftopoulos assegura que «não odiamos os brancos». «Podemos sentir-nos frustrados e azedados, mas não experimentamos ódio», acrescenta. Frisa que os mestiços têm plena consciência de que há compatriotas que se encontram em situação muito pior os rodésianos negros, que são tratados como «cidadãos de terceira classe».

Não poderá haver harmonia na Rodésia, enquanto não for totalmente abolida a discriminação racial.

E acrescenta que os mestiços não querem ser considerados brancos: «Orgulhamo-nos do que somos — queremos apenas igualdade de direitos.»

Mais um desastre na mina de ouro

JOHANESBURGO, 27 (F.P.) — Morreram no sábado cinco mineiros negros em consequência dum aluimento numa galeria da mina de ouro «Western Deep Level», perto de Carltonville, a uns cinquenta quilómetros a oeste de Johannesburg, anunciou um porta-voz da campanha.

Eleva-se assim a 34 pelo me-

nos o número de mortos acidentais nas minas de ouro da África do Sul desde o princípio do mês de Março.

Em 1973, onze mineiros da «Western Deep Level» foram mortos pela polícia durante motins. No mês de Abril deste ano dez outros mineiros negros morreram durante desordens tribais.

ESTRANGEIRO

Chipre entre duas ameaças: a dos guerrilheiros gregos e a dos separatistas turcos

NICÓSIA, 27 (R) — Sobre a ilha de Chipre, onde se mantém um cessar-fogo precário, paira agora a dupla ameaça dos cipriotas turcos proclamarem uma república independente no seu sector e de elementos cipriotas gregos das direitas desencadearem uma luta de guerrilhas.

Surgiram por outro lado indicações, após a visita do secretário-geral da O.N.U. a Nicósia, de que o mandato das forças de paz da O.N.U. poderá ser revisto para lhes permitir desempenhar mais eficazmente a sua missão.

Um dos aspectos mais positivos da visita de Kurt Waldheim foi o de permitir uma reunião entre o presidente cipriota grego Clerides e o chefe da comunidade cipriota turca Rauf Denktaş, os quais não se viam desde a invasão turca da ilha.

Os dois homens, embora defendendo posições antagónicas, são amigos de infância e concordaram em reunir-se regularmente, todas as segundas-feiras, para discutirem os problemas que afectam os 200 mil refugiados de guerra.

Waldheim disse que o encontro com os dois dirigentes foi frutuoso, representando um primeiro passo com vista à solução pacífica do conflito cipriota, mas pouco depois do secretário-geral da O.N.U. ter partido para Ankara, Denktaş fez saber que poderia recorrer à proclamação de uma república turca independente em Chipre, caso a Grécia ponha a questão cipriota perante a Assembleia Geral da O.N.U., que começa no próximo dia 17 de Setembro.

Em princípio, o caso cipriota deverá ser apresentado ao Conselho de Segurança, com a presença de representantes gregos,

turcos e cipriotas, mas um informador oficial de Atenas disse que se essa tentativa falhar a Grécia recorrerá à Assembleia Geral, onde sabe poder contar com o apoio de uma larga maioria, incluindo os países não alinhados, que são favoráveis à independência e soberania de Chipre.

Por outro lado, o presidente Clerides poderá ser pressionado por elementos das direitas pertencentes à organização EOKA-B, que continua decidida a lutar pela «Enosis» ou união com a Grécia.

Um dos dirigentes dessa organização extremista, o capitão Andreas Moustakas, concedeu uma entrevista à Reuter durante a qual afirmou que os seus homens continuavam dispostos a recorrer à luta de guerrilha para alcançarem esse objectivo.

«Preferimos morrer a desistir da Enosis», disse o capitão Moustakas, «temos homens, armas e munições em quantidade suficiente».

Moustakas foi entrevistado num esconderijo das montanhas, onde se refugiaram muitos cipriotas gregos.

O dirigente da EOKA-B disse que a organização lutará exclusivamente contra o presidente Clerides se ele ceder alguma parcela da ilha aos turcos.

RESPOSTA TURCA PARA HOJE

ANKARA, 27 (EFE-ANI) — A Turquia responderá hoje oficialmente ao plano soviético sobre Chipre, anunciou o primeiro-ministro turco, Bulent Ecevit.

O primeiro-ministro turco, que ontem teve uma reunião com o secretário-geral da

O.N.U., Kurt Waldheim, em visita oficial a Ankara, declarou que tinha estudado a fundo o plano soviético juntamente com o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Turgut Gunes.

Ecevit respondeu que «dentro de um ou dois dias poderemos falar mais claramente», quando os jornalistas lhe perguntaram a sua opinião sobre a posição grega e sobre o futuro de uma solução negociada.

E.U.A. CONTRA A PROPOSTA SOVIÉTICA

WASHINGTON, 27 (F.P.)

O porta-voz do Departamento de Estado, Robert Anderson, deu claramente a entender na segunda-feira que os Estados Unidos não são actualmente favoráveis à proposta soviética de convocação de uma conferência internacional alargada para resolver o problema cipriota. Anderson acentuou que tal conferência constituiria «mais um fórum que não seria útil». «Presentemente é esta a nossa impressão, mas estamos dispostos a considerar qualquer proposta aceitável por todas as partes».

MINISTRO JUGOSLAVO EM CHIPRE

BELGRADO, 27 (UPI-ANI)

O presidente Tito envia hoje a Nicósia o ministro jugoslavo dos Negócios Estrangeiros, Milos Minic, com mensagens para Turquia como com a Grécia e, o líder dos cipriotas turcos, Rauf Denktaş.

No domingo, o Governo jugoslavo receberá a proposta soviética de uma conferência sobre Chipre no âmbito da O.N.U. como um contributo significativo para as iniciativas tendentes a uma solução política da crise.

A Jugoslávia tem mantido relações amistosas tanto com a Turquia como com a Grécia e, particularmente, com o antigo Governo cipriota, o do arcebispo Makarios.



O secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim (à esquerda na telefoto) avistou-se ontem em Ankara com o primeiro-ministro turco, Bulent Ecevit, na sua tentativa de encontrar uma solução satisfatória para a crise cipriota. (Telefoto UPI-Teleimprensa)

ETIÓPIA

O Governo anterior responsável pela morte de cem mil pessoas

ADIS-ABEBA, 27 (R.)

Os quinze membros de uma Comissão de Inquérito, instituída pelos militares que actualmente dirigem o país, chegaram por unanimidade à conclusão de que o Governo deposto do primeiro-ministro Aklilu Wold foi colectivamente responsável pela morte de 100 mil pessoas que pereceram de fome no ano passado na Etiópia durante a seca.

Num relatório divulgado oficialmente ontem à noite, a Comissão de Inquérito acusa o Governo de negligência por não ter tomado as medidas urgentes que se impunham para auxiliar as populações afectadas, ao mesmo tempo que deliberadamente suprimia a divulgação das notícias sobre a verdadeira situação na província de Wollo, onde a tragédia assumiu maiores proporções.

O primeiro-ministro Aklilu, derrubado pelos militares em Fevereiro, encontra-se actualmente detido, juntamente com os membros do seu Governo, pendendo sobre eles graves acusações de corrupção e má administração.

O IMPERADOR ISOLADO

O imperador Hailé Selassié da Etiópia, a quem foram retirados já virtualmente todos os poderes, assim como os palácios, parece agora prestes a perder

o direito de circular à vontade no seu reino montanhoso.

A Comissão das Forças Armadas, que governa o país, deve anunciar em breve, segundo se espera, que o monarca, de 82 anos, deve permanecer em Adis-Abeba e efectuar apenas viagens muito restritas.

A Comissão, segundo notícias fidedignas, deve fazer uma série de comunicações importantes, durante a próxima semana, afectando todas elas de perto o imperador.

Essas notícias dizem que a Comissão definirá o papel e os deveres do soberano, que governou o país durante os últimos 44 anos.

Os militares decretaram no fim da semana que Hailé Selassié deveria ser privado de todos os seus palácios, que se creía atingidos cerca de uma dezena, e que os edifícios deveriam ser dados todos ao Governo.

O edifício foi construído em

isolamento virtual no que era anteriormente conhecido como o Palácio do Jubileu, mas foi baptizado de novo, no sábado passado, passando a ser o Palácio do Povo.

O edifício foi construído em 1955, no 25.º aniversário do reinado do soberano.

As comunicações da próxima semana pelas Forças Armadas devem revelar, segundo se aguarda, alguns escândalos acerca de manipulações financeiras internas e no estrangeiro, implicando pessoas altamente colocadas.

As Forças Armadas detêm cerca de 160 ex-ministros, funcionários civis, militares, governadores provinciais e juizes no QG da 4.ª Divisão do Exército, no centro da cidade.

Estão a ser alvo de uma investigação feita por uma comissão de 15 membros por causa de acusações de má administração e corrupção.

Referendo para independência dos Comores

PARIS, 27 (FP)

Oliver Stirn, secretário de Estado para os Territórios e Departamentos do Ultramar, anunciou ontem numa reunião com a Imprensa, a decisão do Governo francês de submeter um projecto de lei organizando um referendo nas Comores acerca da independência deste arquipélago.

Esta decisão segue-se explicitamente aos «compromissos» assumidos pelo presidente Giscard d'Estaing no decurso da campanha eleitoral. Permitirá, também, definir a posição da França neste domínio antes da reunião, quarta-feira em Nova York, da Comissão de Descolonização da ONU que tratará en-

tre outras questões das Comores.

No que se refere à data da consulta, Stirn precisou que por causa do Ramadão, poderia, em vez de Dezembro, ser marcada para Março de 1975.

Prospecção de petróleo

ISLAMABAD, 27 (FP) — O Paquistão assinou ontem um acordo petrolífero com a firma «Texas Gulf» que, em breve, vai iniciar prospecções de petróleo e de gás natural numa zona de 28 000 km. No Baluchistão e no Estado de Pendjab.

Companhias alemãs, francesas e americanas já obtiveram concessões para prospecções petrolíferas no Paquistão.

AUXÍLIO SUECO A HANÓI

ESTOCOLMO, 27 (UPI/ANI) — A Suécia anunciou um auxílio de 770 milhões de coroas ao Vietname do Norte (cerca de 4400 milhões de escudos), nomeadamente para reconstruir a indústria do papel.

Trata-se de um dos maiores investimentos jamais feitos pela Suécia no estrangeiro — declarou o secretário de Estado Lennart Klackenber, que no fim-de-semana regressou de uma visita à Indochina.

A MENINGITE NO BRASIL - 220 MORTOS ESTE MÊS

SÃO PAULO, 27 (EFE/ANI) — O número de vítimas provocadas pela meningite no mês de Agosto, no Brasil, é de 220 mortos, de acordo com os dados estatísticos fornecidos ontem pela Secretaria

de Saúde do Estado de São Paulo.

O documento revela que actualmente o número de internados nos diversos hospitais atinge os 1782 doentes, tendo sido efectuadas este mês 171 novas admissões e dadas 126 altas.



EUROPA EM AUTOCARRO

Viagens acompanhadas em autocarro de luxo
Organização Politur

Madrid	4 dias	2.100\$00
Vigo, Santiago e Corunha	5 dias	2.800\$00
Andaluzia	8 dias	4.390\$00
Lourdes, Andorra e Madrid	9 dias	4.750\$00
Paris, Londres e Madrid	16 dias	10.500\$00
Espanha, França, Suíça e Itália	21 dias	13.700\$00
ica, Holanda, Vale do Reno e Suíça	20 dias	13.700\$00
Romântica	21 dias	13.950\$00
Austria e Itália	24 dias	15.900\$00
Suíça, Austria, Hungria e Itália	24 dias	15.900\$00

Mais um programa com o apoio da nossa organização

INFORMAÇÕES E RESERVAS
Rua Rosa Araújo, 2 - Tel: 536971 - LISBOA

Meliá

na sua rota pelo mundo

A sobrevivência da ONU pode depender de Chipre -adverte Mavros

MUNIQUE, 27 (DPA-ANI) — Mais de setenta países não alinhados teriam de temer pela sua independência e soberania se a força fosse utilizada para resolver o problema de Chipre, afirmou o ministro grego dos Negócios Estrangeiros, Georgios Mavros, numa entrevista publicada em Munique.

Segundo ele, a sobrevivência das Nações Unidas será também duvidosa se os princípios fundamentais de que dependeu o mundo do pós-guerra forem abandonados na ilha.

Numa entrevista publicada no Diário «Sueddeutsche Zeitung», Mavros sublinhou que a solução do problema cipriota ajudaria também largamente a determinar o futuro das relações dos Estados Europeus com as superpotências.

Mavros revelou que o seu País não estava disposto a rever a decisão de cessar a cooperação militar com os membros da NATO.

Mas a Grécia permanecerá como membro do Conselho Político da NATO.

O Governo também continua os seus esforços para se tornar membro da Comunidade Económica Europeia.

A finalizar Mavros afirmou: «Ninguém deve alimentar ilusões de que o Governo grego não continue com determinação a sua política externa».

TURISMO

"A SITUAÇÃO DO EMIGRANTE COMO TURISTA É UM CAMPO DE ACÇÃO A EXPLORAR"

-afirma o secretário de Estado da Emigração

Num folheto largamente distribuído aos emigrantes chegados recentemente a Portugal, editado pela Secretaria de Estado da Emigração, o eng. Pedro Coelho, depois de uma saudação de boas-vindas, afirma que o trabalhador português, que foi forçado a procurar no estrangeiro os meios indispensáveis à sua subsistência, encontra, agora, um País diferente, uma Pátria onde a liberdade e a dignidade humanas foram restituídas após o 25 de Abril.

E acrescenta que a Secretaria de Estado, consciente da importância dos problemas e necessidades sentidas pelos trabalhadores portugueses no estrangeiro, procurará, na medida das suas possibilidades, soluções para algumas carências mais prementes e estabelecer um plano de acção futura que pressupõe a colaboração necessária dos emigrantes e suas organizações.

Este espírito enunciado e a própria juventude de toda a equipa por que é constituído aquele novo departamento, dependente do Ministério do Trabalho, constitui uma razão mais para ouvirmos directamente o engenheiro Pedro Coelho sobre casos específicos, cujas respostas interessariam não só todos os nossos compatriotas que labutam além-fronteiras, mas, de uma forma geral, o País inteiro.

«Diário de Lisboa»... O emigrante, como turista, foi sempre ignorado pelas entidades oficiais portuguesas. Concretamente, para além da importância económica que representa para o nosso país a vinda de férias dos nossos compatriotas que, por motivos de uma procura de sobrevivência mais digna, foram forçados a radicar-se no estrangeiro — sabe-se que cada emigrante deixa, em média, em divisas, sempre que nos visita, mais dinheiro do que qualquer turista de qualidade —, a conveniência de não desenraizar da Pátria essas centenas de milhares de trabalhadores que, na maioria dos casos, foram obter também uma especialização profissional e o legítimo direito que adquiriram de um tratamento especial por parte do Governo, pergunta-se se será chegado o momento de encerrar o problema com a amplitude que o caso merece e se já estará definido algum programa de acção por parte da Secretaria de Estado da Emigração.

Secretário de Estado
Neste momento não temos ainda um programa de acção, com um programa de iniciativas, que visem a promoção do turismo em Portugal, da parte do emigrante.

E evidente que o problema é interessante, quer do ponto de vista da ligação do português à Pátria, como do ponto de vista económico no sentido do desenvolvimento do turismo em Portugal. Pensamos, pois, que é um campo de acção a explorar, tanto mais que o enquadrámos na área de recepção ao português quando se encontra em

Portugal a passar férias.

APOIO DA BANCA PRIVADA

D.L. — Vários estabelecimentos de crédito têm, desde a primeira hora da existência de grandes núcleos de emigração no estrangeiro (especialmente em França e na

português no estrangeiro, de se adaptar facilmente aos sistemas de vida dos países onde se instala, da sua rápida aprendizagem do idioma-ambiente, a assimilação acelerada, especialmente por parte dos descendentes jovens, dos usos e costumes que os rodeiam, são tudo condições favoráveis a um

trabalhador residente em Portugal. Não será legítimo esperar que os seus campos de férias possam passar a ser ocupados também pelos nossos compatriotas que residem além-fronteiras, quando venham em visita à sua Pátria?

S.E. — E cedo para podermos fazer projectos sobre qual será o destino da F.N.A.T.e,consequentemente, mais difícil é prever a sua utilização pelos nossos compatriotas que residam além-fronteiras.

S.E. — Neste momento não estão previstas quaisquer iniciativas de tipo comercial por parte da Secretaria de Estado da Emigração. Pensamos que, na realidade, há um interessante mercado para produtos alimentares portugueses junto dos grandes centros de emigração e será, com certeza, uma preocupação da Secretaria de Estado do Comércio Externo o estudo efectivo das condições e viabilidade prática do fomento e do desenvolvimento desses mercados.

S.E. — Neste momento não estão previstas quaisquer iniciativas de tipo comercial por parte da Secretaria de Estado da Emigração. Pensamos que, na realidade, há um interessante mercado para produtos alimentares portugueses junto dos grandes centros de emigração e será, com certeza, uma preocupação da Secretaria de Estado do Comércio Externo o estudo efectivo das condições e viabilidade prática do fomento e do desenvolvimento desses mercados.

S.E. — Um plano de recepção aos emigrantes será desenvolvido de modo a ter início no próximo Natal. O acolhimento no Verão em curso não foi satisfatório, embora se tivessem tentado algumas medidas de emergência, mais de carácter psicológico pelo aspecto de carinho e interesse que demonstraram, do que, propriamente, pela sua eficácia e extensão.

O CASO DOS COLONOS

D.L. — Por último, e interpretando, provavelmente o desejo de conhecimento da resposta a uma interrogação bastante generalizada neste momento, gostaríamos de saber se estará previsto pela Secretaria de Estado algum acolhimento especial aos emigrantes, tanto os que estão a chegar como os que venham a ser esperados, oriundos das colónias portuguesas.

S.E. — Um plano de recepção aos emigrantes será desenvolvido de modo a ter início no próximo Natal. O acolhimento no Verão em curso não foi satisfatório, embora se tivessem tentado algumas medidas de emergência, mais de carácter psicológico pelo aspecto de carinho e interesse que demonstraram, do que, propriamente, pela sua eficácia e extensão.

Assim, distribuímos algumas dezenas de milhares de um jornal de boas-vindas e espalhámos por diversos postos, por onde o emigrante poderá passar, alguns milhares de cartazes e autocolantes. Talvez o trabalho mais de fundo que ainda houve tempo de fazer tenham sido algumas reuniões, o que tem permitido um contacto directo do secretário de Estado e dos seus colaboradores com algumas centenas de emigrantes.

Quanto aos que voltam definitivamente, o problema reveste-se de um âmbito interministerial pois a sua solução passa pela garantia de postos de trabalho, em condições minimamente aceitáveis. Para os eventuais retornados de África será nomeada uma comissão interministerial, que se dedicará exclusivamente a esse problema.

Entrevista conduzida por JOSÉ VACONDEUS

Alemanha), desenvolvido larga actividade no sentido de captar o produto das economias daqueles trabalhadores, com nítido benefício para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

Sabe-se que, no último ano, a entrada de divisas correspondente à transferência para Portugal do remanescente do produto do trabalho dos nossos compatriotas ultrapassou os vinte e cinco milhões de contos — mais de o dobro conseguido com os turistas estrangeiros. Entende o sr. secretário de Estado que deveria ser feito o apelo à banca privada no sentido de contribuir para um serviço de apoio local — financeiro, social, recreativo, educacional, etc. — aos portugueses que trabalham além-fronteiras?

S.E. — Não me parece que caiba ao sector bancário o desenvolvimento de iniciativas no campo social, cultural ou de ocupação de tempos livres. Essas actividades cabem principalmente à própria iniciativa de grupos e associações de emigrantes, apoiadas essencialmente, quer por esta Secretaria de Estado, quer por outros departamentos do Estado português, como o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Turismo, etc., bem como em organismos dos países onde se encontram os que se dedicam a essas actividades junto do emigrante.

Quanto à questão financeira é legítimo, pela própria definição de actividade, que a banca privada desenvolva um trabalho junto dos emigrantes.

Há, no entanto, a acautelar — e nesse aspecto o Estado, particularmente esta Secretaria de Estado, tem um papel fundamental — que as poupanças dos emigrantes sejam investidas em projectos que lhe deem uma taxa de juro compensadora e, por outro lado, estejam ao serviço da melhoria de condições de vida de todos os portugueses. Nesta ordem de ideias não deixo de referir a importância que deverão ter as entidades bancárias estatais de crédito e fomento, como a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Fomento, nas operações de investimento das remessas dos emigrantes.

O IDIOMA PÁTRIO...

D.L. — O fenómeno que se passa com o emigrante

progressivo afastamento da Pátria e, sobretudo em gerações futuras, à perda da nacionalidade portuguesa. Estão previstas escolas, junto dos núcleos mais representativos dos nossos emigrantes,

D.L. — Para pôr em prática todo um esquema que vise o despertar da apetência da visita a Portugal, não só em período de férias como também durante fins-de-semana prolongados, será certamente necessário efectuar um trabalho promocional para o qual muito contribuirá a informação escrita e audiovisual.



Eng.º Pedro Coelho: «O trabalhador português emigrado encontra agora um país diferente»

com o objectivo de manter a presença viva da nossa cultura? Será de admitir a possibilidade de criação de bolsas de estudo, para o ensino secundário e até superior, destinadas aos filhos dos emigrantes portugueses?

S.E. — Sem dúvida nenhuma que sim, quer na primeira, quer à segunda questão. Quanto à primeira, em colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, projectamos elaborar um programa de acção que nos permita atingir esse desiderio.

Isto é tanto mais importante, quanto as carências de ensino básico em português são agudamente sentidas por grande número de compatriotas nossos que vivem no estrangeiro. O campo das Bolsas cai, mais directamente, sob a alçada do Ministério da Educação e Cultura, embora estejamos certos que, dentro do espírito de grande entendimento dos problemas de educação e cultura que a actual equipa responsável por esse ministério possui, e de acordo com os orçamen-

A televisão terá um importante papel a desempenhar para se atingirem os objectivos desejados. É previsível a utilização de canais da TV francesa, alemã, canadiana, brasileira e dos Estados Unidos, com programas especialmente destinados aos emigrantes portugueses e que, simultaneamente, façam a promoção turística do nosso País junto dos públicos estrangeiros?

S.E. — Está prevista, na realidade, a elaboração de programas em língua portuguesa nos países em que a emigração portuguesa é significativa. Já existem, aliás, em alguns países, como o Canadá, por exemplo, programas deste tipo. Parece-nos, pois, que nesses programas poderão ser incluídos alguns aspectos que fomentem a visita dos portugueses ao seu País.

D.L. — A Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.), agora entregue ao Ministério do Trabalho, esteve sempre canalizada para a utilização pelo

principais desta entrevista, gostaríamos de conhecer a opinião do sr. secretário de Estado da Emigração acerca de uma situação que julgamos deverá ser considerada prioritária em nossa opinião — quanto à manutenção dos usos e costumes da nossa terra, sobretudo no campo culinário. Sabe-se que, um dos elementos mais fortes de ligação da Pátria com os seus filhos que trabalham fora do ambiente natal é o conservadorismo dos hábitos na alimentação. Por outro lado, a enorme dificuldade na obtenção de géneros genuinamente nacionais nos mercados estrangeiros faz com que, a pouco e pouco, se vão criando costumes alimentares totalmente diferentes dos portugueses. Está prevista a criação de centros comerciais junto dos núcleos da emigração que sejam, simultaneamente, o local de venda de produtos legítimos do nosso país, o ponto de reunião e convívio dos nossos compatriotas, o posto de venda de jornais e revistas e livros de língua lu-

AS TERÇAS-FEIRAS



O JORNAL

motor

NACIONAL

Protesto da CDE de Sintra

Da Comissão Concelhia da CDE de Sintra recebemos, com pedido de publicação, o seguinte telegrama endereçado ao ministro da Administração Interna:

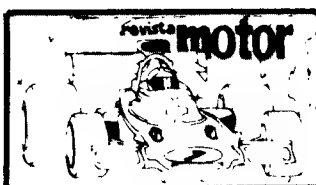
«Concelho de Sintra mani-

festa profunda apreensão de-mora verificada homologação Comissões Administrativas au-tarquias locais longo tempo eleitas assembleias públicas solicitando decisão urgente permita realização programa MFA».

AMENDOIM DE ISRAEL

GRADO SABOROSO NUTRITIVO

Com Amendoim de Israel mais VITALIDADE



LUSOFRIO REPARAÇÕES FRIGORÍFICAS Telef. 77 62 87 — LISBOA

Livreiro bejense arma em censor

A reacção organiza-se, desperta de pútrido letargo, avança sob formas, as mais variadas. Senão vejamos: antes existia uma Censura, uma Pide, que proibiam, apreendiam, amputavam, adulteravam artigos, gravuras, fotos, livros. Pois agora à falta de tão sinistros aparelhos repressivos, surge outra fauna não menos activa e ardilosa.

Certos livreiros, frente avançada do obscurantismo, guardiões empenhados da reacção, que, recusando o escritor fulano de tal, porque o querem marginalizado, estão a prestar amplos serviços aos seus correligionários ainda agora conspirando na sombra.

Aconteceu há dias com um livro da minha autoria, «Sangue Negro, Sangue Branco e o Suor da Guerra», que a Pide em Setembro de 73 retirara do mercado, sob a alegação de «altamente subversivo» e «atentatório da

moral do exército português». E aconteceu em Beja, na livraria «Correia», por obra e graça do seu proprietário, que precisou: **De Manuel Geraldo e outros não entra já nenhum livro no meu estabelecimento!** — Sim, porque o problema da desfascistização e da descolonização portuguesa, causam engulhos a muito boa gente. Livreiros e não só.

Proibidos pela Pide antes do 25 de Abril, agora vetados pelo senhor Correia e outros senhores Correias que já vão despontando por esse País fora. Que fazer? Para já não calar nem aguardar serenamente que, à falta de polícia política, alguma brigada de livreiros, género «Ordem Nova», comece para aí a marginar escribas e a prendê-los pela calada da noite, à sinistra maneira dos maus velhos tempos.

MANUEL GERALDO



SIDERURGIA NACIONAL, S.A.R.L.

Rua Braamcamp, 7 — LISBOA

AUMENTO DE CAPITAL DE 847 321 PARA 1 440 445 CONTOS POR INCORPORAÇÃO DE RESERVAS

Devido a condicionamentos legais que ainda impendem sobre os valores mobiliários e a razões de ordem prática que restringem a livre movimentação de títulos, fica adiada, para data a anunciar oportunamente, a subscrição marcada para o período de 26 a 30 de Agosto e correspondente ao aumento de capital efectuado por incorporação de reservas.

Lisboa, 23 de Agosto de 1974.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXCURSÕES C. P. PROGRAMA DE SETEMBRO

FINS-DE-SEMANA

- BOM JESUS — CANICADA — GERES
Dias: 31 Ag./1 — 21/22
LISBOA 890\$00 — PORTO ... 840\$00
- VIAGEM «HISTÓRICA» no «COMBOIO HISTÓRICO»
Dias: 31 Ag./1 — 14/15 — 21/22 — 28/29
LISBOA desde 890\$00 — PORTO ... 390\$00
- CEIA E FESTA MINHOTA EM VIANA DO CASTELO
Dias: 21/22
LISBOA, desde 940\$00 — PORTO, desde 690\$00
- URGEIRICA E SERRA DO CARAMULO
Dias: 14/15
LISBOA 750\$00 — PORTO ... 700\$00
- O DOURO DAS VINDIMAS
Dias: 14/15 — 21/22 — 28/29
LISBOA 980\$00 — PORTO ... 730\$00

3 DIAS

- PASSEIO MISTÉRIO E PIQUENIQUE NA PENE-DA-GERES
Dias: 31 Ag./1/2 — 14/15/16 — 28/29/30
LISBOA, desde 1.120\$00
- QUARTEIRA — ALBUFEIRA — FARO
Dias: 7/8/9 — 14/15/16 — 28/29/30
LISBOA ... 1.200\$00 — PORTO ... 1.450\$00
- LAGOS — SAGRES — TORRALTA
Dias: 21/22/23
LISBOA ... 1.250\$00 — PORTO ... 1.500\$00

UM DIA SÓ

- BEIRA ALTA E MIRADOURÓS DE LORIGA
Dias: 22 — 29
LISBOA 390\$00 — PORTO ... 340\$00
- ALMOÇO-PIQUENIQUE NA PENE-DA-GERES
Partida de Porto — Dias: 15 — 29
PORTO ... 280\$00

Folhetos e informações:

LISBOA — Estações de Lisboa-Rossio e St.ª Apolónia.
» — E. G. T. — Rua do Arsenal, 124.
PORTO — Estação de Porto-S. Bento.
Reservas rápidas — LISBOA T. 36 75 29
» — PORTO T. 5 70 61

PROPRIEDADE

VENDE-SE COM 1.000 m2 E PEQUENA CASA NA RINCHOA — TRATA PELO Telef. 214282 ou 48629

GRAL

CONTRA A ONDA DE VIOLÊNCIA NO CHILE

Medidas urgentes da Comissão Internacional investigadora dos crimes da Junta Militar

O Gabinete de Relações Internacionais da Intersindical recebeu com o pedido de divulgação, a seguinte declaração da Comissão Internacional Investigadora dos Crimes da Junta Militar do Chile, intitulada «Basta de terror político no Chile»:

Com base nas informações da sua primeira sessão, celebrada em Helsínquia de 21 a 24 de Março último e da sessão extraordinária em Copenhague de 26 e 27 de Junho e com todas as outras informações recebidas posteriormente, a Comissão Internacional Investigadora dos Crimes da Junta Militar do Chile pede a atenção da opinião mundial perante a nova onda de terror político e de brutalidade que tem lugar no Chile.

Em 30 de Julho de 1974, o Tribunal Militar da Força Aérea pronunciou quatro penas de morte e bastantes sentenças pesadas contra um grupo numeroso de pessoas inocentes com total desconhecimento

das normas legais. Os julgamentos políticos continuam. Em consequência disto, deu-se início ao julgamento de 73 membros do Partido Socialista, para que o procurador pede quatro penas de morte.

Em resultado da nova onda de detenção, estão neste momento detidos mais de 10 838 cidadãos chilenos, a maior parte em campos de concentração.

Muitos dos dirigentes do Governo de Salvador Allende e dos Partidos da Unidade Popular permanecem presos arbitrariamente. As torturas e outros actos de violência provocaram a morte ou a incapacidade física a grande número de presos.

Dado que a Junta Militar continua na intenção de ocultar a natureza e a dimensão do terror político que desenhado, existem motivos para temer que ela busca propositalmente a morte de dirigentes políticos, criando para isso condições desumanas nas prisões.

A Comissão Internacional, expressando a vontade da opinião mundial para que cesse o terror político no Chile, formula as seguintes exigências mínimas que a Junta Militar deve cumprir imediatamente:

— Anular todas as condenações à morte.

— Libertar incondicionalmente todos os presos políticos. A prolongada detenção dos dirigentes, membros do Governo e dos partidos da Unidade Popular, sem a formulação de culpa e sem lhe proporcionar defesa, constitui uma violação das leis constitucionais.

Pôr fim à interpretação e aplicação contrárias ao sentido dos artigos 418 e 419 do Código de Justiça Militar, em virtude do qual se considera inimigo nacional, o Governo Constitucional do Presidente Salvador Allende. Perante isso, chama-se aos democratas chilenos nos tribunais militares «traidores» e condena-os por

este delito, em conformidade com os artigos 245, n.º 1 e 274.

Intervir nos processos já iniciados, assim como pôr em liberdade as pessoas condenadas por conselhos de guerra, fazendo uso das faculdades do mando militar para revogar ou modificar as sentenças dos tribunais militares (artigo 74 e 75 do Código de Justiça Militar).

Pôr fim ao estado de sítio e ao estado de guerra interna, institucionalmente declarados e, consequentemente, derrogar os decretos da Junta N.ºs 3 e 5 de 18 de Setembro de 1973, assim como o Decreto N.º 13, de 20 de Setembro de 1973.

Pôr fim a toda actuação dos conselhos de guerra. A jurisdição de tempo de guerra foi implantada pela Junta, em contravenção do Art.º 72 da Constituição do Chile e sem se verificarem as condições previstas pelo Código de Justiça Militar (artigo 73) e a Lei n.º 12 927, de 6 de Agosto de 1958 sobre a Segurança do Estado (artigo 35).

— cessar toda a detenção arbitrária e injustificada. Não se deve impedir que a Corte Suprema e as Cortes de Ape-

lações possam levar a cabo, a pedido dos presos, seus familiares ou defensores, tanto de organismos nacionais como internacionais, a comprovação dos fundamentos do arresto e as condições da reclusão. O procedimento de Habeas Corpus (Recurso de Amparo) deve aplicar-se a todos os casos de detenção e encarceramento, incluindo os efectuados por organismos militares e do serviço de inteligência.

Assegurar um tratamento humano aos presos políticos, dando, em particular, cumprimento às disposições contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 7) sobre a inadmissibilidade de aplicar torturas, trato ou castigo desumano ou vexatório da dignidade. Dar hospitalização e adequada atenção médica a todos os detidos, cujas condições de saúde assim o exijam.

Garantir o livre acesso aos lugares de reclusão de representantes do Secretariado Geral da O.N.U., da Comissão da O.N.U. para os Direitos Humanos e de outras organizações intergovernamentais e não governamentais, com o fim de comprovar os fundamentos da detenção e encarceramento, clusão, outorgando permissão

a representantes da Cruz Vermelha Internacional para inspecionar o tratamento dado aos presos.

A Comissão Internacional crê que as medidas expostas são apenas as mais urgentes para salvar a vida de pessoas inocentes e impedir novos crimes da Junta Militar do Chile.

Ao mesmo tempo a Comissão reafirma a resolução da sua sessão extraordinária de Copenhaga:

Se a Junta deu início ao julgamento dos dirigentes da Unidade Popular e funcionários do Governo de Allende, não levando em conta as diligências da opinião pública do mundo no sentido da sua imediata libertação, a Comissão levará a efeito juízos paralelos de carácter internacional.

O Secretariado da Comissão realiza para isso as consultas e os preparativos que sejam necessários.

A Comissão levará estas diligências ao conhecimento da Junta Militar do Chile.

A Comissão chama a apoiá-las todas as pessoas e organizações que se guiam por princípios humanos e estejam dispostas a colaborar no estabelecimento da democracia e do império da lei no Chile».

ETIÓPIA:

«The Times»/«DL»

Exército à procura de políticos

Na Etiópia, com geral surpresa, a Comissão das Forças Armadas convocou Michael Imru, outro político, para substituir Endalkashew Makonnen, que os soldados consideram, após cinco meses de actuação, ter falhado redondamente no restabelecimento da estabilidade económica do País e no estabelecimento da lista de reformas que a Comissão defendeu publicamente.

Imru terá de dirigir o país (tanto quanto possível) com os oficiais à perna e a administrar mal os ministérios que controlam. Trata-se de um homem capaz, aceite pelos militares porque foi relegado sempre para lugares de menor importância ou simplesmente mantido afastado pelo ciúme do imperador ou dos seus ministros. Imru favorece certamente a abolição prometida das instituições e práticas feudais. Pode mesmo aprovar a investigação dos registos das contas dos funcionários, ministros e oficiais do exército de alta patente (incluindo um antigo primeiro-ministro, Habte Wold, e um antigo ministro da defesa, general Abede) que se encontram actualmente detidos e acusados de corrupção e de terem «levado a Etiópia à sua actual situação miserável e vergonhosa». Porém, sem mais recursos nem apoio administrativo do que os seus antecessores, Imru foi chamado a fazer um trabalho que os militares não conseguem fazer.

Embora tenham dirigido o país durante meses, os oficiais mostraram ser incapazes de se ajustarem aos pormenores precisos mas essenciais da sua prometida nova constituição democrática, ou mesmo para explicar exactamente o que pretendem dizer com a sua reivindicação para «terminar com algumas

das crenças tradicionais e costumes da Igreja». Não apareceu nenhum chefe aceite por todo o exército. O exército permanece, portanto, dividido, o que reflecte as divisões provinciais e tribais do país que se transformaram perseverantemente em feudos pessoais ou familiares pelos métodos políticos do imperador.

Há apenas um denominador comum básico que é fornecido pelo largo número de descontentes constituído pelos oficiais de menor patente e por outros. A libertação dos oficiais da Força Aérea (que queriam bombardear o palácio) sugere que o radicalismo dos jovens é (como eco de Portugal) a verdadeira corrente que se encontra por detrás da Comissão das Forças Armadas, e de que a Força Aérea (em larga medida treinada no estrangeiro) é a mais radical e modernizada de todas as forças. Cabeças mais velhas e sensatas agiram por forma a manter o imperador como chefe do Estado, dado que ele é, ainda o único facto unificador entre as massas tribais, e a reprimir o anarquismo estudantil.

As incertezas da chefia são compostas pelo seccionismo. A mais grave de todas as ameaças é o Movimento de Libertação da Eritreia, no qual o debate interno sobre a independência contra o federalismo (advogado por alguns maoístas da Eritreia, como sendo o melhor caminho para levar o comunismo a todo o país e a única maneira de terminar com o sistema existente da grande propriedade terrena) foi finalmente resolvida (com derramamento de sangue) a favor da independência do tipo árabe. Bem armadas, apoiadas pelos árabes e pelo dinheiro comunista, as guerrilhas da Eritreia constituem um perma-

nente desafio para o Estado etíope (bem como destroem a até agora relativamente rendosa economia da Eritreia). Todavia, sinistramente, os povos do Tigre, Gondar e Shoa, e acima de tudo o povo Galla, estão a tomar nota da propaganda anti-Amhara do Movimento de Libertação da Eritreia.

Com as esperanças perdidas quanto a um acordo com a Eritreia, o exército está, também, cada vez mais preocupado com a crescente ameaça que vem da Somália, onde os anos de treino e rearmamento sob a direcção dos russos, juntamente com uma sensação de confiança gerada pela descoberta de petróleo, fez reviver o movimento para uma Somália maior. Este, evidentemente, está dirigido directamente contra o Quénia e contra os franceses em Djibuti, porém, mobiliza, talvez, um terço do exército nas fronteiras com a Somália.

Existem formidáveis problemas para Imru. O Parlamento está ainda largamente nas mãos dos proprietários de terras e o Senado ainda é composto pelos amigos do imperador (embora se tenha isolado pessoalmente dos seus adeptos e defensores feudais aristocráticos). Para organizar novas eleições será difícil enquanto o exército não puder estabelecer a Constituição que quer. Os julgamentos por corrupção revelaram simplesmente um estado caótico. A verdade é que movimentar um país que ainda está meio submerso no Século XVII para o trazer até ao Século XX, já no seu fim, é algo que não pode ser feito em poucos meses. Imru tem todas as condições à sua volta para vir a desapontar os ardentes mas ignorantes jovens oficiais que tudo esperam dele.

REGIME CEREALÍFERO

Esclarecimento sobre a política de preços

A Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços elaborou uma nota de esclarecimento sobre o ajustamento de preços relativos ao regime cerealífero, salientando as precauções havidas para não sobre-carregar exageradamente o consumidor.

Assim, quanto à lavoura, actualizaram-se os preços dos cereais, dentro de uma política semelhante à da C. E. E., por forma a facilitar a rotação das culturas e o melhor aproveitamento das explorações agrícolas; aproximaram-se os preços dos seus custos reais e suprimiram-se os descontos anteriormente feitos, o que corresponde a uma efectiva melhoria de preços; e reduziu-se o montante de subsídios concedidos pelo Fundo de Abastecimento de modo a possibilitar a sua intervenção em investimentos mais produtivos para a própria lavoura.

Relativamente à indústria de moagem, o aumento de taxa foi apenas de 36,2 por cento, enquanto o pretendido era da ordem dos 105 por cento; aboliu-se o sistema proteccionista das quotas de rateio que, entrando o desenvolvimento da indústria, permitiu situações de privilégio insustentáveis na actual política do Governo, etc. Além disso, os organismos corporativos do sector que sempre actuaram de forma particularmente rígida, serão extintos por um diploma a sair brevemente.

No que diz respeito a indústria de panificação, foi favo-

recida a taxa de panificação em relação aos formatos grandes, a fim de levar a indústria a promover o melhor fabrico destes formatos e o consumidor a dar-lhe a sua preferência. Não foi, no entanto, atribuída a taxa pretendida, por acarretar aumento de preço substancial, sobretudo no pão de formato pequeno (de maior consumo).

A indústria passou a ter a facilidade, há muito pretendida, de adquirir as farinhas livremente nas moagens que lhe ofereçam melhores condições de qualidade e preços.

Finalmente, a nota da Secretaria de Estado do Abasteci-

mento e Preços chama a atenção do consumidor para o facto de o aumento de preço da carcaça de 50 gramas ser mais aparente do que real, visto que, anteriormente, nem sempre o pão tinha o peso exigido; para a vantagem da existência do pão formato grande, que poderá aliar uma melhor qualidade a maior poder de conservação e consumo mais económico; e para o facto de apesar dos aumentos, se ter limitado o preço de pão de segunda e das massas não contidas em embalagens de luxo e isso por ambos os produtos serem fabricados com farinhas fortemente subsidiadas).

INTITULARAM-SE PIDES PARA ATEMORIZAR

Quando ontem cerca das 17 horas, Augusto Nunes, um reformado de 55 anos, utilizava os urinóis públicos do Rossio, sentiu que lhe furtavam a carteira contendo cinco contos em dinheiro. Ainda tentou evitar que o acto se concretizasse, mas já era demasiado tarde: Silvério Gomes, o autor do golpe, já galgava dois a dois os degraus de acesso aos sanitários, e perdia-se pouco depois entre a multidão.

Foi então que Augusto gritou: «Agarrem que é ladrão!» Acorreram populares e, após movimentada perseguição o ou-

sado carteirista acabou por ser detido já ao cimo da Rua do Carmo, de onde foi conduzido sob prisão para os calabouços do Governo Civil.

Horas mais tarde, já em sua casa, Augusto Nunes recebeu um telefonema anónimo, nestes termos: «Se enterraste o Silvério na Polícia, estás tramado com a gente. E olha que nós não somos para brincadeiras, pois somos agentes da PIDE na clandestinidade».

Em pânico, Augusto Nunes pediu a protecção das autoridades.

GERAL

GUINÉ-BISSAU

RETIRADA DAS TROPAS ATÉ 31 DE OUTUBRO

Continuação da pág. 1

gem do alto relevo atribuído ao facto.

A declaração conjunta estabelece o cessar-fogo de direito, após se ter observado no próprio território o seu estabelecimento de facto, e institucionaliza a transmissão de poderes para o P.A.I.G.C.

O acordo foi assinado, pelo lado português, pelos ministros dr. Mário Soares e Almeida Santos e comandante Almeida d'Eça e major Hugo dos Santos, oficiais do M.F.A. Pelo P.A.I.G.C., subscreveram os componentes do Comité Executivo de Luta, tendo à frente o major Pedro Pires, vice-ministro da Defesa. Teve, também, papel preponderante o ministro argelino dos Negócios Estrangeiros, que esteve encarregado de acompanhar as conversações entre as duas partes, as quais se arrastaram por mais de três meses.

A PAZ PASSA POR CABO VERDE

No respeitante ao problema de Cabo Verde o pacto agora firmado, proclama novamente o direito do povo cabo-verdiano à autodeterminação e independência, sem se fixar qualquer data para tal, e dentro do respeito pelas resoluções da O.N.U. e tendo em consideração vontade expressa da O.U.A. No comunicado conjun-



Amílcar Cabral visto pelo pintor António Carmo

to, que publicamos noutra local, reconhece-se também que a independência das ilhas de

sincera entre a República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa».

Amílcar Cabral, o grande líder do P.A.I.G.C. foi ontem emocionadamente recordado em Argel. Desta capital, e em transmissão para Lisboa, um camarada da Informação afirmava: «Mataram Amílcar Cabral, enterraram-no, mas se mearam-no». Eis porque o recordamos também hoje, quando considerou no seu último discurso de desesperada a política do Governo colonial fascista de Marcelo Caetano:

«Perdem o seu tempo e fazem perder ingloriamente a vida dos jovens portugueses que enviam para a guerra. Praticam ainda crimes contra as populações, tentarão destruir o Partido, terão actos de agressão contra países vizinhos. Tudo em vão. Porque nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra ou demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses poderá deter a marcha da História, a marcha irreversível do povo da Guiné e Cabo Verde para a independência.»

As palavras foram proferidas em Janeiro de 1973, aquando da mensagem de Ano Novo, e anunciavam em definitivo o nascimento da República da Guiné-Bissau. Amílcar Cabral está, pois, entre o povo guinéu e cabo-verdiano. Agora mais vivo que nunca.

A TAP continua em greve

Cerca de 2500 trabalhadores da manutenção da TAP continuam em greve, iniciada às 19 horas de ontem, precisamente três horas e meia depois de ter expirado o último prazo concedido ao Ministério do Trabalho e à Comissão Administrativa para responder satisfatoriamente ao caderno reivindicatório apresentado no dia 18.

Por esse motivo, todos os voos da companhia, e das estrangeiras assistidas por estes trabalhadores, à excepção dos que trazem as tropas de Bissau, se encontram suspensos. Efectivamente os metalúrgicos da TAP devem verificar todos os aviões antes da viagem, como garantia de segurança. Se, no entanto, o seu trabalho não paralisasse só por si o tráfego, a solidariedade dos trabalhadores dos outros sectores, que se manifestou logo após a decisão de greve tomada no plenário de ontem à tarde, permitiria que a sua forma de luta se desenrolasse consequentemente.

São os seguintes os pontos incluídos no caderno reivindicatório da Divisão de Manutenção e Engenharia:

«A TAP deverá respeitar o saneamento já feito pelos trabalhadores que abrange 12 pessoas; revisão de salários; um aumento salarial a ser feito de acordo com a fórmula seguinte: 16 000\$00 menos vencimento base a dividir por quatro; que este aumento tenha efeitos retroactivos, a partir de 1 de Julho de 1974; a aplicação imediata dos horários de trabalho já con-

responsáveis pelos despedimentos efectuados até 25-4-74, com conhecimento aos trabalhadores e à Imprensa; a parte dos lucros respeitante ao ano de 1973, que cabe aos trabalhadores, deverá ser atribuída de forma equitativa; não reconhecimento e a não aceitação de despedimentos sem justa causa; que o posto médico esteja aberto durante as 24 horas, ininterruptamente, com garantia de clínico e permanência de uma ambulância.

Este caderno é independente do Acordo Colectivo de Trabalho cuja negociação está em curso, entre a Comissão Sindical que representa os trabalhadores de todos os sectores da companhia e a Comissão Administrativa, no âmbito do Ministério do Trabalho.

Efectivamente, os metalúrgicos reivindicam a autonomia da sua luta, não permitindo «posições dirigistas, venham elas de que órgãos vierem, mesmo que esses órgãos se digam representantes dos trabalhadores», segundo afirmam num comunicado distribuído no dia 18. Esta posição segue-se a uma crítica à activação da Comissão Administrativa, a quem acusam do «impasse nas negociações do «acordo» e à Comissão Sindical com interesses bem diferentes da classe (...) não têm vindo a tomar posições correctas face às manobras da Comissão Administrativa», tendo, pelo contrário, «tentado travar as justas reivindicações que os trabalhadores da manutenção vêm avançando».

A autonomia dos metalúrgicos baseia-se, por outro lado, no facto de na companhia, segundo o mesmo comunicado, os ordenados irem desde 5050\$00

a 52 650\$00, o que revela «existirem nos TAP classes com interesses bem opostos e que a união sempre tão apregoadada só será possível entre aqueles que sofrem na pele os mesmos problemas».

Entretanto, após ter tentado em vão dissuadir os trabalhado-

A libra mantém-se forte

Continuação da pág. 10

res de seguirem com a decisão da greve, o ministro do Trabalho anunciou, depois de uma reunião de negociações a que os metalúrgicos assistiram como observadores até às 15 horas, que durante ela tinham sido avançados vários pontos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Entretanto a libra mantém-se forte e a Grã-Bretanha não tem qualquer dificuldade em financiar, através de pedidos de empréstimo. A sua balança de pagamentos, mesmo se durante o segundo trimestre o défice da conta corrente corresse ao ritmo anual de \$10 000 milhões. A linha de crédito iraniana de \$ 1 milhão e 200 mil, anunciada em 22 de Junho, foi muito bem aceite pelas companhias britânicas.

Mas o Governo Britânico conseguiu

anunciar que não tinham tocado nem os \$2500 milhões do empréstimo do Eurodólar, que Mr. Healey anunciou com o seu primeiro orçamento, nem nos \$ 000 milhões de linha de troca da Reserva Federal, que foi para o Fundo Monetário Internacional para levantamentos. Com os organismos públicos ainda capazes de obter empréstimos no Eromercado e com o aumento dos fundos do petróleo em Londres, as reservas oficiais britânicas, no final de Julho, ainda se encontravam ao nível de \$ 6680 milhões, confortavelmente acima do nível a que se encontravam na primeira parte do ano.

NOTA OFICIOSA

RECONHECIMENTO DA GUINÉ-BISSAU

Recebemos ontem do Ministério dos Negócios Estrangeiros a seguinte nota oficial:

Foi assinado hoje, em Argel, um protocolo de cessar-fogo entre a delegação do Governo Português, composta pelos ministros da Coordenação Interterritorial e dos Negócios Estrangeiros, drs. Almeida Santos e Mário Soares, e, pelos srs. capitão-de-mar-e-guerra Almeida de Eça e major Hugo dos Santos, e a delegação do P.A.I.G.C., chefiada pelo comandante Pedro Pires.

Nos termos deste protocolo, ficou estabelecido «de jure» o cessar-fogo que existia já, «de facto», depois do encontro de Dakar, entre o dr. Mário Soares e o sr. Aristides Pereira, secretário-geral do P.A.I.G.C.

«Ficou igualmente acordado que Portugal reconhece, no próximo dia 10 de Setembro, a República da Guiné-Bissau. O Presidente da República, general António de Spínola, procederá, nessa data, e de acordo com a lei constitucional, ao reconhecimento da República da Guiné-Bissau, acto histórico que assinalará o primeiro marco no processo da descolonização.

Foi ainda decidido que, uma vez feito o reconhecimento, se procederá à troca imediata de embaixadores entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau.

No decurso das conversações, foram também abordados os termos em que poderá vir a ser estabelecida a futura cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau.»

Direito de Cabo Verde à independência

ARGEL, 27 (FP/DL)

Após a assinatura do acordo entre Portugal e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, foi tornada pública a histórica declaração conjunta de ambas as partes, que passamos a transcrever:

«Reunidas em Argel, aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e setenta e quatro, as delegações do Governo português e do P.A.I.G.C. na sequência de negociações bilaterais anteriormente realizadas, em ambiente de grande cordialidade, em Londres e em Argel, anunciaram ter chegado a acordo completo.

«Desse acordo destacam desde já, e em síntese, os pontos seguintes:

«1 — O reconhecimento «de jure» da República da Guiné-Bissau, como Estado soberano, pelo Estado português, terá lugar no dia 10 de Setembro de 1974.

«2 — O cessar-fogo mutuamente observado «de facto» em todo o território da República da Guiné-Bissau, pelas forças de terra, mar e ar das duas partes converte-se, automaticamente, a partir desta data, em cessar-fogo «de jure».

«3 — As duas delegações acordaram em que as Forças Armadas portuguesas se retirarão totalmente do território da República da Guiné-Bissau até ao dia 31 de Outubro de 1974.

TROCA DE EMBAIXADORES

«4 — As duas delegações acordaram igualmente que o Estado português e a República da Guiné-Bissau estabeleça ou desenvolvam relações de cooperação activa, nomeadamente nos domínios económico, financeiro, cultural e técnico, numa base de independência, respeito mútuo, igualdade, reciprocidade de interesses, e de relações harmoniosas entre os cidadãos das duas Repúblicas.

«Para esse efeito, as duas delegações acordaram em que o Estado português e a República da Guiné-Bissau estabeleçam relações diplomáticas ao nível de embaixador após o reconhecimento «de jure» por Portugal da República da Guiné-Bissau e celebrem, no mais curto prazo, acordos que concretizarão as

novas relações entre os dois países.

«5 — A delegação portuguesa, em nome do seu Governo, reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efectivação desse direito de acordo com as resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.

CABO VERDE

«6 — As duas partes consideram que o acesso de Cabo Verde à independência, no quadro geral da descolonização dos territórios africanos sob dominação portuguesa, constitui factor necessário para uma paz duradoura e uma cooperação sincera entre a República da Guiné-Bissau e a República portuguesa.

«7 — Lembrando a resolução do Conselho de Segurança, que recomenda a admissão da República da Guiné-Bissau na Organização das Nações Unidas, a delegação do P.A.I.G.C. regista com satisfação os esforços diplomáticos significativos feitos nessa ocasião pelo Governo português, os quais estão em perfeita harmonia com o espírito de boa vontade que anima ambas as partes.

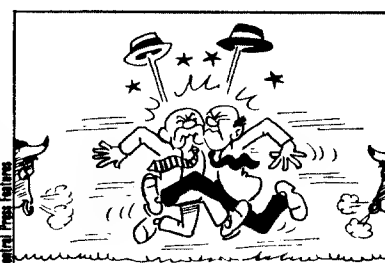
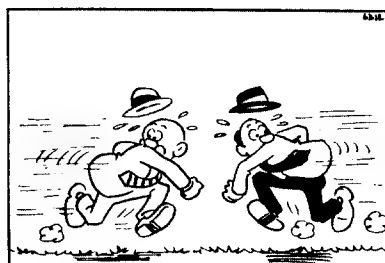
«8 — As duas delegações exprimem a sua satisfação por terem podido levar a bom termo as negociações que tornaram possível o fim da guerra de que foi responsável o deposto regime português, e abstrair perspectivas para uma frutuosa e fraterna cooperação entre os respectivos países e povos.

«A delegação do Governo português: Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros; António de Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial; Vicente Almeida d'Eça, capitão de mar-e-guerra; Hugo Manuel Rodrigues dos Santos, major de Infantaria.

Delegação do Comité Executivo da Luta (C.E.L.) do P.A.I.G.C.: Pedro Pires, membro do C.E.L. e comandante; Umaru Dialo, membro do C.E.L. e comandante; José Araújo, membro do C.E.L.; Otto Schacht, membro do C.E.L.; Lúcio Soares, membro do C.E.L. e comandante; Luís Oliveira Sanca, embaixador.»

LEIA ÀS TERÇAS-FEIRAS

O JORNAL motor



palavras cruzadas

COM PROVÉRBO
PROBLEMA N.º 10871

HORIZONTAIS

1. Efemina. Canção de barqueiros.
2. Errar. Asa de brinco ou de arrecada (Açores).
3. Atrai. Rompe.
4. Nota musical. Amuralho. Sufixo que designa estado.
5. Espaço de doze meses.
6. Instrumento para atirar setas. Artigo definido. Chida.
7. Cubro de todo. Mais mal.
8. Apre! Vãos.
9. Madeira. Ela! Pega.
10. Força (fig.). Enguias.
11. Invulgares. Esteiros.

VERTICAIS

1. Desvia. Paixão.
2. Está obrigado a. Zombar.
3. Albino. Despertar.
4. Nome de fruto. Composição poética. Cobalto (s. q.).
5. Cerca de arames. Isolados.
6. Organização das Nações Unidas (inv.). Pronome pessoal.
7. Argila. Estar.
8. Jarro (planta). Remo para trás. Segundo.
9. Troças. Planeares.
10. Ignorante. Furiosos.
11. Aumenta. Sadias.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7029

HORIZONTAIS

1. Risca. Mercado.
2. Ilha do Pequeno Belt. Estimar.
3. Ligue. Preposição. Fileira.
4. Avarento. Vagueiam.
5. Posto emissor sonoro. Pai do marido em relação à esposa.
6. Carta de jogar. O lado do vento.
7. Aqui. Cento e um em romance. Oferece. Letra grega.
8. Antecipareis.
9. Filtrar. Solução.
10. Aparência. O mais. Roçar.
11. Quinhentas folhas. Pega.

VERTICAIS

1. Assolar. Apanhar.
2. Fúria. Vener.
3. Amalucada. Ségua.
4. Cobalto (s. q.). Eliminaram.
5. Filtro. Prefixo de negação. Nota musical.
6. Solitário. Talio (s. q.).
7. Espaço de trinta dias. Quinto filho de Jacob. Bataquiro.
8. Rádio (s. q.). Rebolanas.
9. Desagradável. Acto ou efeito de empar.
10. Guardar segredo. Beberão (pop.).
11. Guarnição de arames. Rio de França.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10870

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1. CONVERSA. DE.	1. Segor. Arad.
2. ROSAS. MAL.	2. Oó. Or. Atre.
3. Lás. Pata.	3. N. S. Marmota
4. Som. Coçar.	4. Val. Saira.
5. Trás. Para.	5. Eram. Ga. Pé.
6. Rá. Amara.	6. Rás. Pão. Mel.
7. AMIGO. Tias.	7. SS. Cam. Coro.
8. Atora. Soe.	8. Porás. Ada.
9. Rita. Moa. Sm.	9. Maçaras.
10. Ara. PERDA.	10. Dala. Aios.
11. DE. Meloa. Dó.	11. Elais. TEMPO.

Provérbo: CONVERSA DE AMIGO PERDA DE TEMPO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7028

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1. Segor. Aoro.	1. Segor. Aoro.
2. Ares. Aoro.	2. Er. Simulara.
3. Rodamos.	3. Ger. Re. Or.
4. Os. Solas. Ro.	4. Osos. Ta. Clá.
5. III. Tar. Ce.	5. Dola. Ara.
6. Om. Ta. Alapa.	6. Bala. ANI.
7. Sura. Oder.	7. Mará. Iva.
8. Le. ANI. Al.	8. Mãos. Ló. Ava.
9. Ma. Criva. Ab.	9. Ios. Cada. Im.
10. Arola. Aviva.	10. Gr. Repelava.
11. Lara. Amar.	11. Aoto. Ar. Bar.



DESPORTOS

INÍCIO NO PORTO

Amanhã, disputam-se os jogos referentes à segunda jornada do «Torneio Início», promovido pela Associação de Futebol do Porto. Na primeira tarde da prova, verificaram-se os seguintes desfechos: Varzim, 2-Vilanovaense, 0 e Boavista, 2-Salgueiros, 2. Eis a constituição das várias equipas:

VARZIM — Freitas: Basílio (Vitorino), Quim, Artur e Lima Pereira; Alvaro, Rubens e Augusto; Jarbas, Marques e João.

VILANOENSE — Maravilhas: Alfredo, Alvaro, Mário e Ribeiro (Albano); Quim Zé, Maia e Gomes; Mota, Bandeira (António José) e Leite.

BOAVISTA — Vítor Cabral; Acácio (Rufino), Carolino (ex-Montijo), Anândio e Frindade; Celso, Alves e Tai, Francisco, Mário (ex-Montijo), Salvador e Praia.

SALGUEIROS — Pedro (ex-Lourosa); Jorge Braga, «cap.», Hélder (ex-Leça), e Iri (ex-Famalicão); Mendes, Elvino e Fernando; Teixeira (ex-Lourosa), Serrão e Reis.

Desfechos dos jogos de ontem: Penafiel, 3-Paços de Ferreira e F. C. Porto, 2-Leixões, 0.



Vilanovaense-Varzim: os pupilos de Virgílio Mendes (Varzim) ao ataque



Boavista-Salgueiros: remate do brasileiro Salvador

NÓS, OS PALHAÇOS DE FEIRA

Os espanhóis pelam-se por gozar à nossa custa. Antigamente, mesmo quando tudo eram rosas e oratórias nos abraços entre as duas políticas, a coisa começou a tremir: eles não vinham até cá, a menos que tivessem a quase certeza de discutir em boas condições qualquer resultado desportivo. Daí que as suas visitas se tornassem tão esporádicas que sómente em andebol, em hóquei e no hipismo (mesmo assim de tempos a tempos) viamos por estas bandas os nossos salerosos vizinhos.

Em contrapartida, brincavam com a gente portas adentro. Contratavam qualquer grupo de segundo plano ou qualquer «team» de meia-tijela e trás: à custa dos pobres de Cristo, malhaviam-nos como em centeio verde, ficando muito vaidosos por, nos torneios de Melilla ou do Rayo Vallecano, terem atirado por terra clubes da primeira divisão do futebol português. Sucedeu

isso com tanta frequência que, a certa altura, os bombos de qualquer festança espanhola eram os clubes portugueses que, coitados, por meia dúzia de pesetas apanhavam pancada de criar bicho, e voltavam de monco caído ao pátrio lar.

Pensávamos que, a exemplo do que sucede em quase todo o Mundo, um organismo abalizado como é a Direcção-Geral dos Desportos ou a Federação de Futebol, acabaria, mais tarde ou mais cedo, por interferir no assunto, proibindo (pura e simplesmente) as digressões de clubes portugueses aos cotejos com emblemas sem a mais pequena expressividade, por que só teriam a perder e nada a lucrar: um êxito nada acrescenta ao nosso «palmarés» e o mais pequeno desaire serve de gaúdo aos oponentes.

Mas, não há meio de se colocar um travão na insensatez lusitana de abalar por aí fora de cabeça no ar, à

aventura. E assistimos, então, à continuação do mesmo estado de coisas: um campeão nacional a ser goleado por «teams» de franquíssimo gabarito, um companheiro sem treinos a apanhar na cara com um Granada sem cotação, olhanenses transformados em marionetas, toda a gente a divertir-se à custa dos portugueses. Melhor dizendo: dos dirigentes do nosso burgo, que, para encontrarem uns cobres que vão depois despedir na compra de brasileiros e de supertécnicos infalíveis, sujeitam a figuras ridículas os emblemas de que são mandatários.

Nem desporto novo, mas onde ainda não vislumbramos a mais pequena centelha de movimentação, até quando poderá durar o caos, o deixar-andar, o «dolce far niente» de quem quer apenas ir a umas patuscadas e, no fim do mês, passar pela tribuna da sua vaidade?

NEVES DE SOUSA

SOBRE FUTEBOL Treinadores já têm sindicato a sério

Com a presença de 37 votantes, elegeu-se ontem a nova direcção do Sindicato de Treinadores, que passa a englobar os nomes que indicamos juntamente com a votação recolhida:

ASSEMBLEIA GERAL: presidente — Júlio Pereira (Juca), 37 votos; vice-presidente — Fernando Cabrita, 37 votos; 1.º secretário, Alvaro Inácio, 37 votos; 2.º secretário, Nelo Barros, 37 votos; vogal, Pedro Silva, 37 votos.

DIRECÇÃO: presidente — Carlos Silva, 35 votos; vice-presidente, Mário Wilson, 36 votos; tesoureiro, Amâncio Nogueira, 34 votos; secretário-geral, Francisco Andrade, 36 votos; 2.º secretário, Mário Morais, 32 votos; 1.º vogais, José Augusto 37 votos, Peres Bandeira, 37 votos.

CONSELHO FISCAL: — presidente, Artur Baeta, 35 votos; vice-presidente, Fernando Caiado, 37 votos; 1.º secretário, António Peres, 37 votos; 2.º secretário, Eduardo Melo, 37 votos; vogal, Oscar Marques, 37 votos.

COIMBRA

No salão conimbricense da F.N.A.T. efectua-se amanhã, pelas 21 e 30, uma assembleia geral dos associados do União de

Coimbra, para se abordarem problemas como o programa de trabalho para a próxima temporada, o «plantel» de jogadores profissionais e, ainda, para uma análise à situação económica da colectividade.

ATLÉTICO

Nova gerência alcantarenses ontem eleita, para dirigir o clube por dois anos:

ASSEMBLEIA GERAL: dr. José Ilídio Mendes (presidente), Alberto Leitão (1.º secretário) e João A. Fernandes (2.º secretário).

CONSELHO FISCAL: brig. José Henrique de Sousa (presidente); dr. Luís Torres de Carvalho (secretário); e cor. Luís Soares de Oliveira (relator).

DIRECÇÃO: Rui Duarte Severino (presidente); Alcínio Fernandes Raposo (vice-presidente administrativo); José Paulo Medeiros (vice-presidente desportivo); Henrique Ventura Henriques (tesoureiro); Júlio Marques (tesoureiro adjunto); Ventura Lima de Almeida (secretário-geral); Carlos Santos Fernandes (secretário-geral adjunto); Franklin Miranda Eichmann (relações exteriores); Artur Carreira Louro (serviços clínicos); Agostinho Pereira Gil (departamento futebol senior); Luís Ribeiro Mendes (departamento fu-

tebol juvenil); Horácio Marques de Carvalho, João Guilherme Martins, José António Melo, Mário Fernando Delfino Estêvão, Francisco Ferreira de Abreu, Fernando Martins Dias Simões (vogais); João Ferreira Jerónimo e Alda Lopes de Sousa (delegados à F.P. das C. Cultura e Recreio).

Os sócios do Atlético concordaram em pagar um bilhete extra (no valor de 7\$50) em cada jogo que o seu clube realizar na Tapadinha. Outra inovação no grémio de Alcantara: mudança de equipamento para camisola com riscas verticais azuis e amarelas.

SETÚBAL

Dirigida por Fernando Salgueiro, partiu ontem para Valladolid (Espanha) a embaixada futebolística do Vitória de Setúbal que naquela cidade vai participar num torneio que envolve também o Granada, o grupo local e a turma russa do Dinamo de Kiev. Seguirão o treinador José Augusto, o massagista José Lima e os seguintes jogadores: Joaquim Torres, José Lino, Cardoso, José Mendes, Rebelo, Matine, José Maria, Octávio, Duda, Jacinto João, José Torres, Vaz, Bio, Carriço, Câmpora, Vicente e César.

"RECORDS" DE NATAÇÃO

A adolescente australiana Jenny Turrall bateu o seu próprio recorde mundial feminino dos 1 500 metros livres e Tim Shaw, um rapaz norte-americano de 17 anos, pulverizou a marca mundial masculina para a mesma distância, que pertencia ao australiano Stephen Holland.

Durante as provas a contar para os campeonatos da União Nacional de Atletismo Amador,

a decorrerem em Concord (Califórnia), «miss» Turrall percorreu os 1 500 metros em 16 minutos e 33.94 segundos, tempo inferior em mais de cinco segundos ao seu recorde mundial anterior de 16 m e 39.28 s, que obtivera no princípio deste mês, em Mission Viejo, também na Califórnia.

Shaw, do clube de natação de Long Beach, bateu o seu terceiro

ro máximo mundial em quatro dias, durante o campeonato: Nadou os 1 500 metros em 15 minutos e 31.75 segundos, pulverizando o máximo mundial de Holland (de 15 m e 31.85 s) estabelecido, no ano, passado, durante os campeonatos mundiais, em Belgrado, na Jugoslávia.

Shaw fixaria (também) antes mais dois recordes mundiais para os 200 e 400 metros livres.

As remessas dos emigrantes

Continuação da pág. 11

dinâmicos mas nem sempre bem orientados. Fundos de Investimento estrangeiros, alguns dos quais tantos dissabores causaram aos seus subscritores, entre os quais se contam muitos portugueses emigrados e até, não emigrados!

A confiança dos emigrantes na banca portuguesa

11. Contribuiu-se ainda, grandemente, para que os emigrantes portugueses adquirissem uma total confiança nos bancos portugueses, confiança que hoje está a resistir tão admiravelmente aos factores negativos que a atingem.

Não é demais repetir que essa confiança se encontra firmemente estabelecida. Prova disso, são as muitas centenas de cartas que nos são dirigidas do estrangeiro pelos emigrantes, em que se recusam aceitar, sem que nós lhes tenhamos dado o nosso testemunho, as afirmações malévolas que lhes são dirigidas.

Citaremos aqui, apenas dois exemplos.

Um emigrante na África do Sul, pergunta a uma Agência nossa:

«... desejaria que o sr. Lemos me desse qualquer informação caso o possa fazer e souber, pois fui informado por um amigo dr. que se encontra em Lisboa, para eu não mandar mais dinheiro para Portugal... pois não mandarei mais nenhum sem ter resposta sua.»

— A uma outra Agência nossa, escreve um emigrante em França, nestes termos: «No mês de Julho parto de férias e andando um boato dizendo que não se pode levantar dinheiro aí em Portugal, dos Bancos, e como eu pretendia mandar algum para fazer as minhas férias no meu País, pedia que me fosse explicado se de facto é verdade. Caso não possa mandar pelo Banco para levantar aí, tomarei outro caminho e não irei passar férias a Portugal.»

Recebida a resposta da Agência em questão, escreve-nos de novo o mesmo emigrante e declara:

«Muito grato pela vossa resposta que tanto interesse me causou, como a muitos portugueses que se encontram aqui. A vossa carta me fez sentir tão feliz, que já há 41 anos não lia umas palavras tão claras, nem tão bem esclarecidas, pelo motivo de se não poder falar. Vou passar as minhas férias a Portu-

gal, sim, com muita alegria e visitar a bela organização desse banco... a vossa carta deu tanto interesse que mandei fazer com fotocópias que todos os portugueses me pediam.»

12. A confiança dos emigrantes resistiu!

A dos seus familiares que se encontram no País e que têm a facilidade de dispor do valor das ordens de transferência que regularmente recebem, e da poupança que se encontra acumulada na banca, tem de manter-se intacta, pois dela depende o apoio que a banca possa dar à economia nacional.

O entesouramento, isto é, o «dinheiro no baú» não serve a ninguém, mas prejudica a todos!

Esta é a nossa lembrança para os emigrantes que neste momento se encontram a gozar férias na sua Pátria.

Esta é a nossa homenagem a todos os trabalhadores portugueses que tiveram de buscar no estrangeiro o posto de trabalho a que legitimamente aspiravam e que o País poderá em breve oferecer-lhes.

BANCO PINTO E SOTTO MAYOR

DESPORTOS

IMPUGNADO (LOGICAMENTE) O CONGRESSO FEDERATIVO DO FUTEBOL

Os Clubes de Lisboa não querem participar num Campeonato Nacional com 20 emblemas

Era mais que esperado: perante toda a série de diatribes e de atitudes falsas como muitas palavras que foram (impensadamente?) proferidas, no Congresso da Federação de Futebol, levantou-se uma onda geral de indignação, que tem os pontos fulcrais sobre as afirmações (ante dezenas de testemunhas) dos delegados aveirense (eng. Eduardo Rodrigues) e portista (dr. Sardoeira Pinto), colocando especialmente em causa a honrabilidade dos relatores do comunicado dos clubes da primeira divisão tornado público oportunamente e jamais contestado por qualquer das colectivi-

no Campeonato Nacional da 1.ª Divisão. Sendo assim, uma nova prova surgiria no panorama desportivo nacional em moldes que oportunamente seriam estabelecidos.

Mais: é pedida à Federação, em documento rubricado por todos os presentes, a imediata anulação do veredicto do Congresso, do sorteio, e, portanto, da realização do campeonato que (lembra-se) graças a Deus também ainda não está homologado superiormente...

PROTESTO

Também o União de Coimbra protestou o Congresso, elab-

ÁRBITROS

Atitude mais que lógica, em face das declarações do presidente da Associação portista no Congresso: grande número de árbitros de futebol reuniram-se ontem na sede da Comissão Regional de Lisboa e, para além de terem enviado telegramas de indignado protesto ao director-geral dos Desportos e ao presidente da Federação (dr. Jorge Fagundes) deliberaram não dirigir, enquanto o dr. Sardoeira Pinto se mantiver no seu cargo, qualquer jogo de futebol em que intervenham clubes filiados na Intervenção do Porto. Para dar força oficial a este desiderato, os árbitros convocaram um plenário nacional para a noite de 5.ª feira, na sede da Associação de Futebol de Lisboa.

POSIÇÃO

Coerente com a posição assumida, Coimbra (pela voz do dr. Guilherme de Oliveira, declara publicamente:

Estão em crer que as instituições superiores vão tomar a peito este caso.

Isso até pode surgir espontaneamente, pelo lado do Governo, já que a Direcção-Geral dos Desportos até teve a iniciativa de mandar uma carta-aviso, pedindo aos congressistas a maior calma na discussão da matéria e sugerindo que o alargamento não fosse votado. Ora, o Congresso não prestou atenção ao teor dessa carta. Bem pelo contrário, protestou energicamente. Mas, como opinião pessoal, sempre devo acrescentar que o Governo de um País tem, evidentemente, de integrar e articular todas as ideias vindas de organismos, que têm autonomia, ou não, nos interesses gerais do país. Acontece que todas as instituições, mesmo as do futebol, se integram nos quadros de relações do Estado. Logo, não podem ser consideradas instituições a viverem em regime anárquico. (em «Record», edição de hoje).

SOLIDARIEDADE

O Clube Académico de Coimbra, pela boca do seu presidente (eng.º Júlio Couceiro) é igualmente contra o alargamento:

O aumento é, simplesmente, imoral. No aspecto desportivo e, tendo conhecimento de causa dos prejuízos sofridos quando da passagem de 14 para 16 clubes, este agora meio-sanccionado alargamento é lógico, imoral e crítico para o futebol português. («Record»).

BARREIRO

Outro dirigente no mesmo lado da barricada: o presidente cufista João Aranha. Ele declara:

O Congresso, ou a decisão tomada pelo Congresso, não reflecte a vontade dos clubes.

E acrescenta: A C.U.F. não era, nem é, favorável ao aumento de clubes na primeira divisão.

COLIGAÇÃO

Sporting e Benfica vão mais longe. Afirma o dr. Nunes dos Santos, dirigente sportinguista:

O Congresso foi manobra por um cativeiro de indivíduos despendidos, vaidosos e incompetentes. A decisão que tomou apenas pode entusiasmar indigentes mentais e vai vibrar um golpe no futebol nacional, enquanto meia dúzia de tuman-tes, peritos em mascambilhas de profissionais da «vermelhinha», por aí dão ao rabo, saltitando de incontinida satisfação (Em «Record», de hoje).

Por seu turno, também o dirigente benfiquista dr. Osvaldo Branco afirma em «Record»:

Os clubes terão de manter-se unidos no ponto de vista expresso da reunião da secretaria do Benfica e na qual acabaram por se pronunciar pelo não alargamento. Neste momento, dar o dito por não dito, é um contra-senso que todos os clubes, a todo o custo, devem evitar.

IMPUGNAÇÃO

Concluindo: o Congresso foi impugnado por quatro Associações: Coimbra, Lisboa, Faro e Funchal. Nessa previsão, o Conselho Superior de Justiça

(em documento assinado pelo presidente dr. Juiz Fernando Olavo Gouveia da Veiga) remeteu às quatro entidades o seguinte despacho:

«Das deliberações do Congresso da Federação Portuguesa de Futebol, realizado em 24 do corrente mês, é possível que alguma das Associações venha a interpor recurso para este Conselho Superior e Justiça.

«Prevenindo essa hipótese e no uso da faculdade que me foi conferida pelo Despacho do Director-Geral dos Desportos, de 30 de Maio do corrente ano, determino:

a) O prazo de interposição de recurso é de 3 dias, a contar da data da comunicação telegráfica deste despacho;

b) As contestações e respostas serão apresentadas nos 3 dias posteriores à notificação telegráfica da interposição de recurso;

c) As notificações serão feitas telegraficamente às entidades recorridas e presidente do Congresso, nas 24 horas imediatas à apresentação do requerimento de interposição do recurso neste Conselho;

d) Os preparos — de recurso, das respostas e para julgamento — são feitos no momento da entrega da petição (os de recurso e julgamento) e das respostas;

e) As custas prováveis serão depositadas, por quem as dever prestar, ou no auto de interposição dos recursos ou no de apresentação das respostas.

«Comunique-se este despacho ao presidente da Federação e presidente do Congresso e telegraficamente a todas as Associações e seus legais representantes.

«Se houver recurso, juntar-se-à cópia deste despacho ao respectivo processo.»

Sabemos que a impugnação vai avante, pois representantes de diversas Associações (e não apenas das quatro que inicialmente estiveram na origem do movimento contestatário do veredicto do Congresso) estiveram já hoje reunidas, elaborando um documento que, ao fim da tarde, será tornado público e, simultaneamente, remetido às entidades competentes. Talvez (então) se proceda ao saneamento de certo sector de dirigismo «desportivo»...



João Rocha: na reunião de ontem, a manutenção da palavra do Sporting contra qualquer ideia de participação em campeonato alargado

dades interessadas no caso.

Ontem, os cinco clubes lisboetas do escalão superior reuniram-se e deliberaram, através de porta-vozes oficiais e devidamente credenciados. Dirigiu o encontro o eng. Alfredo Valverde (presidente da A.F.L.) e estiveram presentes os seguintes dirigentes: João Rocha (Sporting), dr. Osvaldo Branco (Benfica), João Espada (Belenenses), Mário Gonzaga Ribeiro (Oriental), José Paulo de Medeiros e Horácio Santos (Atlético). No final, foi elaborado pela Associação de Futebol de Lisboa o seguinte comunicado:

«Os filiados da A.F.L. que participam no Campeonato Nacional da 1.ª Divisão, reunidos com a direcção da sua Associação, tomaram conhecimento do modo como decorreu a sessão extraordinária do Congresso da F.P.F., realizada no passado dia 24 de Agosto e resolveram por unanimidade aconselhar a direcção da A.F.L. a promover todas as diligências tidas por convenientes e necessárias que visem a salvaguarda dos seus soberanos e inalienáveis interesses, nomeadamente a impugnação das decisões do referido Congresso.»

Por seu lado, é do seguinte teor o comunicado elaborado pelos clubes:

«Admitindo, porém, que em novo Congresso que eventualmente possa vir a ser realizado, posição semelhante possa ser aprovada, os clubes aqui reunidos, na defesa daquele que entendem ser os seus legítimos interesses, e até os dos próprios atletas, desde já se comprometem a consultar as suas massas associativas auscultando-as no sentido da sua não participação

borando um documento que seguirá amanhã da sua Associação para a Federação.

ADIAMENTO

Mesmo que vá por diante o início do campeonato no dia 8 de Setembro, o Benfica adia para mais tarde o seu encontro da jornada inicial (previsto para se realizar com o F.C. Porto em virtude de ter compromissos no estrangeiro já de há muito firmados. O clube portuense concordou com o adiamento.

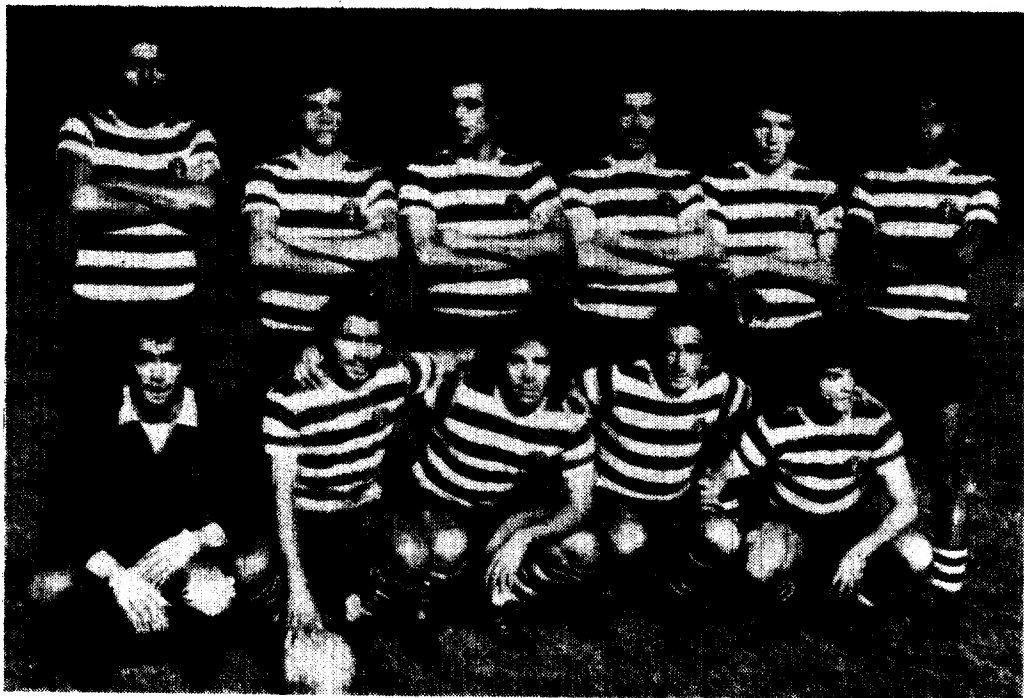
DESMENTIDO

Também contra as afirmações do dr. Sardoeira Pinto (Porto) e eng.º Eduardo Rodrigues (Aveiro) se levantam dois prestigiosos clubes: o Futebol Clube do Porto e o Boavista, que remeteram aos seus colegas lisboetas dois telegramas suficientemente esclarecedores. Eis os documentos:

«Lamentamos impossibilidade de estar presente. Aderimos diligências tendentes evitar alargamento Campeonato I Divisão, F. C. do Porto.»

«Impossibilidade comparência somos no entanto contra alargamento I Divisão. Boavista Futebol Clube.»

Parece-nos, assim, que para além de ser retirada qualquer confiança na Associação do Porto (ou exclusivamente no seu presidente) é colocada na balança a «garantia» dada no Congresso pelo dr. Sardoeira Pinto de que o F. C. Porto e o Boavista eram «absolutamente» pelo alargamento...



Os grupos do Sporting e do Farense que vão disputar hoje a final do Torneio Internacional de Futebol do Algarve. Eis os «teams»: Alinho, Paulo Rocha, Bastos, Carlos Pereira, Vagner, Manaca, Damas, Marinho, Valtor Joaquim Rocha e Dé (Sporting) e Cerveira, Almeida, Viola, Benje, Lampreia, Manuel José, Sérgio, Adelino, Manuel Fernandes, Almeida II e Mirobaldo (Farense). Para hoje há jogadores em dúvida, por se encontrarem lesionados: Manuel Fernandes, Almeida II, Joaquim Rocha e Manaca

NACIONAL

Manobras da reacção no Distrito de Setúbal

Na reunião intercâmaras do distrito de Setúbal, duas das comissões administrativas que apresentaram informações por escrito, referiram-se às manobras da reacção verificadas nos respectivos concelhos.

Assim, a Comissão administrativa da Moita denunciou «uma tentativa de boicote por parte de alguns elementos extremistas e reacçãoários que procuram desviar a tenção da população dos seus problemas reais», tentativa que foi ao ponto de provocar o encerramento de uma sessão da Câmara.

Em consequência do sucedido, foi determinado que os problemas locais seriam tratados com a Comissão do Lugar, que futuramente passaria a reunir periodicamente, em conjunto com todas as Comissões do Concelho, a fim de se discutir da

prioridade de actuação sobre os problemas mais prementes que afectam cada lugar.

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém, depois de referir o prejuízo que está a causar nas actividades administrativas das dez freguesias do concelho, Comissões Administrativas relatou que nas freguesias rurais do concelho notou o aparecimento de grupos de jovens de ambos os sexos, não conhecidos na região, promovendo a venda do jornal «A Verdade», que cediam gratuitamente, se o abordado não comprava. A informação da Comissão Administrativa de Santiago de Cacém acrescenta ainda que esses grupos «lançam uma campanha de descrédito a diversos membros do Governo, como Mário Soares e Álvaro Cunhal e elogiam Caetano», bem como

«incitam os trabalhadores à greve e a reivindicações incompatíveis».

Na mesma reunião, foi apresentada uma proposta da Comissão Administrativa de Almada em que se pedia o apoio da R.I.C. a uma moção apresentada numa reunião anterior da Comissão Administrativa de Almada, moção que exigia o julgamento público dos PIDES e inquéritos aos responsáveis pela situação propícia ao motim e pela violenta carga da P.S.P. contra milhares de pessoas concentradas junto à Penitenciária. Preconizava-se ainda na proposta um inquérito idêntico relativamente aos acontecimentos do Rossio, em que perdeu a vida o militante da C.D.E. Vitor Bernardes e várias pessoas ficaram feridas. A R.I.C. aprovou esta proposta por unanimidade.

Protesto do P.C.P. contra a explosão em Lavra

Fernando Costa e Zeferino Martinho, elementos da comissão administrativa da Junta de Freguesia de Lavra (Matosinhos), onde rebentou um engenho de fraca potência, no fim da noite de sábado, quando ali decorria uma reunião de democratas, avistaram-se ontem, juntamente com Artur Magalhães do Movimento Democrático que os acompanhou com o oficial encarregado dos assuntos civis, tenente-coronel Soares, a quem relataram os acontecimentos e pediram medidas urgentes; posteriormente, encontraram-se com o secretário do Governo Civil, dr. Januário Nunes, com o mesmo objectivo tendo este ficado de procurar acelerar o andamento do importante assunto, através da comissão administrativa da Câmara de Matosinhos e, depois, junto do ministro da Administração Interna.

Entretanto, o Partido Comunista distribuiu um comunicado de protesto contra a reacção e

de incitamento ao povo de Matosinhos, para uma vigilância popular. Lê-se em dada altura: «Os acontecimentos como este merecem uma séria reflexão e estudo. A comissão Concelhia de Matosinhos do P. C. P. afirma que estes actos (como aliás toda a actividade da reacção) só foram possíveis por não terem ainda sido tomadas as medidas de saneamento que se impõem, nem ter sido dada uma resposta às aspirações das populações quando estas propõem aos democratas da sua confiança para estarem à frente das instituições locais, como o caso de Lavra. Hesitações e demoras neste capítulo só favorecem os desígnios da reacção que, tomando-as como sinal de debilidade do processo de democratização, se atrevem a levantar cada vez mais ousadamente a cabeça.

Entende necessário a Comissão Concelhia de Matosinhos do P. C. P. que se abra rigoroso inquérito tendente a localizar os

autores e inspiradores de tal acção. Que os responsáveis e instigadores deste criminoso acto sejam julgados e severamente punidos como reacçãoários terroristas provocadores de demagogia, que se avance rapidamente para medidas eficientes de saneamento das autarquias locais, dando posse imediatamente às comissões já escolhidas pelo povo. A Comissão Concelhia de Matosinhos do P. C. P. considera indispensável a vigilância popular contra as conspirações da reacção fascista. Nesse sentido há que intensificar a vigilância. Comunicar às autoridades militares, assim como ao P. C. P. e outras forças democráticas, tudo quanto pareça suspeito (reuniões de gente reacçãoária, contactos em sítios recatados, afixação de cartazes anticomunistas, propostas de aliciamento etc) conduzir uma ampla campanha de denúncia política que isole inteiramente a reacção fascista e os seus implícitos provocatórios.»

A INFORMÁTICA AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO

O Grupo de Trabalho da Informática do Sindicato dos Profissionais de Escritório de Lisboa foi ontem, recebido no Ministério do Trabalho, tendo feito entrega de um Programa contendo as linhas gerais da sua actuação futura.

Impedido de funcionar pela anterior direcção fascista, este Grupo atravessa actualmente

uma fase de reactivação e alargamento, propondo-se como tarefa prioritária a definição e qualificação do sector da Informática.

A perspectiva sindical do Grupo quanto aos aspectos organizativos, é de que os trabalhadores se devem agrupar em sindicatos verticais, poucos e for-

tes, que permitam um maior fortalecimento da classe trabalhadora face ao patronato. Quanto aos sectores com problemas específicos, como é o da Informática — defendem a criação de grupos de trabalho que analisem os problemas e forneçam ao sindicato elementos que lhe permitam defender os profissionais desses sectores.

GOVERNADOR CIVIL DE VIANA -P.S. OU P.C.P.?

PORTO, 27 — Ao ministro da Administração Interna foram indicados pelos três Partidos de coligação, os nomes dos seus candidatos, para ocupar o lugar de governador civil de Viana do Castelo. António Ribeiro da

Silva foi indicado pelo Partido Comunista Português, o dr. Alberto Marques Oliveira e Silva, pelo Partido Socialista, e o dr. Miranda Maciel pelo Partido Popular Democrático.

Segundo a opinião dos via-

nenses e de outros observadores do distrito, os candidatos dos Partidos Socialista e Comunista são aqueles que reúnem melhores condições para virem a desempenhar o cargo, pois gozam da maior estima.

televisão

HOJE

1.º Programa (21.35)
NOITE DE CINEMA
«A FÚRIA DO DESEJO»
Filme de grande metragem realizado por King Vidor e interpretado pelos artistas, Jennifer Jones, Charlton Heston, Karl Malden, Tom Tully e Bernard Phillips
2.º Programa (21.00)
A Folha do Acer

HOJE	AMANHÁ
1.º Programa 1.º Período 12.45 Abertura e... Laurel e Hardy 13.00 Escrever e lutar 13.15 O Rapaz do elefante 13.45 Telejornal - 1.ª edição 14.00 Almanaque 14.15 Logo à noite 14.20 Fecho 2.º Período 19.30 Minijornal 19.35 TV Infantil 19.45 Há só uma Terra 20.30 Em foco 21.00 Telejornal - 2.ª edição 21.35 Noite de cinema - A Fúria do Deserto 23.45 Telejornal - 3.ª edição 00.00 Fecho 2.º Programa 20.00 Abertura e desenhos animados 20.15 O Rapaz do elefante 20.40 Escrever e lutar 21.00 A Folha do Acer 22.00 Concerto 22.30 Telejornal 23.00 Fecho	1.º Programa 1.º Período 12.45 Abertura e desenhos animados 13.00 A lei e o povo 13.15 A tal rapariga 13.45 Telejornal - 1.ª edição 14.00 Fronteiras do amanhã 14.15 Fecho 2.º Período 19.30 Minijornal 19.35 TV Infantil 20.00 Em defesa da saúde 20.15 Perspectiva 21.00 Telejornal - 2.ª edição 21.30 Políticos do século XX-Lenine 22.30 Ventos de fortuna 23.15 O Teatro e as máscaras 23.45 Telejornal - 3.ª edição 00.00 Fecho 2.º Programa 20.00 Abertura e desenhos animados 20.15 A tal rapariga 20.40 A lei e o povo 21.00 Encontro com o Mundo 21.50 A Mala de Hamburgo 22.40 Telejornal 23.10 Fecho

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

AMANHÁ

NAScer AS 7.01
OCASO AS 20.14

DIÁ 1	DIÁ 9	DIÁ 16	DIÁ 23
--------------	--------------	---------------	---------------

EMISSIONA 1.º Programa

16.00 Noticiário — rádio estudantil
17.00 Música coral
17.20 Temas de educação
18.00 Cantos de luta
18.30 Forças Armadas
19.05 Programa infantil — música variada
20.00 Jornal da noite
21.30 Que quer ouvir?
22.00 A grande música negra, por José Duarte
23.00 De um dia para o outro
23.30 Observação de cinema, por João Paulo Boavida
00.00 junção (entrada do MF 1 de Lisboa) — sinal horário

Programa em MF 1 de Lisboa

23.00 Rádio estudantil
00.00 junção com o 1.º programa

2.º Programa

16.00 Uma obra, duas interpretações
17.05 Curiosidades musicais
17.45 Música de Pépin e Fortner
18.30 Gravações históricas
19.00 Música de câmara
19.30 Música sinfónica
20.00 Jornal da noite
21.15 Concerto Real n.º 2 de François Couperin
21.30 Música de piano
21.50 Concerto pela Orquestra de Arcos da fundação Musical dos Amigos das Crianças
22.10 Recital de alaúde, por Manuel Morais «O Alaúde na corte de Isabel I»

22.30 O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco

23.00 Ópera
00.35 Música de câmara
01.00 Fecho

Programa Estereofónico

21.15 Música ligeira Variada
22.00 Música sinfónica
23.30 duo de piano
23.54 Música de bailado
00.42 Música de câmara
01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

16.00 Noticiário
16.45 Programa CDC
18.02 Programa Movimento
20.40 Programa Movimento — rádio teatro
21.03 Alegria no trabalho
21.32 Quando o telefone toca
22.05 Antiquário
22.30 Quando o telefone toca
23.05 Variando para agradar
00.00 A noite é nossa
06.00 Diário rural
07.00 Talismã

Modulação de Frequência

16.00 Noticiário
16.04 Programa CDC
18.02 O nosso programa
19.04 Em órbita-1
21.02 Roa noite em FM
22.02 Clube à gô-gô
00.02 Em órbita-dois

01.02 Banda sonora Sonipol

02.00 Perspectiva
03.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 Tri-S
18.22 Palavra do dia — no final: tempo e benção da Basílica dos Martíres
19.00 Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
19.30 Página 1
21.04 Igreja é plural
21.45 Pentagrama
22.00 Pentagrama
22.30 Quando o telefone toca
23.05 Esquema 13
23.05 A 23.ª hora

EMISSIONES ASSOCIADAS DE LISBOA

Rádio Voz de Lisboa
Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

Rádio Graça
Das 10.00 às 12.00 e das 22.00 às 02.00

Clube Radiofónico de Portugal
Das 12.00 às 14.30 e das 17.00 às 19.30

Rádio Peninsular
Das 19.30 às 22.00

farmácias de serviço

cinemas

cinemas

LISBOA

TURNO E-1

(Até às 22 horas)

ALVALADE
Carvalho, Av. da Igreja, 21-C
(Tel. 776358) Nova Lisboa,
Rua Guilherme Sugga, 12
(Tel. 727721)

AREIRO
João XXI, Av. João XXI, 18-A
(Tel. 726462)

ARROIOS
Nunes, Rua Angela Pinto 32
(Tel. 497556)

AVENIDAS NOVAS
Novais, Av. Luís Bivar, 11-13
(Tel. 443241)

BAIXA
Barral, Rua Augusta, 221
(Tel. 361534/5)

BELEM
Remisio, Rua dos Jerónimos 14-C
(Tel. 631699)

BENFICA
Lisboa, Rua Claudio Nunes,
73-A (Tel. 703393)

CALÇADA DA BOA HORA
Sapal, Calçada da Boa Hora,
94-A (Tel. 631958)

CAMPOLIDE
Patria, Calçada dos Mes-
sires, 30-A (Tel. 680627)

CARNIDE
Leal de Matos, Rua Neves
Costa, 33 (Tel. 780184)

CAMPO DE OURIQUE
Castro Fonseca, Rua Castro
de Infantaria, 28-A (Tel.
638857)

ESTEFANIA
Estefânia, Rua Pascoal de
Meio, 90 (Tel. 44436)

GRAÇA
Santa Antónia, Rua Leite de
Vasconcelos, 72-C (Tel.
866331)

LAPA
Carreço, Rua Presidente Ar-
naga, 31 (Tel. 667460)

LUMIAR
S. Tomé, Estrada do Desvio,
Lote 12-C (Tel. 790704)

MADRAGOA
Nunes Simões, Rua do Que-
luz, 1 (Tel. 661275)

OLIVAIS
Nova dos Olivais, Rua E, lo-
te 469, Olivais Sul (Tel.
316402)

PENHA DE FRANÇA
Carrocho, Rua Padre Sena
de Freitas, 10-A (Tel.
842518)

PICHELEIRA
Luzmar, Rua João Nascimen-
to Costa, 16-A (Tel. 720703)

POÇO DO BISPO
Barros de Gouveia, Rua do
Vale Formoso de Cima 79-B
(Tel. 382186)

RATO
Janeiro, Rua Alfredo Roque
Gamero 23-D (Tel. 779553)

TURNO E-2

(TODA A NOITE)

AJUDA
Teles, Rua João de Barros,
2 (Tel. 638978)

ALCANTARA
Nogueira, Rua da Creche, 2
(Tel. 631635)

ALTO DE S. JOÃO
Oriente, Rua Lopes, 120
(Tel. 843381)

ALVALADE
Brisália, Av. Pio de Janeiro,
66-A (Tel. 722358) Avia, Av.
de Roma, 56-B (Tel. 715370)

AREIRO
Galeno, Av. Oscar Monteiro
Torres, 38-A (Tel. 774920)

ARROIOS
Matos, R. Álvaro Coutinho,
10 (Tel. 821671)

AVENIDA DA LIBERDADE
Nacional, Rua do Salitre, 7
(Tel. 46858)

AVENIDAS NOVAS
Avenida, Av. da República,
27-A (Tel. 633688)

BAIRRO ALTO
Veritas, R. da Misericórdia,
135 (Tel. 324554/32763/4)

ARCO DO CEGO
Pama, Av. Duque d'Avila,
25-31 (Tel. 47088)

BAIRRO DA ENCARNACÃO

Ascenso, Praça do Norte, 11
(Tel. 31216)

BENFICA
Souza, Estrada de Benfica
429 (Tel. 780227)

CAMPOLIDE
Gomes, R. Rodrigo da Fon-
seca, 101-A (Tel. 682333)

CAMPO DE OURIQUE
Ourique, R. Freitas Gazul,
32-B (Tel. 671667)

GRAÇA
Rosas e Viegas, R. de S. Vi-
cente, 81 (Tel. 664351)

LUMIAR
Alameda, Al. das Linhas de
Torres, 201-B (Tel. 790742)

SANTA CATARINA
Mouler, R. dr. Antonio de
Souza, Macedo, 7-A (Tel.
678896)

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Aguir, Av. Columbano Bor-
dalo Pinheiro, 98-A (Tel.
768343/764629)

XABREGAS
Salter, R. de Xabregas, 63-
65 (Tel. 381195)

LINHA DE CASCAIS

ALGES
Combatentes, Av. Com. G.
Guerra, 166 (Tel. 213953)

CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro,
1-A (Tel. 242839)

PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonnevil-
le Franco (Tel. 2435147)

OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira,
29 (Tel. 2430058)

PAREDE
Brandão, Av. da República,
77-C (Tel. 2471054)

S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro, R. 9 de Abril, 24
(Tel. 263052)

MONTE ESTORIL
Costa, Av. Saboia, 29 -B
(Tel. 260085)

CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento
19 41 (Tel. 280141); Cascais,
R. Conde de Monte Real-B,
Caixas (Tel. 282407)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P. 28 de Maio,
3-A (Tel. 935518); Camale,
R. Elias Garcia, lote 28 (Tel.
933303); Helenica, R. Elias
Garcia, 2 (Tel. 933613); S.
Jorge, R. Pedro del Negro,
5-Reboleira (Tel. 938703)

DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A
(Tel. 971121)

QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151
(Tel. 950043); Queluz, Av.
Miguel Bombarda, 123-A
(Tel. 951841)

CACÉM
Central, R. Elias Garcia, 55
(Tel. 2940034)

MEM MARTINS
Rodrigues Neto

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, Tel. 980456)

SINTRA
Marras, L. Rainha
Amélia, 20 (Tel. 2950155)

COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da
Costa, 10 (Tel. 234137)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos
Reis, 30 (Tel. 204020)

ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capi-
tão Leitão, 31-A (Tel.
270067)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Est. Nacional, 178-
A (Tel. 2040302)

BARREIRO
Avenida, Av. Alfredo da Sil-
va, 88 (Tel. 2073212)

COVA DA PIEDADE
Cerveira Afonso, P. 5 de
Outubro, 18 (Tel. 270254)

MOITA
Silva Rocha, P. da Republi-
ca, 16 (Tel. 239029)

MONTIJO
Higiene, R. José Joaquim
Marques, 142 (Tel. 230370)

SESIMBRA
Leão, Av. Salazar (Tel.
229471)

SETUBAL
Normal do Sul, P. do Boca-
ge (Tel. 22216)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coo-
lho, 38 (Tel. 2218560)

PORTO

9.º TURNO

SUB-TURNO A
Martino, Sucr., Praça Mar-
que de Pombal, 122; Pombeiro,
C. Mártires da Patria, 152;
Prelada (da), Rua Central de
Francos, 316; S. Roque da
Lameira, 1111; S. da Bandei-
ra, Rua S. da Bandeira, 236.

SUB-TURNO A
Ameal, Rua do Ameal, 1227;
Campo Alegre (da), Rua do
Campo Alegre, 723; Ferreira
da Silva, Rua dos M. de Li-
berdade, 150; Península,
Rua CNA, 100-102; S. Lázaro,
Av. Rodrigues de Freitas,
297.

COIMBRA

TURNO J
Machado, R. Bernardo de Al-
buquerque (Tel. 23767); Si-
tália, Largo da Sé Velha 13-
14 (Tel. 23234); Luciano e
Matos, R. da Sofia, 7-11 (Tel.
22147)

ROXI (T. 48560)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
O célebre filme de Eric Rohmer
uma crônica de amor livre! A CO-
LECCIONADORA com Hayde Politoff,
Patrick Bauchau e Mijanou

CONDES (T. 322523/326710)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
16.ª Semana Colorido
Julie Christie e Donald Sutherland
AQUELE INVERNO EM VENEZA o
acto de amor... como jamais foi
visto no ecran "The Sun"

ESTUDIO APOLO 70 (T. 763319)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo B (10 anos)
Jean Gabin e Eric Von Stroheim A
GRANDE ILUSÃO de Jean Renoir

MUNDIAL (T. 538743)
15.15, 18.30 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
4.ª Semana
BELA, RICA, COM PEQUENO DEFEI-
TO FÍSICO, PROCURAM CAVALEI-
RO malandrinha, prada, tesquinh

OXFORD (CASCAIS)
16.00 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Scope-Technicolor
Uma salita divertida num espectáculo
de graça e boa disposição ADULTE-
RIO À ITALIANA com Nino Manfredi
e Catherine Spaak

CINEARTE (T. 660446)
21.30
Grupo D (18 anos)
Colorido
PUNHOS DE VINGANÇA realização
de Chang Hong Mau

ROMA (T. 727778)
15.30, 18.30 e 21.45
2.ª Semana
Não aconselhável a menores de 18
anos.
2.ª Semana Technicolor
Technicolor
BILLY JACK, com Tom Laughlin.

ODEON (T. 326283)
15.15, 18.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana
O filme que apaixonou as mulheres
UMA HISTÓRIA PERVERSA com Ma-
risa Mell e Jean Soler. Sinistro mis-
tério de um crime de adultério pre-
meditado para condenar um marido
à morte

CINEMA CASTIL (T. 530194)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RA-
PARIGA

RESTEIO (T. 610375)
21.30
Grupo D (18 anos)
PRAZERES DE VAMPIRA com Susan
Leigh, Barbara Jefford e Ralph Bates
Amanhã
21.30
Grupo D (18 anos)
VEM AI OS CABELUDOS

IMPERIO (T. 555134)
15.15, 18.30 e 21.30
Não aconselhável a menores de
18 anos
2.ª Semana
Lee J. Cobb, Barbara Hershey, Lee
Majors e Lola Falana O PREÇO DO
SILENCIO
Amanhã
18.30
Grupo C (14 anos)
Sessão Clássica
Programa especial comemorativo da
sessão 900 com a obra-prima de
Fellini OS CLOWNS

CASINO ESTORIL (T. 264521/234946)
15.30, 18.30 e 21.30
Grupo C (14 anos)
Technicolor
ROMEU E JULIETA com Leonard
Whiting e Olivia Hussey

ALVALADE (T. 717480)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo A (6 anos)
Colorido
Walt Disney apresenta PATO DONALD
E Cria a grande Parada das férias

EUROPA (T. 66 10 16)
15.15 e 21.30
3.ª Semana
Não aconselhável a menores de 18
anos.
TRATAMENTO DE CHOQUE, um filme
de Alan Jessua, com Annie Girardot
e Alain Delon.

ESTUDIO 444 (T. 779095)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RA-
PARIGA

SATELITE (T. 56 26 32)
15.30, 18.30 e 21.45
3.ª Semana
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi,
Philippe Noiret, Michel Piccoli e An-
drea Ferrel LA GRANDE BOUFFE (A
GRANDE FARRA), um filme de Marco
Ferreri
Este filme contém cenas eventualmen-
te chocantes.
Direcção-Geral dos Espectáculos

MONUMENTAL (T. 55 51 31)
15.15, 18.15 e 21.30
Não aconselhável a menores de 13
anos
Colorido
A MULHER DO PAULRE, com Sophia
Loren e Marcello Mastroianni.

AVIZ (T. 47 16 3)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana Colorido
O CLUBE DA ALEGRIA com Ann
Smyrner e Eddi Arent

PHATE (Tel. 821 9231)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana
Pela primeira vez a espantosa ver-
são integral de BLOW-UP (História
de um fotógrafo)
Vanessa Redgrave, Sarah Miles e
David Hemmings. A obra-prima de
Antonioni. Grande Prémio do Festi-
val de Cannes (Metro Arrois)

ESTUDIO (T. 55 51 35)
15.30, 18.30 e 21.45
3.ª Semana
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi,
Philippe Noiret, Michel Piccoli e An-
drea Ferrel LA GRANDE BOUFFE (A
GRANDE FARRA), um filme de Marco
Ferreri
Este filme contém cenas eventualmen-
te chocantes.
Direcção-Geral dos Espectáculos

BERNA (T. 776093)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Color Todd-AO 35
Jim Brown A CLOUTRA DO INDO-
MAVEL, sexo e violência no sub-
mundo de New York!

TIVOLI (T. 570595)
15.15 e 21.15
2.ª Semana
Grupo B (10 anos)
Technicolor 70 mm
O maior filme de todos os tempos!
OS DEZ MANEAMENTOS

ROYAL (T. 875037)
15.00 e 21.00
Grupo C (14 anos)
KITT, O VINGADOR em complemento
O ENIGMA DA ESFINGE

S. JORGE (T. 54154/54153)
15.15, 18.15 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
3.ª Semana
O ÚLTIMO TANGO EM PARIS
Aviso ao público: este filme contém
cenas eventualmente chocantes
Direcção dos Serviços de Espectá-
culos

EDEN (T. 320768)
15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana
Grupo B (10 anos)
A NOVA VIAGEM DE SINRA, com
John Philip Law.

POLITEAMA (T. 326305)
15.15, 18.15 e 21.45
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana da divertida audácia em
"sensualidade".
EMPRESTA-ME O TEU MOTORISTA
com Lando Buzzanca num super-
macho. Que tinha ele a mais para
ser desejado pelas mulheres?

VOX (T. 720808)
15.15, 18.30 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
13.ª Semana Color
Laura Antonelli e Alessandro momo
em MALICIA

LONDRES (T. 801313)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
7.ª Semana Colorido
O filme de Luis Buñuel finalmente
em Portugal BELLE DE JOUR com
Catherine Deneuve

EXPOSIÇÕES

BELAS ARTES — Perspectiva-74 e
gravuras (das 14 às 20 h).

BLOCO (CASCAIS) — Colectiva
(das 16 às 20 h).

ESCOLA PRIMARIA DA DAMAIA
Colectiva de pintura e tapeçaria (das
21 às 23 h)

CASINO ESTORIL — Pinturas de
Vamona Navelcar (das 15 às 3 h).

FOTO CLUBE 6X6 — Trabalhos de
Alfredo Cunha (3.ª e 6.ªs-feiras, das
21.30 às 24h.)

GALERIA 111 — Colectiva de gravu-
ras, litografias e serigrafias (das 10
às 13 e das 15 às 19 h).

GRUPO AMIGOS DA COSTA — Tra-
balhos de Bárbara Guerreiro (das 15
às 19 e das 21 às 24 h).

PALÁCIO FOZ — Trabalhos de Ber-
nardette Stern, serigrafias de Acácio
Assunção e António Brito Caiola (das
5 às 20 h)

LEIA ÀS TERÇAS-FEIRAS

O JORNAL motor

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MONUMENTAL
20.45 e 23.00 (18 anos)
"O Último Fado em Lisboa."

MARIA MATOS
21.45 (13 anos)
"Português, Escritor, 45 Anos,
de Idade."

LAURA ALVES
20.45 e 23.00 (18 anos)
"A Pai Adão."

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.00 (18 anos)
"Dillinger."

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
"A Filha do Milionário."

OLÍMPIA
19.00 (10 anos)
"A Tulipa Negra."

JARDIM CINEMA
21.00 (18 anos)
"A Sombra do Duplo Amante."

ESPLANADA CASTANHEIRA
21.30 (18 anos)
"Com a Minha Mulher, Não!"

SACAVÉM

S. José
21.00 (18 anos)
"A Mão de Ferro."

LINHA DE CASCAIS

ALGES
Stadium
21.30 (18 anos)
"Pontas de mais para serem
honestas."

BARS

BOITES

NINA — Dancing com atrações. Rua
Paiva de Andrade, 7-13. T.
34850/365167.
Zorina, vedeta inglesa de
"sexy"

ESPADARTE CLUB — SE-
SIMBRA. Discoteca e aci-
dentalmente fado ou mú-
sica de folclore interp. por
clientes e dedicado aos
turistas presentes. Encer-
domingos T. 229189.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado
Vandeades internacionais T.
26461/264526/264586/264621/264946.

HIPODROMO — Com Mário Simões
Encerra aos domingos. Av. António
Augusto e Aguiar, 5-A. T. 48384.

TAMILA — Marão e s/ conjunto. "Mat-
néas" todos os dias. Encerra aos do-
mingos. Av. Figue de Loulé, 69. T.
533117.

CACO — Dancing com música ambien-
te com sibilar quarteto. Rua Camilo
Castelo Branco, 23-A.

PARADE

Royal-Cine
21.15 (18 anos)
"Os revoltados do cano."

ESTORIL
Casino
12.30, 18.30 e 21.30 (18 anos)
"Romeu e Julieta."

Esplanada
21.30 (18 anos)
"Fubu de Montparnasse"

CASCAIS
Oxford
16.00 e 21.45 (18 anos)
"Adultério à Italiana."

CASCAIS
S. José
21.30 (18 anos)
"As Rãs."

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.30 (18 anos)
"O Pistoleiro Esquecido."

AMADORA
Recreios Desportivos
21.30 (18 anos)
"Vem ai os cabeludos."

SINTRA
Carlos Manuel
21.30 (18 anos)
"So as borbuletas são livres."

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
"Nem tudo o que vem à rede
é peixe."

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
"Paços na escuridão."

PORTO/Cinemas

TRINDADE
21.30 (18 anos)
"O Último Tango em Paris."

JULIO DINIS
21.30 (13 anos)
"Paraíso Ao Sol."

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
"Curvas Nas Férias"

ÁGUA DE OURO
21.30 (18 anos)
"A Reboleira."

RIVOLI
21.30 (18 anos)
"Aquele Inverno em Veneza."

BATALHA
21.30 (18 anos)
"Os Centuriões."

VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
"Uma História Perversa."

CARLOS ALBERTO
21.30 (18 anos)
"Alé à Maternidade" e "Por
Mais Alguns Polares."

COLISEU
21.30 (18 anos)
"O Esquadrão Indomável."

PASSOS MANUEL
21.30 (14 anos)
"Duas Gerações."

ESTUDIO FOCO
21.30 (18 anos)
"Venha Tomar Café Connosco."

ESTUDIO
21.30 (18 anos)
"O Eclipse."

OLÍMPIA
21.30 (14 anos)
"O Selo Dourado."

COIMBRA

TIVOLI
21.30 (18 anos)
"O Filtro do Amor."

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
21.30 (18 anos)
"A Doce Vida da Casta Susana."

motor

GERAL



RENASCENÇA GRAFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185, 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS:
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

COSTA GOMES NO ALFEITE

O Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas passou a manhã de hoje no Alfeite em visita oficial à mais importante base naval do continente. O encontro do general Costa Gomes com os marinheiros principiou às 10 horas altura em que foi recebido pelo Chefe do Estado Maior da Armada. Seguiu-se revista à guarda de honra, sendo-lhe posteriormente apresentados cumprimentos pelo Comandante Naval do Continente

e pelos oficiais que prestam serviço, nesse comando.

O general Costa Gomes, visitou, ainda, a fragata «Roberto Ivens», fundada na Base Naval do Alfeite, falando mais tarde aos oficiais do Comando Naval do Continente, da Base Naval de Lisboa, do Grupo 2 de Escolas de Armada e do Corpo de Fuzileiros. A visita culminou com um almoço no palácio do Alfeite.

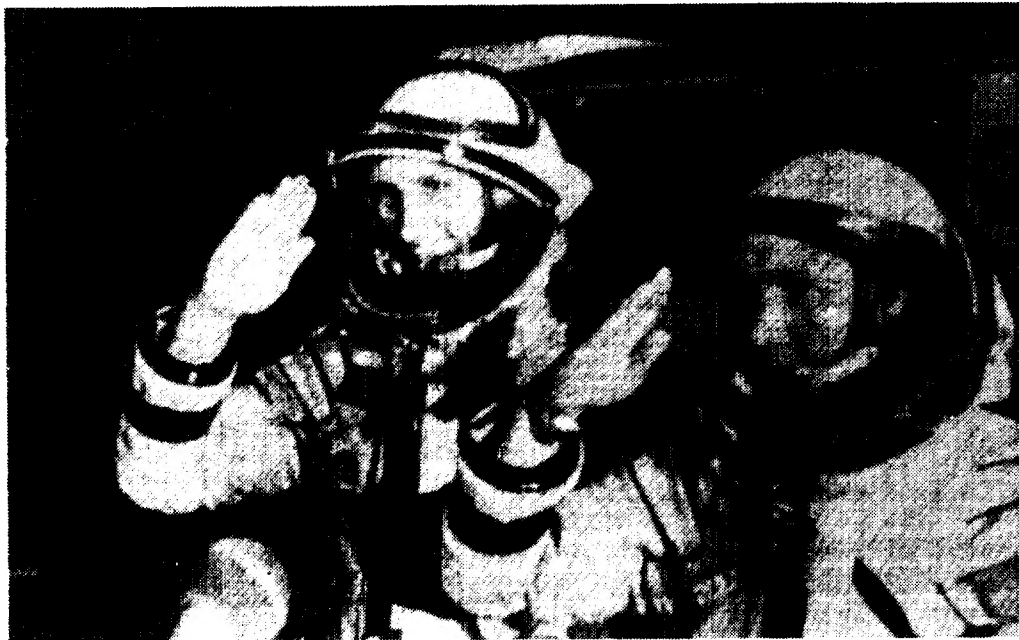
O vencimento de Ministro como limite das pensões de reforma

Na sua última reunião o Conselho de Ministros aprovou um diploma do Ministério dos Assuntos Sociais, que reconhece a partir de 1 do corrente, aos beneficiários da Previdência, na situação de desemprego depois de 1 de Maio de 1974, os direitos ao abono de família e às prestações de assistência médica e medicamentosa na doença e na maternidade, extensivas aos respectivos familiares.

Outro decreto-lei aprovado estabelece que, em caso algum, o quantitativo mensal das prestações de reforma resultantes do exercício de uma ou mais actividades possa exceder o vencimento legalmente fixado para o

cargo de ministro.

Entretanto, foram enviados para a folha oficial entre outros, os diplomas a isentar do pagamento de direitos de importação e demais imposições aduaneiras ou de quaisquer outros impostos os bens patrimoniais de que se fizeram acompanhar os portugueses do Zaire ou de Marrocos, assim como todos os bens que possam vir a recuperar quando submetidos a despacho de importação; e a abrir créditos especiais no valor de 605 138 047\$10, para reforço de verbas insuficientemente dotadas ou provar à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado.



O engenheiro Lev Diomin (à esquerda na telefoto) é o «primeiro avô do espaço». (Telefoto UPI-Telimprensa)

Cosmonautas soviéticos preparam a atracagem da Soyuz-15 à Salyut-3

MOSCOVO, 27 — (R.) — Dois cosmonautas soviéticos — um deles avô, com 48 anos — foram colocados em órbita ontem à noite e preparavam-se hoje para uma possível atracagem da sua nave Soyuz-15 com a estação espacial Salyut-3 lançada em Junho para o Espaço.

A Agência Tass, ao anunciar a partida, da nave, que se verificou às 20 e 30 TMG, disse que ela é comandada pelo tenente-coronel Gonnady Sarafanov, de 32 anos, que é acompanhado pelo engenheiro Lev Domin, o

primeiro avô do Espaço.

A Agência disse que os dois cosmonautas vão prosseguir as experiências iniciadas pelos dois tripulantes da Soyuz-14, que, no mês passado, estiveram 15 dias a bordo da estação espacial.

Os dois cosmonautas comunicaram já para Terra que se encontram confortavelmente instalados na cabina de voo, cuja atmosfera é mantida dentro dos limites de temperatura, humidade e pressão previamente estabelecidos. Os responsáveis pelo controle de voo em terra mantêm uma ligação constante de Rádio e Televisão com a nave.

A Tass disse que o coronel Sarafanov, nascido numa aldeia do Volga, tirou o curso de piloto na Escola Superior de Aeronáutica e alistou-se no centro de treino dos cosmonautas em 1965. Casado, tem um filho e uma filha.

Por seu turno, Lev Demin, nascido em Moscovo, formou-se aqui em engenharia pela Academia da Força Aérea, e, mais tarde, prosseguiu os estudos científicos, tendo entrado para o corpo de cosmonautas em 1963. É casado e tem dois filhos crescidos, um dos quais já lhe deu um neto.

ABASTECIMENTO E PREÇOS

A época que o País atravessa impõe austeridade económica

O secretário de Estado do Abastecimento e Preços pronunciou-se, ontem, na televisão, sobre as últimas subidas de preços de alguns produtos de primeira necessidade, salientando que essa medida corresponde «apenas à parte do acréscimo do custo das matérias-primas, importadas na sua quase totalidade».

Foram aumentados os preços dos cereais e seus derivados (farinhas, pão, sêmola, massas alimentícias), assim como os do açúcar, dos adubos e produtos petrolíferos. No entanto, os preços de grande parte desses produtos, segundo afirmou o secretário de Estado, continuam a ser subsidiados e alguns deles até em percentagens elevadas.

«A época que o país atravessa impõe uma política de austeridade económica e, por isso, não serão admissíveis frequentes agravamentos dos preços do mesmo produto. Assim qualquer revisão só deverá ser efectuada decorrido um período mínimo de seis meses relativamente ao último preço autorizado. Esta circunstância implicará para as empresas a adopção de esquemas de aprovisionamento apropriados, sobretudo no que respeita a produtos importados, a fim de poderem fazer face aos

agravamentos das cotações internacionais dentro da estabilidade de preços que se pretende».

O Secretário de Estado depois de acrescentar que «em princípio, os acréscimos da mão-de-obra não devem repercutir-se nos preços de venda dos produtos, mas sim nas próprias empresas», referiu-se aos meios a utilizar para devido esclarecimento dos consumidores e à acção desenvolvida por uma Direcção Geral de fiscalização económica, que exercerá uma função de controlo sobre os preços e a qualidade dos produtos.

Na sequência da sua intervenção, o secretário de Estado, abordando o problema das quebras de abastecimento, que devem «ser evitadas», apontou alguns aspectos da implantação de estruturas de apoio tais como: a construção de novos silos em Beja, Funchal, Leixões e a ampliação dos de Lisboa, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo; a construção de um terminal de ramais para açúcar a granel a instalar na zona portuária; alargamento de algumas estações fruteiras e a inauguração de centrais para tratamento de leite.

POSIÇÃO ACTUAL DA CÔLERA NO PAÍS

Depois de amanhã, às 18 horas, efectua-se no Governo Civil uma reunião com o prof. dr. Arnaldo Sampaio, direc-

tor-geral de Saúde, que dará a conhecer a posição actual e a intensificação da luta contra a cólera que grassa no País.

NOTAS VÁRIAS

EMBAIXADOR DA AUSTRÁLIA

A fim de assumir o seu cargo chegou a Lisboa, acompanhado da esposa o embaixador da Austrália, F. B. Cooper, que no Aeroporto da Portela, foi recebido pelo chefe do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e outros membros do corpo diplomático. Natural de Melbourne, F. B. Cooper tem 54 anos e era adjunto do secretário da Repartição da Europa e África dos Negócios Políticos em Canberra, antes da sua nomeação.

MUNICÍPIO DE LISBOA

O ministro da Administração Interna assinou o despacho de nomeação do presidente dos dois vice-presidentes e de sete dos dos doze vogais da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa. O presidente é o eng.º Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues e os vice-presidentes o tenente-coronel de engenharia Baltasar António de Moraes Barroco e o arq.º Filipe Mário Lopes. Para vogais foram designados o dr. José Augusto França, o eng.º António Pereira de Figueiredo e Silva, a dr.ª Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio, o eng.º Rui Pereira Correia, o arq.º Luís Vassallo Namorado Rosa, o tipógrafo Manuel Marques da Silva e o estudante universitário Henrique José Monteiro Vilardebó Chaves. Por decisão daquele membro do Governo, é delegada no governador civil do distrito de Lisboa a competência para a nomeação dos restantes vogais, até se perfazer o número de doze.

DOIS MORTOS EM COIMBRA

Morreram os dois ocupantes de um automóvel que, no troço da estrada entre Póvoa da Lomba e Cantanhede, ao tentar ultrapassar uma camioneta embateu nesta e despiestou-se, indo desmantelar-se contra uma árvore. O veículo era conduzido pelo pedreiro Fernando Cruz Caixeiro, de 49 anos, casado, emigrado em França de Póvoa da Lomba, que seguia acompanhado de António Mendes Crisóstomo, de 27 anos, funcionário de Finanças, morador do mesmo lugar. Ambos tiveram morte imediata.

BATALHA DO BUÇACO

O Museu Militar leva a efeito mais uma vez, as cerimónias comemorativas do 164.º aniversário da Batalha do Buçaco, que decorrem nos dias 26 e 27 de Setembro. Do programa destaca-se, no dia 27, às 11 horas, saída do cortejo histórico-militar e religioso, seguindo-se missa campal no Terreiro do Monumento; e um desfile de todas as forças sendo as comemorações encerradas com um concerto por uma banda militar.

DE NOVO O EXTRAORDINÁRIO "CURRILLO" D. RIBEIRO TELLES JOSÉ JOÃO ZOIO



ESPADAS "CURRILLO"
RICARDO CHIBANGA

FORÇADOS
AMADORES DE MONTE MOR
capitaneados
por Antonio Jose Zuzarte

8 TOIROS 8
DE CABRAL ASCENÇÃO



DIA 29, ÀS 22 HORAS